



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**HACKTIVISMO E ORGANIZAÇÕES MIDIÁTICAS:
HACKEAMENTO DE NARRATIVAS EM WIKILEAKS E MÍDIA NINJA**

ISADORA TEIXEIRA DE LIRA

JOÃO PESSOA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ISADORA TEIXEIRA DE LIRA

**HACKTIVISMO E ORGANIZAÇÕES MIDIÁTICAS:
HACKEAMENTO DE NARRATIVAS EM *WIKILEAKS* E MÍDIA
NINJA**

Texto apresentado para defesa de dissertação junto
ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade Federal da Paraíba, nível de Mestrado.

Linha: Culturas midiáticas audiovisuais

Orientadora: Dr^a Nadjá de Moura Carvalho

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768h Lira, Isadora Teixeira de.

Hacktivismo e organizações midiáticas : hackeamento de narrativas em Wikileaks e mídia ninja / Isadora Teixeira de Lira. - João Pessoa, 2017.
101 f. : il.

Orientação: Nadja de Moura Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Hacktivismo. 2. WikiLeaks. 3. Mídia Ninja. 4. Hacker de narrativas. I. Carvalho, Nadja de Moura. II. Título.

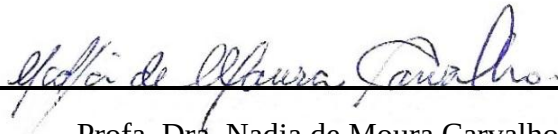
UFPB/BC

ISADORA TEIXEIRA DE LIRA

**HACKTIVISMO E ORGANIZAÇÕES MIDIÁTICAS: HACKEAMENTO DE
NARRATIVAS EM WIKILEAKS E MÍDIA NINJA**

Defesa de dissertação realizada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Nadja de Moura Carvalho

Orientadora



Prof. Dr. Cláudio Cardoso de Paiva

Universidade Federal da Paraíba

Examinador Interno

Dr. Daniel Neves Abath Luna

Examinador externo



Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Elvira, minha mãe e primeira professora, pelo suporte emocional e também financeiro, durante toda a minha vida e também durante o mestrado. Meu pai faleceu em 2014 e não acompanhou o processo deste mestrado, mas também sempre esteve presente e solícito para que eu tivesse acesso à educação.

À minha orientadora Nadja Carvalho, pessoa que admiro como profissional desde o primeiro semestre da graduação em Jornalismo. Durante os dois anos e meio de desenvolvimento desta dissertação, Nadja não conteve esforços em me auxiliar neste processo, seja na orientação da pesquisa, seja no apoio emocional que muitas vezes possibilitou que eu me mantivesse tranquila e focada neste estudo. Desde a graduação já tinha Nadja no *hall* da fama de professoras inspiradoras, mas durante o mestrado tive a oportunidade de estar mais próxima e conhecer mais motivos para admirá-la. Durante o estágio docência tive a oportunidade de acompanhar seu trabalho e dedicação com demais orientandos e, a cada orientação ou aula que acompanhei, sentia-me mais inspirada pela dedicação e trabalho árduo a qual Nadja se prestava. Agradeço por toda a paciência, pela solicitude, pela prontidão, companheirismo e parceria durante este período.

À Thayse Rocha, pelo carinho, compreensão e paciência. Se não fosse sua habilidade em driblar e/ou dar uma chave de braço nas minhas crises de ansiedade, provavelmente eu não teria escrito nem a primeira linha desta dissertação. Agradeço não só pelo suporte emocional nos momentos de maior nervosismo, mas também por todos os instantes de felicidade que compartilhamos neste percurso, transfigurando a tragédia em alívio e multiplicando as gargalhadas entre as brechas de responsabilidades (e que espero que possamos compartilhar em todas as nossas futuras empreitadas). Como se não bastasse, tenho que agradecer também pelas correções gramaticais e resgates de narrativas nos momentos de empacamento (além de toda a ajuda com as traduções). Obrigada por tudo.

A todas as minhas amigas e amigos que contribuíram no processo da dissertação. Desde a submissão do projeto, que contei com a ajuda de Emília Limeira e Luis Thales na elaboração do pré-projeto, até minhas amigas e amigos que me acompanharam neste percurso, seja oferecendo ajuda nas revisões, dando sugestões de materiais ou algumas cervejas entre um fichamento e outro. Fica o agradecimento a Aline, Raysa, Marcel, Fernando, Daniel,

Adriano. Ao pesquisador e hacktivista Murilo Machado, que me deu ótimas indicações para o curso da pesquisa. Agradeço também aos professores Cláudio Paiva e Nazareno Andrade, pois trouxeram questões imprescindíveis durante a banca de qualificação, que orientaram o trabalho a partir de então. Agradeço também a Daniel Neves Abath Luna por aceitar o convite em integrar a banca da defesa da dissertação e contribuir com suas observações a esse trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram concedendo entrevistas, conversas e diálogos que ajudaram no direcionamento desta pesquisa.

RESUMO

A máxima que diz “informação é poder” toma uma dimensão maior e mais complexa quando vivenciada na era da propagação do acesso à *internet* e da revolução da microinformática. Neste sentido, entendemos o hacktivista, como um ator político em razão das possibilidades de ativismo que estão atreladas à sua perícia técnica. Para este estudo, realizamos oito entrevistas, dentre pesquisadores e hacktivistas e como escopo teórico utilizamos A. Samuel (2004), para trazer tipologias de práticas e definições de hacktivismo, M. Castells (2003, 2013), para tratar das pesquisas sobre legislação na *internet*, M. Machado (2013, 2015) e S. Silveira (2010, 2015), que abordam e pesquisam o hacktivismo no Brasil, e F. Malini e H. Antoun (2013), com sua definição de *hacker* de narrativas. Nossa pesquisa fica centrada nas organizações midiáticas hacktivistas, tais como *WikiLeaks* e *Mídia Ninja*, focando em dois casos específicos nos quais as organizações atuaram como *hacker* de narrativas: durante a crise econômica da Islândia em 2008 e durante as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, respectivamente. Constatamos que os dois hackeamentos predisseram e tensionaram o debate acerca de direitos digitais e acesso à *internet*, resultando em legislações sobre direitos digitais nos respectivos países.

Palavras-chave: Hacktivismo; *WikiLeaks*; *Mídia Ninja*; *Hacker* de narrativas.

ABSTRACT

The maxim that says "information is power" takes on a larger and more complex dimension when experienced in the era of the spread of Internet access and the revolution of micro-computing. In this sense, we understand the hacktivist, as a political actor because of the possibilities of activism that are tied to their technical expertise. For this study, we conducted eight interviews, among researchers and hacktivists. We used A. Samuel (2004) to bring typologies of practices and definitions of hacktivism, M. Castells (2003, 2013), to instruct the research about internet legislation, M. Machado (2013, 2015) and S. Silveira (2010, 2015), who approach and research hacktivism in Brazil, and e F. Malini e H. Antoun (2013), with the definition about narrative hacker. Our research is centralized on the hacktivists organizations media, such as WikiLeaks and Mídia Ninja, focusing on two specific cases in which the organizations acted as narrative hackers: during the economic crisis in Iceland in 2008 and during the June Journeys of 2013, in Brazil, respectively. We verify that the two cases of hacking preceded and stressed the debate about digital rights and internet access, resulting in digital rights laws in their respective countries.

Keywords: Hacktivism; *WikiLeaks*; Mídia Ninja; Narrative *hackers*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CAPÍTULO VIAS DE ACESSO AO HACKTIVISMO	12
1.1 O olhar ativista	12
1.2 Táticas e conceitos	16
1.3 Formas de organização.....	25
1.3.1 <i>Hackerespaço/Hacklab</i>	26
1.3.2 <i>Anonymous</i>	28
1.3.3 <i>Comunidades de Software</i> livre.....	32
1.3.4 <i>Organizações de mídia</i>	34
2. CAPÍTULO – O CÓDIGO É A LEI.....	35
2.1 Caso Aaron Swartz.....	35
2.2 Quem regula internet?.....	38
2.3 Regulamentação da vigilância.....	43
2.4 Marco Civil.....	49
2.5 CPI dos crimes cibernéticos	52
2.6 Projeto de Lei das Telecomunicação.....	55
2.7 Franquia de dados na banda larga	58
2.8 Legislação nos Estados Unidos.....	61
2.9 Entre a mordaca e o holograma	63
2.10 Legislação na Islândia	65
3 CAPÍTULO – CASOS DE MÍDIA HACKTIVISTA	68
3.1 <i>WikiLeaks</i> e a crise na Islândia.....	68
3.1.2 <i>Estopim do Kaupthing</i>	74
3.2 Jornadas de Junho e midialivrisimo	78
3.2.1 <i>Polícia interrompe a transmissão</i>	89
3.2.2 <i>Mídia Ninja no Roda Viva</i>	91
CONSIDERAÇÕES.....	91
REFERÊNCIAS	95
GLOSSÁRIO.....	97
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	100
APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tom Cruise em vídeo para Cientologia	29
Figura 2: Pontos visitados pelo XYeyscore	45
Figura 3: Dados do transporte público do Rio de Janeiro	48
Figura 4: Número de projetos por casa legislativa	50
Figura 5: No a la Ley Mordaza.....	64
Figura 6: Protesto com hologramas.....	64
Figura 7: Helicóptero Apache mirando no cinegrafista da Reuters	71
Figura 8: Capa da Folha em 7 de junho de 2013	80
Figura 9: Imagem da Mídia Ninja sobre o protesto realizado no dia 6 de junho, com texto contrariando a Folha de S. Paulo.	80
Figura 10: Folha de S. Paulo do dia 13 de junho de 2013	85
Figura 11: Folha de S. Paulo do dia 14 de junho de 2013	86
Figura 12: Filipe Peçanha concede entrevista ao Jornal Nacional.	88
Figura 13: Pablo Capilé e Bruno Torturra no Roda Viva.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	19
-----------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigamos o hacktivismo e o hackeamento de narrativas realizado por duas organizações midiáticas: *WikiLeaks* e *Mídia Ninja*. Para isto, fizemos oito entrevistas com hacktivistas, pesquisadores e organizações hacktivistas com o intuito de investigar quais seriam as percepções, conceitos e práticas desses sujeitos enquanto ativistas *hackers*. Essas entrevistas foram realizadas entre setembro de 2014 até maio de 2016 e, embora norteadas por alguns questionamentos, dentre os quais: no que consiste o ativismo *hacker*? Quais são suas práticas? Qual a diferença entre *hacker* e hacktivismo? Novas questões surgiram à medida que desenvolvemos a pesquisa. Diante disto, direcionamos nosso objeto para as ações de organizações de mídia que se caracterizam como hacktivistas.

Nossa problemática se cerca de como se organizam e o que caracteriza as organizações hacktivistas. Realizamos dois estudos de caso: o *WikiLeaks* e sua atuação e cobertura durante a crise econômica islandesa de 2008 e a *Mídia Ninja* durante a cobertura das Jornadas de Junho de 2013 ocorrida no Brasil. Para melhor compreensão nos valem de noções de hacktivismo provenientes de cinco entrevistados, acrescidas por contribuições conceituais de pesquisadores como A. Samuel (2004), M. Machado (2013) e S. Levy (1984).

Neste trabalho apresentaremos as situações nas quais as duas organizações hacktivistas *WikiLeaks* e *Mídia Ninja* hackearam a narrativa hegemônica da Islândia e do Brasil, trazendo ideais *hackers* como liberdade de informação, de expressão e práticas colaborativas. Noções sobre *hacker* e hacktivismo se delineiam ao conceito de “*hacker de narrativas*”, proposto por F. Malini e H. Antoun (2013).

Para dar início a esta dissertação, fez-se necessário estabelecer contato com pessoas que pudessem contribuir no desenvolvimento da investigação: hacktivistas e pesquisadores da área. Algumas dessas aproximações foram intermediadas por amigos ou conhecidos, outros foram estabelecidos de forma espontânea, seja através de encontros em congressos ou em fóruns *online* ou por meio de leituras acadêmicas sobre o tema.

Para se ter uma ideia, esse momento de investigação demandou a participação em nove eventos da área: ABCiber, realizado na ESPM em São Paulo durante os dias 3 a 5 de dezembro de 2014 (no qual apresentei o trabalho *Práticas colaborativas, imersão e infiltração: as contribuições do hacktivismo para o webjornalismo*, em coautoria de Thobias Pereira); Exposição Científica, Tecnológica e Cultural (Expotec), em João Pessoa de 27 a 30

de maio de 2015; BitWeek, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, entre os dias 19 e 23 de outubro de 2015, , no qual participei da mesa *Hacktivismo e Jornalismo Guiado Por Dado*¹s, com Daniel Magalhães; Internet Governance Forum (IGF)² e o Internet Ungovernance Forum (IUF)³, ambos realizados em João Pessoa entre os dias 10 e 13 de 2015; o II Congresso de Net-Ativismo, realizado na Universidade de São Paulo, entre o dia 16 e 18 de novembro de 2015, no qual apresentei o trabalho *Feliciano hacked by ProtoWave: Uma lógica midiática no hackeamento da página de Marco Feliciano*; a III Cryptorave, realizada nos dias 6 e 7 de maio de 2016, no Espaço Cultural de São Paulo; o 40º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), realizado do dia 23 ao dia 28 de outubro de 2016, em Caxambu Minas Gerais, no qual apresentei o painel *Hacktivistas e cypherpunks: a resistência à militarização no ciberespaço*; e a IV Cryptorave, realizada nos dias 5 e 6 de maio de 2017, na Casa do Povo em São Paulo.

Percebemos de início que era necessário não apenas conhecer os protagonistas do hacktivismo, mas inserir na dissertação as percepções e as compreensões dos próprios protagonistas, portanto era preciso sistematizar essas conversas através de entrevistas que foram realizadas ou presencialmente ou *online*.

Essas entrevistas foram norteadas por alguns questionamentos, tais como um melhor entendimento do termo hacktivista, como se desenvolvem suas comunicações e ações, quais são suas especificidades em relação aos outros tipos de ativismo e como eles se organizam. Naturalmente, ao longo dos nossos contatos, novos questionamentos e dúvidas surgiram devido ao enorme leque de questões e possibilidades acerca do hacktivismo. Das várias alternativas sugeridas, escolhemos focar em uma única direção como projeto de estudo: pesquisar as organizações de mídia hacktivistas.

Para estabelecer contato com os entrevistados fui orientada a tomar certas precauções de segurança, a fim de evitar que as conversas pudessem ser rastreadas. Uma das indicações

¹Disponível em: <<http://blog.estadaodados.com/>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

¹Jornalismo Guiado por Dados (JGD) se refere à coleta e divulgação de dados sobre um determinado assunto através de infográficos e softwares de coletas. A primeira redação exclusivamente de JGD foi realizada pelo Estadão

² O IGF “Internet Governance Forum” é realizado anualmente e se trata de um fórum que reúne múltiplos atores para discussões de políticas em aspectos de Governança da internet. É promovido pela Organização das Nações Unidas, desde 2006.

³ O IUF “Internet Ungovernance Forum” é a contraproposta do IGF e ocorre simultaneamente ao fórum promovido pela ONU, 1º ed em 2014.

era que não fosse acessada a *surface web*⁴. A forma mais indicada de acessar a *internet* que não seja pela *surface* é com o uso do Tor⁵ (entre outras alternativas), que permite que o tráfego de dados na navegação de mensageiros instantâneos, IRC⁶, navegadores e demais aplicativos que utilizem o protocolo TCP⁷ e permaneçam anônimos. Através do uso do Tor seria possível acessar o conteúdo que não é indexado à *www*, ou o que popularmente é conhecido por *deep web*, embora esse termo passe uma ideia equivocada a respeito do que é essa *internet*, dando margem a um caráter obscuro, por vezes até místico a seu respeito.

Outra recomendação foi a utilização de chaves PGP (do inglês *Pretty Good Privacy*, um programa de criptografia)⁸ para o envio de *e-mails*. Diante da dificuldade de instalar e de executar a ferramenta, foi necessário solicitar ajuda de um técnico.

Além das medidas de ordem técnica, foi necessária a adoção de outras providências, como a utilização de letras alfabéticas para identificar os entrevistados, a fim de preservar suas identidades. Foram realizadas 8 entrevistas, sendo que nem todas serão expostas nesta dissertação, embora possam contribuir para trabalhos e pesquisas futuras. Sobre o perfil das pessoas entrevistadas: são em sua maioria homens, de nacionalidade brasileira e com faixa etária entre os 20 e 35 anos. Apenas uma das pessoas entrevistadas não pertencia a nenhum grupo ou organização *hacker/hacktivistas*. Dentre as pessoas entrevistadas está o pesquisador e hacktivista Murilo Machado e o *hackerespaço* MariaLab.

Dividimos este trabalho em três capítulos: No primeiro, *Acesso ao hacktivismo*, apresentamos os procedimentos técnicos adotados para a realização da pesquisa, trechos das entrevistas, noções acerca do hacktivismo extraídas de revisão bibliográfica e entrevistas,

⁴Surface Web se refere à parte indexada pelos motores de busca à World Wide Web, que é o sistema de documentos em hipermídia interligados e executados na Internet, oficializada por Tim Berners-Lee, no final de 1990.

⁵Tor (ou *The Onion Project*) é um software livre e de código aberto para proteger o anonimato pessoal ao navegar na Internet e atividades online, protegendo contra a censura e privacidade pessoal. A maioria das distribuições GNU/Linux disponibilizam pacotes do Tor, embora haja versões para diferentes sistemas operacionais, tais como: Windows e Mac OS. A rede Tor é uma rede de túneis http (com tls) sobrejacente à internet, onde os roteadores da rede são computadores de usuários comuns rodando um programa e com acesso web (apenas). O objetivo principal desse projeto é garantir o anonimato do usuário que está acessando a web.

⁶Internet Relay Chat (IRC) é um protocolo de comunicação utilizado na Internet. Ele é utilizado basicamente como bate-papo e troca de arquivos, permitindo a conversa em grupo ou privada. Foi documentado formalmente pela primeira vez em 1993.

⁷O TCP (acrônimo para o inglês *Transmission Control Protocol* e significa "Protocolo de controle de transmissão") é um dos protocolos sob os quais assenta o núcleo da Internet. O TCP é um protocolo de nível da camada de transporte (camada 4) do Modelo OSI e é sobre o qual que se assentam a maioria das aplicações cibernéticas, como o SSH, FTP, HTTP – portanto, a *World Wide Web*.

⁸PGP é um programa de computador de encriptação e descryptografia de dados que fornece autenticação e privacidade criptográfica para a comunicação de dados, utilizando um sistema de chaves assimétricas. Foi desenvolvido em 1991 por Davi Phil Zimmermann Arimateia.

formas de organização hacktivista e suas práticas; no segundo, *O código é a lei*, tratamos do debate acerca das legislações que delineiam os direitos digitais, por tratarmos de um objeto um tanto quanto ambíguo no que tange à legalidade, trazemos o aparato legal do Brasil, com o Marco Civil da *Internet* como parâmetro e uma investigação sobre quais as políticas para *internet* nos Estados Unidos, União Europeia e Islândia; no terceiro e último, trazemos os casos de mídia hacktivista, as contribuições do *WikiLeaks* com informações que mudaram o curso da crise na Islândia de 2008/2009 e da Mídia Ninja que fez uma cobertura das manifestações no Brasil em junho de 2013 na enfrentamento do que estava sendo informado pelos veículos de mídia tradicionais no país.

1 CAPÍTULO VIAS DE ACESSO AO HACKTIVISMO

1.1 O olhar ativista

Antes de fechar a delimitação do objeto final, até mesmo anteriormente à aprovação no Programa de Pós-graduação em Comunicação, eu já havia iniciado a pesquisa e conversado com alguns hacktivistas. Uma amiga em comum intermediou o contato com o entrevistado A depois que eu comentei sobre o que gostaria de pesquisar no mestrado. Inicialmente conversamos pelo facebook e ele parecia solícito e atencioso, mas aos poucos foi se mostrando reticente e esquivo. Nossos contatos jamais passaram do alcance entre duas telas. Em nossa primeira conversa, no final de outubro de 2014, apresentei-me e falei sobre meu tema de pesquisa e quais os objetivos na época, que consistia em correlacionar o hacktivismo com o Jornalismo Guiado por Dados (JGD). Na ocasião, cogitamos conversar por *hangout*⁹, com a condição de que ele apagaria a conta após a conversa, no entanto utilizamos essa plataforma apenas para organizar o próximo diálogo. Na ocasião, o entrevistado A sugeriu que nos comunicássemos por IRC, no canal de seu *hacklab*¹⁰. Havia seis pessoas *online* no canal, ele me apresentou aos seus colegas e durante meia hora conversamos sobre as proximidades entre hacktivismo e jornalismo, todos sempre elogiosos ao trabalho realizado pela organização *WikiLeaks*, ressaltando que se tratava do melhor exemplo para correlacionar hacktivismo e jornalismo, embora não se saiba tão detalhadamente como o *WikiLeaks* utiliza o *hacking* na apuração de suas pautas.

Dando prosseguimento aos contatos, através de pesquisas feitas a trabalhos acadêmicos sobre hacktivismo e a correlação desse tipo de ativismo com ciberativismo/netativismo, encontrei a dissertação de Murilo Machado, *Por dentro do Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade do controle*, de 2013. O trabalho tinha considerações interessantes sobre a organização brasileira do movimento hacktivista *Anonymous*. Após pesquisar nas redes sociais, encontrei seu perfil e mandei uma mensagem me apresentando e falando da minha pesquisa, ele me respondeu rapidamente e se mostrou disposto a contribuir. De início nos comunicamos por *e-mail*, entre agosto e outubro de 2015, até que marcamos uma data para que pudéssemos conversar por *hangout*.

⁹ Plataforma de mensagens instantâneas e chat de vídeo desenvolvido pelo Google, lançada em 15 de maio de 2013, que substitui três produtos de mensagens no qual o Google havia implementado simultaneamente nos seus serviços, incluindo o *Google Talk*, *Google+ Messenger* e o *Hangouts*, um sistema de vídeo chat do *Google+*.

¹⁰ Hacklab é uma forma de organização de grupo hacktivista. O termo será trabalhado ao longo deste capítulo

Na ocasião, estava de frente para um *notebook* da *Dell* com o *Windows* 8 atualizando e acessando a *internet* pelo *Google Chrome*, com o *Gtalk* aberto esperando meu entrevistado, resultado: eu era a antítese do *hacker* que se preocupa com a sua privacidade. Vale lembrar que tanto a *Microsoft* quanto a *Google* fazem parte do grupo de nove empresas envolvidas com programas de vigilância da NSA. Infelizmente, eu dependia, e ainda dependo, desses recursos para realizar a maioria das minhas atividades na *internet*.

Nessa entrevista, tínhamos a oportunidade de ver o outro em movimento, as expressões, a entonação imposta para cada ideia. Machado não se encaixava no estereótipo do *hacker* que se esconde ou usa máscara. Há de se falar que essa imagem foi reforçada por algumas décadas, não só através das notícias que criminalizam as atividades *hackers*¹¹, mas também em filmes, séries e livros. Inclusive na própria imagem midiaticizada proposta pelo maior grupo hacktivista existente, os *Anonymous* que apresentam seus vídeos e manifestos por trás de máscara e com o auxílio de *Softwares* que disfarçam a voz, entretanto, tenho observado esforços para reverter esse perfil em algumas obras audiovisuais, desde 2014. Por exemplo, a personagem Nomi Walks, interpretada pela atriz Jamie Clayton da série da *Netflix*, *Sense 8*, que diz que “se o *hacking* é por dinheiro já não é *hacking*”, ou ainda em referência à NSA, quando comenta que “se eles podem nos espionar, por que não podemos espioná-los?”. O mesmo ocorre com Dutch Velders, interpretada por Ruta Gedmintas, da série da emissora FX, *The Strain*; além da outra série que aborda os *hackers*, no início da revolução da microinformática, na década de 80, em *Halt and Catch Fire*, da AMC.

Em sua dissertação, Murilo Machado identificou que o *hacking* de computação, por si só, já carrega traços políticos desde a primeira geração de *hackers*, do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), no final da década de 50. Sobre o assunto, S. Levy *hacker* e pesquisador identificou em sua obra *Hackers: Heroes of Computer Revolution* (1984) as distinções entre as gerações de *hackers*, a iniciar dos primórdios dessa cultura nos laboratórios do MIT. S. Levy e sintetizou também quais seriam os princípios da ética *hacker*: 1. O acesso a computadores - e qualquer outro meio que seja capaz de ensinar algo sobre como o mundo funciona - deve ser ilimitado e total; 2. Toda a informação deve ser livre; 3. Desacredite a autoridade e promova a descentralização; 4. *Hackers* devem ser julgados segundo seu *hacking*, e não segundo critérios sujeitos a vieses tais como graus acadêmicos, raça, cor,

¹¹ Silveira (2015) menciona a pesquisa feita sobre a mídia estadunidense de Vegh (2003) que constatou que, antes do 11 de setembro, os *hackers* eram apresentados como criminosos comuns e após o atentado passaram a ser noticiados como ciberterroristas (SILVEIRA, 2015); (VEGH, 2003)

religião, posição ou idade; 5. Você pode criar arte e beleza no computador; 6. Computadores podem mudar sua vida para melhor.

Podemos dizer que é com o hacktivismo que o caráter político do *hacking* se torna mais explícito.

O ativismo *hacker* pode ser definido como o uso de ferramentas digitais tendo em vista fins exclusivamente políticos, que não raro são logrados de maneiras especialmente transgressivas e/ou disruptivas. Ou, de forma mais ampla, trata-se da junção, por um lado, das ferramentas e conhecimentos técnicos encontrados no *hacking* e, por outro, de uma forma especial de ativismo político – mais comumente realizado por meio das redes digitais de comunicação (MACHADO, 2013, p. 13).

Murilo faz parte da comunidade de *Software* Livre e diz não se vincular exclusivamente a nenhum grupo específico. “Eu tenho uma relação com o Software livre de ativista mesmo, quer dizer que eu levo isso como se fosse uma religião”, fala despreocupadamente. Murilo contribui “exorcizando, tirando o mal” (expressão dele) dos computadores, ou seja, substituindo o sistema operacional das máquinas de *Windows* para algum outro que não seja um *Software* proprietário. Até a data da nossa entrevista, 19 de outubro de 2015, 38 computadores foram “exorcizados”. “Não tem o ‘ecochato’? Eu sou tipo isso, mas para a tecnologia livre”, comentou.

Eu não uso *Software* proprietário há muito tempo e as pessoas não, as pessoas usam em geral. E aí, por exemplo, eu trabalho na prefeitura de São Paulo, e a prefeitura, por padrão, usa *Windows*, compra milhões de reais em licença para *Windows*. Eu tenho um problema, eu não uso. Então eu chego e exorcizo a minha máquina. Não pode. Aí eu estou usando o meu sistema, o que é bem difícil porque toda a estrutura foi feita para ser proprietária, não tem estrutura nenhuma para aquilo. E a partir do momento que eu faço o negócio funcionar, ele não dá pau. Porque ele é rápido, ele é leve e estável. E o computador das pessoas, não. E aí vira uma patrulha minha ideológica. Isso vive comigo (MACHADO, outubro de 2015).

Murilo explica que evita o máximo possível usar máquinas que contenham *Software* proprietário. E relata que usa, diariamente, cerca de 10 distribuições (sistemas operacionais) diferentes. Por fluir entre várias comunidades de *Software* livre, Murilo conhece pessoas das mais variadas comunidades, além de ser um frequentador assíduo da página distrowatch.com¹², que lista praticamente todas as comunidades de *Softwares* livres (sistemas operacionais e não aplicativos) no mundo todo. “Tenho um verdadeiro prazer em testar novas

¹²DistroWatch é um observatório das distribuições Linux e BSD de todo o mundo. Contém informações sobre novas distribuições, atualizações, lançamentos e outras notícias referentes ao Software Livre.

distribuições. Tanto os novos releases das distribuições que eu já uso, como novas distribuições. Eu adoro”. Murilo falou sobre o objeto de seu ativismo, e alega informar as comunidades quando encontra falhas nos sistemas operacionais que testa.

Sobre se identificar ou não com o termo hacktivista, Murilo respondeu que: “*Hacking* de computação é você usar as ferramentas digitais de comunicação para um ativismo político. E isso eu faço” (MACHADO, outubro de 2015).

Já com o entrevistado **B**, militante do *Software* Livre e liberdade na *internet*, não ocorreu a mesma identificação. “Hoje em dia as ideias voltaram a ser perigosas. Não digo que sou um hacktivista”, falou escorregadio enquanto me olhava desconfiado. Quando pedi para que ele assinasse um termo de compromisso para que eu tivesse autorização para usar suas declarações nesta pesquisa, ele pegou a declaração, pediu uma caneta, viu que precisava colocar alguns dados pessoais e me encarou: “Eu sou um pirata, não precisa disso aí não”. Ainda insisti pelo protocolo, mas ele me respondeu “Você se compromete a me mandar o seu trabalho depois e disponibilizá-lo na rede?”. Assenti. “Então é isso”. Apesar disso, optei por utilizar um codinome para me referir ao entrevistado, por achar que seria mais coerente com a sua atitude ao não se assumir hacktivista, contudo, mesmo com essa esquiva, este entrevistado me deu uma deixa: “Não pergunta para as pessoas se elas são ou não hacktivistas, delimita o que é ou deixa de ser e você vai percebendo quem é ou não, independente de auto declaração, saca?”.

Conheci o entrevistado **B**, hacktivista, durante o Fórum de Desgovernança da *Internet* (*Internet Ungovernance Forum*, IUF), realizado de 9 a 13 de novembro de 2015, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), organizado pelo Partido Pirata, com apoio de diversos *hacklabs*. O evento foi uma contraproposta do Fórum Internacional da Governança (*Internacional Governance Forum*, IGF) e ambos foram realizados na mesma semana; esse último, no entanto, foi produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que em 2015 teve a sua 10ª edição.

Sob as luzes azuladas das salas abarrotadas do Centro de Convenções de João Pessoa, local no qual foi realizado o IGF, ativistas de países como Paquistão, Colômbia e México falavam sobre suas experiências a respeito de manifestações locais e como a vigilância da *internet* poderia ser prejudicial para os ativistas ou ainda como a rede pode propiciar organização social. Apesar disso, também foi possível ouvir de alguns participantes, problematizações acerca da impossibilidade de existir o anonimato. Conversando com um indiano, que fora ao evento representar uma empresa de provedor de *internet*, ele me explicou

como o procedimento de conexão torna inevitável que as provedoras tenham acesso aos dados de seus usuários. A questão, no entanto, não é mais como empresas e governos utilizam a *internet* para manutenção deste sistema de vigilância, e sim o que isso implica no cotidiano das pessoas.

Os dois eventos, com suas abissais diferenças, compartilharam de alguns mesmos palestrantes que, embora falassem sobre o mesmo assunto, abordavam perspectivas distintas em cada um dos espaços. Esses dois modelos de discussão acerca da *internet* colaboram com a pluralidade de percepções sobre ativismo *online* e direitos civis, apesar da presença dos hacktivistas no IGF, à paisana ou não, o discurso vigente era muito diferente do que o presenciado no Desgovernança, por exemplo. O que só explicita a ambiguidade do papel do hacktivista quando se discute netativismo.

O termo hacktivismo pouco foi citado durante o IGF, embora a preocupação em torno do *hacking* fosse mencionada enquanto uma constante no que se refere à segurança digital. O sociólogo S. Silveira, que pesquisa cultura *cypherpunk*, *hacker*, *Softwares* não-proprietários, levanta o questionamento a respeito do uso das tecnologias como forma de controle e a necessidade da difusão do *hacking* como método de segurança individual.

O que está em questão aqui é o poder soberano. O Estado deve ter um poder ilimitado diante da sociedade? No seu território, o Estado reivindica um poder total sobre a vida dos indivíduos. Existem razões de Estado que clamam pelo controle das populações e de seus desviantes. Tais razões se justificam também diante das razões dos outros Estados, pois a lógica da força é, em última instância, o que pode decidir os contenciosos sem instituições de poder superiores (SILVEIRA, 2015, p.3-4).

S. Silveira propõe essa indagação ao discorrer sobre as práticas discursivas dos *cypherpunks* – compreendido como grupo de pessoas que utilizam e militam pelo uso da criptografia como ferramenta política –, identificando o questionamento do poder soberano enquanto uma das características principais dos *cypherpunks*. Entretanto, é possível identificar tais questionamentos também no cerne das práticas hacktivistas, como será explicitado ao longo deste capítulo.

1.2 Táticas e conceitos

A fim de compreender as ações desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas nesta pesquisa, investigamos quais seriam suas táticas e concepções sobre hacktivismo no exercício

de suas militâncias. No caso de Murilo, seu ativismo é direcionando à promoção do *Software* Livre. Por estar envolvido nesta militância, ele é crítico em relação a algumas das grandes empresas de tecnologia pelo uso que as mesmas fazem do *Software* proprietário e do cerco contra as tecnologias *open source*, como a *Microsoft* e a *Apple*.

As pessoas ainda têm uma ideia, um preconceito em relação ao Linux. Acho que isso é um trabalho muito bem feito dessas empresas de tecnologia, como a *Microsoft*. A *Microsoft* tem um papel muito importante porque ela ajuda a massificar a revolução da microinformática. Mas por outro lado é uma empresa que tem péssimos programadores e excelentes marqueteiros. Eles fizeram um trabalho incrível de aprisionamento de mercado. Porque é isso, eles não deram margem para a concorrência, ainda mais se a concorrência não tiver o seu poder de fogo. (...) O Steve Jobs mesmo era um programador medíocre, mas ele sabia fazer coisas muito bonitas. E aí ele pegou um *Software*, que era livre, chamado BSD e fechou o código. Ele pegou um Linux e fechou o código e até hoje o código é mais ou menos o mesmo. Só que ele fez coisas lindas do ponto de vista do layout e aí as pessoas acham lindo. Mas se você pegar um BSD hoje, ele tem um desempenho idêntico ao IOS¹³. Mas aí o cara tem uma empresa, faz isso em larga escala e deixa bonito, porque é bonito, é claro. (MACHADO, outubro de 2015).

Em seu ativismo, Murilo Machado se propõe não apenas a investigar novas distribuições de *Software* livre, mas também ajudar no processo burocrático dos *Softwares*, principalmente em distribuições novas e nas traduções. Ele explica que cada distribuição tem suas peculiaridades, algumas com uma estrutura organizacional mais descentralizada e desorganizada, outras de estruturação melhor elaborada.

Murilo enfatiza que existem diferenças estruturais entre as diversas comunidades de *Software* livre, indicando que algumas se dedicam a tornar a interface mais “amigável” ou atraente para pessoas leigas, com diversos tutoriais para quem está dando seus primeiros passos, como o *Ubuntu*¹⁴, que, inclusive, é criticado por ativistas mais engajados por fazer acordos com empresas, como a *Amazon*, por exemplo, ou às vezes utilizar outras tecnologias proprietárias, de acordo com o pesquisador. Enquanto outras comunidades demandam maior dedicação e autodidatismo de seus usuários, excluindo a possibilidade de usar qualquer que seja a tecnologia proprietária, como é o caso da distribuição *Slaker*. Ele afirma que são posturas muito diferentes assumidas por pessoas muito diferentes que estão a frente dessas organizações, conforme observa quando transita entre essas comunidades, enquanto ativista e pesquisador.

¹³Sistema operacional da Apple.

¹⁴Ubuntu é um sistema operacional de código aberto, construído a partir do núcleo Linux, baseado no Debian, lançado em 2004. É patrocinado pela Canonical Ltd (dirigida por Jane Silber).

Perguntei para Murilo se há algum momento histórico do hacktivismo no Brasil. Ele respondeu acerca do impacto do *Software* livre e como isso foi dialogado de forma institucional no país. “Um momento importante para o hacktivismo foi quando o governo federal brasileiro começou a olhar pra o *Software* livre”, disse. “Após o Lula assumir [a presidência], o Sérgio [Silveira] passa a chefiar o Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), o órgão máximo em tecnologia no país. A partir disso o governo federal adota o *Software* livre como padrão” (MACHADO, outubro de 2015).

Em 2003, o então presidente Lula publicou um decreto instituindo comitês técnicos para a adoção do *Software* livre em todos os órgãos e instituições do Governo Brasileiro. O movimento do *Software* livre no Brasil, que começa ainda na década de 90, tendo alguns fatos marcantes como a fundação da empresa Conectiva, no estado do Paraná. Primeira empresa a comercializar e a oferecer suporte para uma versão em português brasileiro de uma distribuição Linux, assim começam a ganhar força. Após a fundação do Projeto *Software* Livre do Rio Grande do Sul, em 1999, foi criada a Associação *Software* Livre, em 2003. Essa ONG visou a promoção do *Software* Livre no país. Ainda mais relevante do que isso, foi a criação do Fórum Internacional de *Software* Livre (FISL), em 2000, que, desde então, é realizado anualmente em Porto Alegre.

O uso de *Software* não-proprietário se mostrou uma unanimidade entre *hackers* e hacktivistas. Embora só o fato de não ser proprietário não garanta qualidade para o *Software*. O entrevistado C, que utiliza tecnologia não-proprietária, também atenta para o fato do *Software* ser livre não ser garantia de eficácia de seu funcionamento.

Eu uso *Software* livre, mas depende da plataforma, por exemplo, Tor, Tails e extensões do Tor (exemplo: torbirdyplugin). Você tem que ver o *Software* livre como algo que pode ser inseguro (códigos ruins, falha de segurança)¹⁵ (C, dezembro de 2015).

O entrevistado C ainda ressalta que as distribuições de *Software* livre que são desorganizadas podem ser instáveis e com bugs, dando brechas para falhas de segurança. Ele diz que acessa a rede utilizando o Tor e, aliado a ele, o sistema operacional Tails, que tem como característica principal a garantia de maior anonimato, por ser instalado em um pen drive, ou seja, além de mais difícil de ser rastreado, ainda tem a vantagem de ser mais facilmente transportado e pode ser utilizado em qualquer máquina.

¹⁵No original: I use free software, but it depends which platform, for example Tor, Tails and add-ons from Tor (example: torbirdyplugin). You have to see free software as something that can be unsafe (badly coded, security flaws, can lack fixed => leak => bad security) (C, dezembro de 2015). Tradução livre.

Conheci este entrevistado em um fórum *online* e ele sempre mostrou disposição para tirar dúvidas, explicar como exerce seu hacktivismo e como compreende a cultura *hacker*, cuidando para responder meus questionamentos em tempo hábil. Informalmente, conversamos casualmente por algum tipo de *Messenger* e, em uma dessas conversas, ele contou como se deu seu interesse pelo *hacking*. “Eu comecei a hackear porque era divertido e eu me sentia superior quando as pessoas usavam as minhas ferramentas”¹⁶, disse sem esconder a vaidade. Suas primeiras atividades *hackers* consistiam em fazer trapaças em jogos. “Mas depois de um tempo a parte ‘divertida’ estava sumindo e eu fui tomando uma postura mais séria em relação a isso, até o ponto que realmente decidi sar [o *hacking*] para dar apoio e ajuda contra a crueldade que gera prejuízos globais e impactos drásticos à vida”¹⁷.

A ideia de que o *hacking* pode ser benéfica ainda encontra resistência em parte da sociedade que atribui o estigma da criminalidade aos *hackers*. Murilo Machado mencionou a existência de uma espécie de campanha difamatória contra o Linux e demais *Softwares* livres. É possível perceber que existe uma criminalização do uso de tecnologias livres, de fato. Na página principal do Tor há um anúncio que indica “pessoas que usam o Tor: famílias que almejam proteger sua privacidade, jornalistas no exercício de sua profissão” etc., numa provável tentativa de desvincular o uso da plataforma para cometer crimes. Ainda sobre o assunto, várias matérias foram veiculadas após o atentado na França, por exemplo, correlacionando o uso do aplicativo *Telegram*¹⁸ aos atentados, porque supostamente teria sido a ferramenta utilizada pelos terroristas por não ser rastreável. Sabe-se que o estigma de criminalidade ainda persiste atribuído à figura do *hacker*, associar o uso de *Software* livre à criminalidade é apenas um bônus.

Por causa desse estigma e por todas essas nuances nas práticas ativistas é comum que, existam dúvidas a respeito do limiar entre ativismo e vandalismo, este último tão exaustivamente repetido, por exemplo, durante a cobertura jornalística das Jornadas de Junho, acabou por suscitar mais desconfiança quando se trata de ativismo. Mas o que seria isso ativismo ou vandalismo? Em relação ao hacktivismo, a situação é ainda mais delicada dada a carga simbólica do *hacker* e também pela associação injusta feita a uma espécie de ciberterrorismo. A pesquisadora Samuel, em sua tese *Hactivism and the Future of Political*

¹⁶ No original: I started to hack because it was fun and I felt superior when people used my tools. (Entrevistado C) Tradução livre.

¹⁷ No original: But after a while ‘the fun part’ of it faded away and I got more serious about it, to the point where I actually decided to use it as to support/help things against the cruelty that caused global damage and drastical impact on life. (Entrevistado C) Tradução livre.

¹⁸ Disponível em: < <http://migre.me/u04in>.> Acesso em: 22 de maio de 2016.

Participation (2004)¹⁹ fez um gráfico que visa explicitar quais seriam as nuances entre o hacktivismo e vandalismo (ou ciberterrorismo), apresentado a seguir:

Tabela 1:

	Off-line	Online
Convencional	Ativismo: Votação Eleições Marchas pacíficas Boicotes	Ativismo online: Votação <i>online</i> Campanha <i>online</i> de doações Petições <i>online</i>
Transgressivo	Sit-ins Barricadas Grafiti político Manifestação teatral Mídia independente Sabotagem	Hacktivismo: Desfiguração de sites Redirecionamento de sites Ataques de negação de serviço Roubo de informações Paródia de sites Sit-ins virtuais Sabotagem Desenvolvimento de <i>Software</i>
Violento	Terrorismo: Atentado político Seqüestro político Tree-spiking	Hackear o controle de tráfego aéreo Hackear rede elétrica (nota: até a data estes exemplos são apenas hipotéticos)

Fonte: SAMUEL, 2004, p.6-7²⁰

Samuel propõe que as táticas hacktivistas não se enquadram em ações violentas, identificando-as com um caráter mais transgressor, entretanto, o vandalismo continua pairando no ar. Quando perguntei para Murilo qual seria o limiar entre os termos, o pesquisador respondeu que depende da perspectiva. “Considero várias formas de manifestação como formas de participação política, como formas de interferir no espaço comunicacional, que é um espaço de poder” e completou dizendo que: “Tem gente que acha que parar o trânsito de uma avenida é vandalismo. É um termo que está em disputa” (MACHADO, outubro de 2015).

Murilo conta ainda que é comum ser questionado, se considera um hacktivista ou um *hacker*. Ao que explica: “Na literatura existe uma corrente que encara o termo *hacker* como uma coisa muito mais ampla do que o sujeito que escreve código” (MACHADO, outubro de 2015). Ele ressalta que o código é como um idioma e fala que, apesar de gostar muito, hoje,

¹⁹Tradução livre: Hacktivismo e o Futuro da Participação Política. (SAMUEL, 2004)

²⁰Tradução livre (SAMUEL, 2004, p. 6-7)

mais por falta de tempo do que qualquer outra coisa, não tem praticado. “Eu sou um cara que escreveu código muito bem, hoje eu falo muito mal essa língua. E toda vez eu tento porque me dá uma saudade, mas também me dá um desespero porque eu vejo que eu sou muito grosso, diferente do que eu era” (MACHADO, outubro de 2015).

O *Software* é uma narrativa, a construção do código é uma narrativa, o código é uma história, o Galloway tem uma passagem brilhante onde ele diz isso: o código é uma linguagem, e ele é a única linguagem que fala o que ela está escrevendo. É como se eu tivesse falando pra você agora; eu estava naquele dia na praia, e ao mesmo tempo eu estivesse fazendo isso na praia. Ela é auto-executável, ela escreve o que ela está fazendo, não existe uma linguagem que seja assim, senão o código e isso é brilhante (MACHADO, outubro de 2015).

Murilo Machado ressaltou novamente que *hacking* de computador é sobre escrever códigos, embora o hack possa ser compreendido de maneira mais ampla “o hack é usar o sistema contra o próprio sistema. É você pegar aqueles sistemas que estão ali e subverter aquela lógica indo contra o próprio sistema”, disse entusiasmado. Completou: “Se você, por exemplo, usa uma cafeteira para você esquentar a água para tomar banho, você hackeou aquela porcaria. Porque ela não foi feita para isso”, disse. Este pesquisador mencionou ainda uma situação ocorrida no Egito, durante a Primavera Árabe que ilustra o assunto:

Quando o Mubarak mandou desligar a *internet*, as pessoas não conseguiam se comunicar e a coisa estava fervendo, a polícia estava descendo o cacete. A Praça Tahrir estava em ebulição, as pessoas precisavam se comunicar e as pessoas não conseguiam porque o Mubarak mandou desligar os provedores egípcios de comunicação. Aí começam a aparecer pessoas que dominavam essa técnica do embaralhamento de IP, não necessariamente programadores, mas pessoas que sabiam como fazer isso, e ensinar às pessoas que precisavam se comunicar como fazer isso. Primeiro: anonimamente. Segundo: usando servidores internacionais. E diziam: olha, você não consegue acessar a tua *internet* porque você paga um servidor aqui do Cairo. O servidor do Cairo não vai funcionar porque o Mubarak mandou desligar, então assim, as máquinas estão desligadas, você não vai conseguir. Como que faz isso? Então você faz o seguinte, disca para esse número aqui. A *internet* vai ficar mais lenta porque a gente vai fazer vários reboots aqui e tal. Vai ficar lento, mas você vai conseguir se comunicar. Então essas pessoas são ativistas *hackers*, não são necessariamente programadoras, mas conhecem o funcionamento de uma tecnologia. E estão usando aquilo para uma finalidade. (MACHADO, outubro de 2015).

Murilo aponta para outras vertentes promissoras do hacktivismo no país, como a transparência *hacker*, *Software* livre e a criptografia. “Vejo também como tendência esse hacktivismo mais transgressivo mesmo, que está nessa linha tênue entre legalidade e ilegalidade, mas ele é esquisito. Ele aparece em alguns momentos com uma força absurda”,

como nas operações realizadas pelo *Anonymous*. Na sua dissertação, Murilo discorre sobre duas delas: a #OpWeeksPayment e a #OpGlobo, embora o grupo já tenha realizado uma quantidade enorme desde sua proliferação no Brasil, por volta de 2011.

O entrevistado C pertence ao movimento *Anonymous* e conta que começou a participar após um período de *hacking* com trapaças em games *online*. C conta que participa do movimento desde 2010, embora sua primeira operação (termo utilizado pelo movimento para deliberar as atividades em grupo) foi apenas em 2011, numa ação em represália contra o *Facebook*.

A operação Facebook foi a minha primeira “ação” e me motivou a forma como as plataformas sociais mantêm dados pessoais, mesmo depois que as pessoas deletam seus perfis. Eu meio que explorei e fiz pesquisas e aumentei minha consciência de que isso é contra a política de privacidade. O objetivo era fazer com que as pessoas estivessem cientes disso e não hackear o Facebook. Eu ainda me lembro como a mídia estragou tudo dizendo que o *Anonymous* atacaria o Facebook. O que não era toda a verdade. Nós queríamos fazer com que os usuários estivessem conscientes desse problema e no dia 5 de novembro nosso propósito era deletar nossos perfis como uma forma de protesto contra essas “políticas de privacidade”. Eu contribuí com o desenvolvimento de uma plataforma simpática que nós gostaríamos de criar (alternativa ao Facebook.). A propósito, uma coisa muito importante que eu ainda preciso dizer, o que eu quero dizer com abuso das políticas de privacidade é que eles vendem dados pessoais para agências de governo e informações pessoais continuam existindo mesmo quando os usuários deletam seus perfis. Então o resultado era que as empresas de segurança têm acesso a toda informação e agem como um espião que vigia pessoas de todo o mundo²¹ (Entrevistado C, janeiro de 2016).

Entretanto, após algum tempo, os “líderes” decidiram cancelar a operação, o que teve várias consequências negativas, mas não especificaram quais. Perguntei sobre como funciona a decisão sobre a indicação desses líderes, ao que ele respondeu: “Em certas missões algumas pessoas assumem a liderança. Não é que sejam as principais lideranças. Tudo depende das

²¹ No original: Well, operation Facebook was my first "action" and it kind of motivated me that social platforms keeps personal data, even after people delete their profiles. I kind of explored and did research and raises awareness that this is against privacy policies. The goal was to make people aware of it, not to hack Facebook. I still remember that the media blew up the whole thing that anonymous would attack Facebook.. This was not fully true. We wanted to make users aware of this issue and on the 5th of November our Goal was to make users deleting their profile as a form or protest against these "privacy policies". I helped with the development of a privacy-friendly platform that we wanted to make (alternative to Facebook) (...) Btw, smth very important I still need to say, what I mean w/ abusing privacy policies is that they sold personal data to the government agencies & personal information stayed existed after people deleted their fb profile. So the result was that security firms got actually access to all the information and was like a spy that kind of watch all the people from all around the whole world. (Entrevistado C, jan. de 2016).

situações. Essas pessoas também são reconhecidas com uma certa ‘key-id’²². Para o entrevistado C, o *Anonymous* funciona como um cérebro e em algumas operações, algumas pessoas assumem mais responsabilidades, desenvolvendo temporariamente esse papel de liderança, mas isso não faz ninguém maior do que ninguém. Todos continuam sendo anônimos.

A plataforma amigável, que não armazena dados dos usuários, não chegou a ser concretizada, embora já existam algumas alternativas, como o Quitter²³, uma alternativa para o Twitter, e a Diáspora²⁴. “Eu me senti muito realizado e senti que fiz algo bom para o ‘mundo’. Mesmo fazendo parte de uma operação que meio que ‘falhou’, ainda assim valeu a pena.”²⁵, conta sobre a #OpFacebook e complementa que sempre mantinha contato com outros hacktivistas, diariamente, e que isso é uma prática importante do processo.

Para mim não foi sobre o resultado, mas a consciência de que era compartilhado com a população. A investigação que eu vinha fazendo sobre determinadas situações e na verdade porque parte do grupo onde você tem os mesmos objetivos, isso é algo que me motiva demais. E ainda me motiva. Todo dia nós nos tornamos maiores, mais largos... ninguém jamais irá nos derrubar, acredite em mim²⁶ (Entrevistado C, janeiro de 2016).

Por ter atuado primeiro como *hacker*, em 2005, e só em 2010 ter entrado no *Anonymous*, ele identifica que há diferença entre *hacker* e hacktivista.

Quero dizer, por que ambos são chamados de *hackers*, você pode vê-los em meios sociais diferentes, mas pode ser meio enganoso porque há uma diferença na “intenção” do *hacking*. Existem *hackers* mais direcionados para cibercriminosos, porque saqueiam sistemas para seu próprio lucro (uma espécie de cracker). Enquanto o hacktivismismo é o total oposto. Estes existem fora de divergências políticas. Então, hacktivistas definitivamente pertencem a um grupo diferente dos *hackers*.²⁷ (Entrevistado C, dezembro de 2015).

²² No original: Certain tasks people stand up and take control over it. But it's not that it has his 'main-leaders'. It all depends from situations. Those people are also recognized with a certain 'key-id'. (Entrevistado C, jan. 2016)

²³ Disponível em: <quitter.se>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

²⁴ Disponível em: <diasporafoundation.org>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

²⁵ No original: I felt really accomplished and thought I did something good for the 'world'. Even the operation has failed, I still felt that worth it. (Entrevistado C, jan. 2016)

²⁶ No original: For me it was not as such as the result but the awareness that was shared with the population, the research I've been doing about certain situations and actually became part of a group that understands you and has the same goals, that's something that motivated me a lot. And still does. Everyday we've become bigger, larger... Nobody can ever shut us down, trust me. (Entrevistado C, jan. 2016)

²⁷ No original: I mean why all are actually called "hackers", you see it on different social medium, but it is kind of misleading because there is a difference in the "intention" of hacking. You have hackers, more directed to cybercriminals, who actually plunders systems for their own profit. (sort of crackers...). While hacktivism is the total opposite. Hacktivists hack systems as a form of a protest. These exist out of political disagreements. So hacktivists definitely belong in another group then hackers. (Entrevistado C, dez. 2015)

O hacktivista enquanto um indivíduo que atua de forma mais incisivamente política é definido, em linhas gerais, pelo entrevistado C como “*Hacking* e ativismo para a promoção de uma série de ideologias políticas para alcançar uma mudança sociopolítica”²⁸, muito próxima da compreensão de hacktivismo apresentada por Murilo Machado. Ele completou dizendo “Posso escrever tantas páginas sobre isso, mas essa é, para mim, a menor e mais ponderosa explicação”²⁹.

Na fala do entrevistado C fica nítida a forte carga ideológica em defesa de uma ética hacktivista, vista como método de construção de uma sociedade mais justa, além de ressaltar seu caráter colaborativo nas atividades coletivas.

Eu gosto de trabalhar em grupo porque eu me sinto mais motivada quando outras pessoas almejam os mesmo objetivos e, é claro, pelo meu anonimato. Quero dizer, sempre há uma pequena chance de você ser pego, mas é muito menor do que quando você trabalha só. Além da sensação de estarmos todos no poder faz com que nós nos sintamos apenas um e nos mantêm unidos, não importa o que aconteça³⁰ (Entrevistado C, dezembro de 2015).

Antes da multiplicidade de operações promovidas pelo *Anonymous*, A. Samuel em sua tese citada anteriormente, fez um trabalho de identificação de tipos de hacktividades, categorizando-as em oito tipos: 1. *desfiguração do site*, que consiste na substituição da página inicial do site hackeado por outra, com uma mensagem pretendida; 2. *sabotagem*; 3. *redirecionamento do site*; 4. *negação de serviço*³¹, que se trata de sobrecarregar uma determinada página, simulando o acesso de um número enorme de computadores; 5. *roubo de informações*; 6. *paródia de sites*; 7. *virtualsit-in*, que é uma espécie de negação de serviço, mas realizado por várias pessoas; e, por último, 8. *desenvolvimento de Softwares*. Para Samuel, diferentes formas de hacktivismo indicam culturas e orientações políticas diferentes, as quais se prestam a diferentes tipos de declarações políticas (SAMUEL, 2004).

²⁸ No original: hacking and acting to promote a sort of political ideology, to achieve a social political change (Entrevistado C, 2015)

²⁹ No original: I can write so many pages about it, but this is for me the shortest and most powerful explanation (Entrevistado C, 2015)

³⁰ No original: I like to work in group because I feel more motivated when other people want to pursue the same goals and of course my anonymity. I mean there is always a small chance that you can get caught, but a lot less then when you would work "alone". Also the feeling of being all in power makes us feel one and keeps us going, no matter what. (Entrevistado C, 2015)

³¹ Denial-of-service (DoS). (SAMUEL, 2004)

Samuel define ainda que o hacktivismo é “o uso não violento, legal ou ilegal, de ferramentas digitais para perseguir finalidades políticas”³² (SAMUEL, 2004), e traz conceitos de outros pesquisadores, como T. Jordan e P. Taylor, que classificam como “uma combinação de protesto político com hackeamento” (JORDAN, TAYLOR, apud SAMUEL, 2004); D. Denning, que define hacktivismo como “o casamento entre o *hacking* e ativismo. Cobre operações que usam técnicas de *hacking* contra sites, com a intenção de interromper as operações normais, mas sem causar danos graves (DENNING, apud SAMUEL, 2004)³³; Vegh classifica como “[h]acktivismo é uma ação política realizada *online*, ou uma campanha, realizada por atores não-estatais, como forma de expressar desaprovação em relação a algo ou para chamar a atenção para alguma causa defendida pelos hacktivistas” (VEGH, apud SAMUEL, 2004)³⁴.

Até então, pode-se perceber que, por mais que seja possível exercer o hacktivismo independente, há uma valorização do trabalho em equipe, não só pela lógica de compartilhamento de conhecimento e de divisão de tarefas, mas também pela segurança, como foi mencionado por C.

1.3 Formas de organização

Pelo que foi exposto até o momento, pode-se perceber que são diversas as formas de atuação e de organização do hacktivismo. Temos as comunidades de *Software* livre e código aberto, movimentos sociais (como o *Anonymous*), os *hackerespaços/hacklabs*, organizações de mídia hacktivistas (como o *WikiLeaks*). Também existe o ativismo solo, no qual o hacktivista não está associado a nenhuma dessas organizações ou qualquer outra em particular. É perceptível também que existem vertentes específicas dentro do hacktivismo, tais como: transparência, mídia independente, criptografia, disrupção e *Software* livre, que se

³²No original: “hacktivism is the nonviolent use of illegal or legally ambiguous digital tools in pursuit of political ends”. Tradução livre. Disponível em: <<http://alexandrasamuel.com/dissertation/pdfs/Samuel-Hacktivism-entire.pdf>> Acesso em: <12 de agosto de 2015>.

³³No original: “the marriage of hacking and activism. It covers operations that use hacking techniques against a target’s Internet site with the intent of disrupting normal operations but not causing serious damage.” Tradução livre (DENNING, apud SAMUEL, 2004)

³⁴No original: “[h]acktivism is a politically motivated single incident online action, or a campaign thereof, taken by non-stateactors in retaliation to express disapproval to call attention to an issue advocatedby the activists.” Tradução livre. (VEGH, apud SAMUEL, 2004)³⁴.

manifestam por meio de outras estruturas organizacionais que iremos tratar nos tópicos adiante.

1.3.1 Hackerespaço/Hacklab

Há registros da diferença entre as duas terminologias apontando para os *hackers espaços* como estruturas voltadas para uma cultura de desenvolvimento de tecnologias, por vezes aliadas a interesses comerciais; enquanto que o *hacklab* estaria posicionado no cerne da cultura *hacker*, valendo-se principalmente da disseminação do uso de *Software* livre.

Hacklabs são, em sua maioria, espaços voluntários que fornecem acesso público gratuito a computadores e *internet*. Eles geralmente fazem uso de máquinas recuperados e recicladas rodando GNU / Linux, e ao lado de fornecimento de acesso a computador, a maioria dos *hacklabs* realizam oficinas sobre uma variedade de tópicos de uso básico do computador e instalação do *Software* GNU / Linux, para programação eletrônica, e independente (ou pirata) de transmissão de rádio.(...) [*Hackerspaces*] Mais frequentemente, têm a missão de promover a inovação. Tais espaços tendem a se concentrar em resultados concretos, como projetos de investigação ou produtos comerciais. Telecottages e telehouses ocupam o meio da gama- Eles normalmente são semeados a partir de fundos de desenvolvimento para melhorar as condições sociais e econômicas locais através das TIC (Tecnologias de Comunicação e Informação) (MAXIGAS, 2014, p.1).³⁵

Para o *hackerespaço* brasileiro MariaLab, no entanto, não há diferença no uso dos termos: fazem parte do mesmo contexto de movimento *hacker* e *maker*, disseram. O *hackerespaço* se refere a uma extensão do movimento D.I.Y e parte da premissa de que as pessoas podem construir, consertar, modificar e fabricar os mais diversos tipos de artefatos com suas próprias mãos, tal entendimento está presente na cultura *punk* e *hacker*.

Na época da entrevista, novembro de 2015, a MariaLab informou que haviam duzentas mulheres na lista de *e-mails*, divididas entre mulheres da área de Tecnologia da Informação e

³⁵ No original: Hacklabs are, mostly, voluntary-run spaces providing free public access to computers and internet. They generally make use of reclaimed and recycled machines running GNU/Linux, and alongside providing computer access, most hacklabs run workshops in a range of topics from basic computer use and installing GNU/Linux software, to programming, electronics, and independent (or pirate) radio broadcast. (...) [*Hackerspaces*] More often than not, their mission is to foster innovation. Such spaces tend to focus on concrete results like research projects or commercial products. Telecottages and telehouses occupy the middle of the range- They are typically seeded from development funds to improve local social and economic conditions through ICTs. Tradução livre. (MAXIGAS, 2014, p.1).

outras que têm interesse em aprender sobre o assunto, enquanto que no *Meetup*³⁶ eram 696 membros até o momento. O *hacker* espaço atua alinhado à proposta de disponibilizar oficinas sobre segurança da informação, conceitos de *hacking*, mercado de trabalho com recorte de gênero na área de Tecnologia de Informação.

O coletivo MariaLab pontua também que as listas de *e-mails* são menos populares do que eram há cinco anos, mas que são espaços mais seguros e fáceis de manter o controle de acesso, do que, por exemplo, no *Facebook*, que tem mais de 1200 seguidores entre homens e mulheres: “Mas o único grupo que podemos chamar de nuclear é o da organização, que hoje tem 18 pessoas envolvidas mais diretamente com a elaboração”, mas que, apesar de haver um grupo nuclear. Este *hacker* espaço se propõe a ser um coletivo descentralizado: “não requer nenhum tipo de aprovação que não seja o interesse de outras membras. Qualquer delas pode propor novas ideias e trabalhar nelas que serão sempre bem-vindas” (MARIALAB, novembro de 2015).

Novamente, o uso da rede não indexada à *www* é mencionado como necessário para a comunicação segura e menos passível de rastreamento. “Uma ideia é prover um serviço I2P (protocolo anônimo) futuramente, através de outro projeto parceiro, que é o F3mhack”, explicou este coletivo ao tratar de projetos para o estabelecimento de uma rede mais segura. Com a proposta de “hackear o patriarcado”, a MariaLab direciona seus eventos para mulheres e pessoas transexuais (homens e mulheres trans e travestis) e *queer*³⁷. Enquanto que as oficinas ministradas pelo *hacker* espaço, mas realizadas em outros eventos, são abertas para o público em geral, mas executadas por pessoas da MariaLab.

De forma alguma seria um problema realizar atividades mistas, mas o intuito é formar um espaço de aprendizado onde as pessoas não precisam lidar com o machismo enraizado nos homens cis (gênero) que frequentam eventos de tecnologia para que assim se sintam mais seguras e com autoconfiança para se expressar livremente sem medo de julgamentos por conta do seu gênero (MARIALAB, novembro de 2015).

A MariaLab identifica a presença do machismo incrustado na área de tecnologia de informação e vê esse espaço como uma oportunidade de desconstruir o patriarcado e inserir pessoas que não são contempladas por esse sistema. O ativismo do *hacker* espaço não se

³⁶*Meetup* é uma ferramenta digital, criada em 2002, para promover encontros reais entre usuários a partir de interesses comuns, tais como música, hobbies, família, tecnologia, dentre outros. (MARIALAB, 2015)

³⁷*Queer* ou *Genderqueer* é um termo “guarda-chuva” proveniente do inglês usado para designar pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade ou do binarismo de gênero. Comumente relacionado com pessoas que não se identificam com as formas usuais de identidade e orientação sexual, mas também pode ser usado para representar gays, lésbicas, bissexuais ou transgêneros, de forma análoga à sigla LGBT. (MARIALAB, 2015)

limita às bandeiras *hackers*, mas se propõe a fazer do uso das tecnologias de informação um meio de libertação das pessoas marginalizadas no patriarcado.

Hacktivismo é muito mais que um movimento virtual; ele parte da ideia de que podemos transformar toda forma de tecnologia, seja mecânica, dinâmica ou microprocessada, em ferramenta de revolução. No caso do Marialab, atuamos no empoderamento e na emancipação tecnológica de mulheres cis e trans, travestis e homens trans, mostrando que o conhecimento é uma arma política para hackear o patriarcado. Mas o sucesso de uma boa operação dentro do hacktivismo é lembrar que ele vai além da tela de um dispositivo: ocupar espaços outrora povoados exclusivamente por um grupo majoritário e se mostrar presente com intervenções que agucem a curiosidade das pessoas, como através de realidade aumentada, são formas de mostrar que há muito mais poder nas mãos das pessoas do que elas estão acostumadas a utilizar (MARIALAB, novembro de 2015).

Percebe-se que através das práticas de *hackerespaços* e *hacklabs*, o hacktivismo materializa seus *bytes* em carne e osso para novamente retornar em *bytes*, enquanto ferramenta política pelo domínio dos dispositivos, acreditando no poder de dar autonomia às pessoas e a grupos marginalizados. A existência desses espaços põe em xeque uma característica popularmente associada à cultura *hacker*, que é a do autodidatismo. É essa peculiaridade mais uma das nuances que diferem o *hacker* do hacktivista: o didatismo.

1.3.2 Anonymous

Na última década, devido à larga dimensão de suas ações, o *Anonymous* se tornou o nome mais popular em termos de movimento hacktivista. A antropóloga G. Coleman (2011) identificou os primeiros registros de indivíduos que agem sob esta alcunha remontando ao fórum 4chan³⁸. Nesse fórum, é possível encontrar tópicos distintos para uma enorme variedade de temas. O tópico que reunia a maior quantidade de conteúdo aleatório era o /b/, incubadora do *Anonymous*. O nome do grupo veio também do 4chan, porque a plataforma permite a postagem de usuários não cadastrados, ou seja, os *Anonymous*.

No 4Chan eram coordenadas ações como trotes telefônicos, sucessivos pedidos de pizzas para um endereço alvo, ações DDoS, dentre outras. Eram ações *for the lulz*, ou seja,

³⁸ O 4chan é um imageboard (ou channel, ou chan, é um tipo de fórum de discussão que se baseia na postagem de imagens e textos) em inglês lançado em 1 de outubro de 2003. Seus subfóruns eram originalmente usados para postagem de imagens e discussão sobre mangás e animes. Disponível em: www.4chan.org. Acesso em: 26 de maio de 2016.

apenas pela diversão. “Dois anos mais tarde, em 2008, Coleman relata que os *Anonymous* passaram ‘do *lulz* à ação coletiva’, transformando-se em um coletivo de ativistas políticos, e passando a lutar por diversas causas.” (MACHADO, 2013, p.22).

Mas foi apenas em 2008 que o *Anonymous* começou a delinear a forma do que se tornou hoje com a #OpChanology, na qual o *Anonymous* propôs uma ação contra a igreja da Cientologia. O conflito entre a igreja e o *Anonymous* iniciou com o vazamento de um vídeo interno da igreja, no qual o ator Tom Cruise fala sobre o que significa ser um membro daquela igreja. O vídeo viralizou e se tornou um meme (ainda mais nas *imageboards*), enquanto que a igreja entrou com uma ação para a remoção do conteúdo do ar.

Figura 1 - Tom Cruise em vídeo para Cientologia



Fonte – captura de tela³⁹

O movimento hacktivista, no entanto, não parou por aí. Diversos *Anonymous* começaram a postar massivamente o vídeo da apresentação de Cruise em plataformas de vídeo, enquanto os sites retiravam o conteúdo por determinação judicial adquirida pela igreja. Tal ação só culminou em protestos mais abrangentes do movimento, resultando em encontros presenciais para manifestar o repúdio à atitude da igreja, que o grupo considerou violar a liberdade de expressão e informação. A partir daí a máscara de Guy Fawkes tornou-se um símbolo do *Anonymous*, servindo para preservar o anonimato daqueles usuários também nas ruas. “Assim, o que poderia ser mais um caso de zoeira na *internet*, devido à repressão sofrida, contribuiu decisivamente para a consolidação da rede sob uma perspectiva política” (MACHADO, 2013; COLEMAN, 2011, 2014; WE ARE LEGION, 2012, apud TORINELLI, 2015).

³⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFBZ_uAbxS0>. Acesso em: <10 de julho de 2016>.

A partir de então, além de diversos ataques virtuais, foram produzidos inúmeros posts em sites, blogs e redes sociais chamando a atenção para o fato de que a Igreja estava violando o sagrado princípio da liberdade de expressão. Paralelamente, também foram investidas diversas ações de negação de serviço contra sites da Igreja. E, em 10 fevereiro daquele ano, diversos manifestantes envolvidos com a questão decidiram ir às ruas: em várias capitais do mundo, mais de 6.000 pessoas organizaram protestos, sobretudo em frente às sedes da Igreja da Cientologia na América do Norte, Europa, Nova Zelândia e Austrália (MACHADO, 2013, p.22).

Depois da #OpChanology vieram muitas outras campanhas, como, a #OpPayBack (2010), quando *WikiLeaks* e *Anonymous* cruzaram seus caminhos pela primeira vez, em razão disso o *Anonymous* entrou de vez para a agenda pública (MACHADO, 2013). A operação consistia em um protesto contra as empresas *Paypal*, *Mastercard* e *Amazon* que atenderam à ação judicial do governo dos Estados Unidos de bloquear as doações monetárias destinadas ao *WikiLeaks* e ainda bloquear o acesso ao servidor no qual o site organizava seu conteúdo.

A #OpPayBack também chamada de Operação Avenge Assange em referência ao criador e porta-voz do *WikiLeaks*, Julian Assange, consistiu em uma onda de ações DDoS contra as mesmas empresas, tirando seus sites do ar: “Os *Anonymous* mostraram ao mundo que era um movimento que deveria ser levado a sério, e que poderia dar suporte as suas reivindicações com uma eficiência técnica devastadora” (HAPLUKA, 2011, p.53).

Após a #OpPayBack, os *Anonymous* já atuavam como uma fluida, heterogênea e distribuída rede de células independentes que, ao agir, variavam em metodologia, alvos e ideais. Seu caráter múltiplo e diverso, a cada dia, fomentava novas formas de ação e de engajamento políticos. Após tal operação, a história do movimento em nível internacional seguiu seu curso, de modo que adeptos do coletivo se veriam envolvidos em vários dos grandes acontecimentos políticos vivenciados pelos Estados Unidos e por outros países do mundo – como, por exemplo, o vazamento de informações da empresa HBGary, cujas práticas ilícitas motivaram um pedido de CPI no Congresso norte-americano; o movimento Occupy Wall Street, que teve repercussões em diversos cantos do globo, incluindo o Brasil; e a assim chamada Primavera Árabe, que levou a queda de vários regimes em países norte-africanos (MACHADO, 2013, p.76-77)

O impacto das ações do *Anonymous* na queda dos regimes, apontados por Murilo, merece cautela; sabe-se que é comum a associação da queda de tais governos ao uso da população de redes sociais, embora seja um fenômeno que mereça uma leitura mais minuciosa, entretanto, não cabe a esta dissertação este trabalho específico, de certo em futuros trabalhos não faltarão oportunidades.

No final de 2010 para 2011, o *Anonymous* passou por uma grande expansão, participando ativamente de diversos movimentos sociais, como a Primavera Árabe, neste período que as operações do *Anonymous* também se popularizaram no Brasil.

Como citado anteriormente, a primeira operação do entrevistado C foi a #OpFacebook, em 2011. Depois que ele percebeu a possibilidade de fazer uso mais político e ativo de suas habilidades de *hacking*, cresceu seu interesse em participar de atividades coletivas, de pertencer a um grupo. Esse aspecto também fica perceptível nos discursos dos *Anonymous*. O entrevistado C conta que começou a participar frequentando os canais do *Anonymous* no IRC e que os acessa de seis a oito vezes por dia. Desde sua primeira operação, já perdeu a conta de quantas campanhas participou. Ninguém é oficialmente participante do *Anonymous*, ninguém é obrigado a participar de nada, assim como é possível participar apenas uma vez e nunca mais. A quantidade de participantes em cada operação oscila. “Algumas operações têm 20000 *hackers* e outras apenas 4000. Tudo depende do valor do ‘objetivo’, eu diria”⁴⁰, apontou esse entrevistado.

Seria incorreto dizer que “*Anonymous*” diz respeito um grupo ou a um conjunto unificado e formal de indivíduos. Trata-se, antes disso, de uma ideia e uma forma de ação compartilhadas por uma ampla, difusa e heterogênea rede de grupos e indivíduos atuando em todo o mundo. Por se tratar de uma ideia, não conta com donos, liderança central e muito menos centro geográfico. Da mesma forma, para aderi-la, não é preciso pedir permissão ou passar por qualquer tipo de processo seletivo. Justamente por isso, muitos se dizem *Anonymous*, mas ninguém se diz *do (a) Anonymous* (MACHADO, 2013, p. 21).

O *Anonymous* rejeita a alcunha de organização ou grupo. “Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies”, informa a página digital *Anonymous Brasil*⁴¹. “Mais do que um movimento, acredita-se tratar de uma *cultura* comum, que se forja principalmente no ambiente digital e entre jovens em escala mundial” (TORINELLI, 2015, p. 71), ou seja, uma cultura derivada da ética *hacker* e que se manifesta contra os mais diversos tipos de autoridades.

⁴⁰ No original: Some operations have 20000 hackers and other ones maybe 4000. It all depends from the value of ‘objectives’, I would say (Entrevistado C, 2015)

⁴¹ Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>> Acesso em: 22 de junho de 2016.

1.3.3 Comunidades de *Software* livre

Utilizando listas de *e-mails*, IRC ou demais messengers seguros *online*, a comunidade é a forma de organização na qual os hacktivistas se propõem a trabalhar em conjunto por um ideal coletivo, sendo primordialmente voltada para atividades *online* e para a rede em si.

Nelas [comunidades virtuais], as pessoas compartilham informações, interesses, contatos e projetos e se unem por afinidades diversas. Interconectados, os membros se valem do ambiente de cooperação sem precisar se preocupar com fronteiras geográficas, vínculos partidários ou institucionais. Cada comunidade tem suas próprias leis e normas, assim como sua própria dinâmica interna, que não está documentada nem é declarada abertamente. Em geral, sua lógica é a da reciprocidade entre os membros, que não prescindem das relações tradicionais de contato físico. Por meio da comunicação corrente, eles exploram novas formas de opinião pública (MACHADO, 2008, p.14).

O movimento pelo *Software* Livre ganha impulso no ano de 1984, com a criação da Free *Software* Foundation (FSF) pelo programador estadunidense Richard Stallman. A história começou no início da década de 80, quando o Laboratório de Inteligência Artificial do MIT, local onde Stallman trabalhava, adquiriu uma impressora matricial. Era uma impressora que funcionava a uma velocidade muito alta, mas tinha o problema de mastigar algumas folhas que passavam por suas entranhas eletrônicas. Stallman se propôs a resolver o problema solicitando à empresa fabricante o código-fonte da impressora a fim de corrigi-lo e melhorá-lo. A empresa se negou a disponibilizar o código por razões comerciais. A esse fato é atribuído o impulso que faltava para Stallman dar início a outra lógica informática, na qual ninguém pudesse se apropriar do código de um programa e que qualquer um pudesse modificá-los o quanto fosse necessário. Para isto, Stallman se dedicou à criação do GNU, um sistema operacional que fosse livre baseado no Unix. (GNU significa Gnu is Not Unix). “Com um sistema operacional livre, nós poderíamos ter uma comunidade de *hackers* cooperando novamente – e convidar qualquer um para unir-se a nós” (STALLMAN, 1998, p. 4). Após o lançamento do GNU foi que Stallman o nomeou de *free Software*, mas não no sentido de “gratuito”, e sim pela liberdade de executar um programa com qualquer propósito; modificar o programa e adaptá-lo às necessidades do usuário, ou seja, disponibilizar o código-fonte; redistribuição de cópias tanto gratuitas como pagas; distribuições de versões modificadas do programa de modo que a comunidade possa se beneficiar com as melhorias.

Na década de 90 o movimento ganhou outros entornos, dividindo-se entre movimento do *Software* livre, afirmando ter como luta fundamental a liberdade de seus usuários; e o *open*, que almejou a mesma liberdade que o livre, mas atuando a partir de outras instituições e com outras estratégias, por exemplo, ao utilizar o modelo livre de licenciamento de *Software* como uma alternativa a coexistir com o modelo proprietário e argumentando, em que a abertura do código-fonte favorece o desenvolvimento de um *Software* de melhor qualidade, vale mencionar, que, sob esse aspecto, S. Silveira o percebe como uma orientação política neoliberal.

A *Open Source Initiative*, fundada em 1998, narrou outro processo a respeito do movimento *open*. Para a organização, o movimento nasce devido à cultura de compartilhamento de *Software*, existente desde a década de 60, principalmente entre pesquisadores da Universidade de Berkeley envolvidos no desenvolvimento do sistema operacional Unix e do BSD (aquele que “inspirou” o iOS).

Para o grupo *free* e para o grupo *open* existem instituições, organizações distintas, às quais indivíduos do movimento *Software* livre podem mostrar-se ligados com graus variados de intensidade. Apenas alguns poucos são formalmente ligados a elas, vários colaboram com uma ou outra em campanhas específicas, sendo que a maioria manifesta apoio e concordância com elas, ou com o conjunto de ideias que representam de maneira não direta. A fronteira entre os grupos é porosa e o comportamento da maioria dos indivíduos dificilmente é completamente de acordo com os preceitos de cada um dos grupos (EVANGELISTA, 2014, p.176).

As comunidades de *Software* Livre / Open também são exemplos de formas de organização hacktivista. Como apontado por Murilo, tanto na entrevista realizada para esta dissertação quanto em sua pesquisa acadêmica, na sua opinião, cada distribuição possui suas características próprias, podendo ter um caráter mais anárquico, descentralizado, desorganizado e também pouco funcional, resultando em produtos instáveis; como também podem ter uma organização mais elaborada, hierárquica, e por vezes, pode contar com financiamento de empresas privadas.

1.3.4 Organizações de mídia

A correlação entre a cultura *hacker* e o jornalismo não é inédita. Práticas investigativas, questionamentos das autoridades, pitadas de autodidatismo e o ideal da informação livre, em seu conjunto, são alguns dos aspectos em comum. Na era da informação, as práticas entre *hackers* e jornalistas podem se tornar ainda mais próximas. Dados são informações e para lidar com a enorme quantidade de informações contidas nos bancos de dados, faz-se valer a perícia técnica em tecnologias de comunicação.

O exercício da ética *hacker*, como a assinala por S. Levy, atrelado ao uso de dispositivos móveis e a expansão do ciberespaço, são fatores que podem ter desencadeado hacktivismos voltadas para práticas de guerrilha de contrainformação, ou seja, pode ter potencializam uma nova fonte de circulação de conteúdos midiáticos.

Por outro lado, “a liberdade de informação” tão proclamada pelo hacktivismo soma-se a práticas jornalísticas pela “busca da verdade”. É possível perceber uma forma de organização hacktivista através de veículos de comunicação independentes, que utilizam bancos de dados digitais, dispositivos móveis, redes colaborativas como métodos de fazer jornalismo.

F. Malini e H. Antoun (2013) falam de algo que chamam de *hacker de narrativas*, referem-se aos agentes comprometidos com o acesso livre à informação, que propõem a retomada das notícias de interesse público, acobertando suas multiplicidades de significados e perspectivas em suas retransmissões na comunicação em rede. Os autores apresentam o termo ao falar da Mídia Ninja, organização que veio à tona na cobertura das Jornadas de Junho, enquanto os veículos de comunicação tradicionais ainda se restringiam a falar das manifestações como atos de vandalismo, sem apontar para os inúmeros casos de abuso e violência policial que ocorreram durante os atos.

Uma das maiores expressões da correlação entre hacktivismo e jornalismo é a organização *WikiLeaks*, tanto pela sua técnica como pela sua linha editorial. Trataremos dessas organizações hacktivistas e suas táticas no terceiro capítulo.

2 CAPÍTULO – O CÓDIGO É A LEI

2.1 Caso Aaron Swartz

Por se tratar de um objeto de estudo que permeia o campo da legalidade, faz-se necessário trabalhar os trâmites e as delimitações jurídicas do que são os direitos digitais. Nesta direção, introduzimos o assunto procurando situar como começou a luta hacktivista, marcada pelo direito ao acesso à informação. Este capítulo se propõe a expor e a analisar a legislação referente aos direitos digitais e cibercrimes.

Durante a pesquisa para esta dissertação o nome de um determinado hacktivista era frequentemente mencionado: Aaron Swartz. Estava presente nos artigos acadêmicos, nas pesquisas relacionadas a hacktivismo e até nomeando um dos espaços de discussão da Cryptorave⁴², de 2016. Swartz é reconhecido não apenas pelo seu ativismo em defesa da liberdade de acesso à informação, mas também pelos seus feitos enquanto programador. Desde a sua adolescência, Swartz já participava de projetos como a formulação dos *Creative Commons*⁴³, que é um tipo de licença alternativa à rigidez do *Copyright*⁴⁴.

Swartz também foi coautor da especificação RSS, do Reddit e da organização ativista *online* DemandProgress, um grupo político de defesa para organizar as pessoas *online*, para agir contatando o Congresso e outros líderes, financiando táticas de pressão sobre as liberdades civis, reformas do governo e outras questões. Era também membro do Centro Experimental de Ética da Universidade *Harvard*. Swartz foi encontrado enforcado no seu apartamento no dia 11 de janeiro de 2013. A história de Swartz é atravessada pelo debate sobre o acesso à informação.

Eu sinto fortemente que não é suficiente simplesmente viver no mundo como ele é e fazer o que os adultos disseram que você deve fazer, ou o que a sociedade diz que você deve fazer. Eu acredito que você deve sempre estar se questionando. Eu levo muito a sério essa atitude científica de que tudo o que você aprende é provisório, tudo é aberto ao questionamento e à refutação. O mesmo se aplica à sociedade. Eu cresci e através de um lento processo percebi que o discurso de que nada pode ser mudado e que as coisas

⁴² Evento sobre “segurança, criptografia, hacking, anonimato, privacidade e liberdade na rede”. Disponível em: <<https://cryptorave.org/>>. Acesso em: 21 março de 2017

⁴³ “organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas”. Disponível em: < <https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 22 de março de 2017;

⁴⁴ Direito autoral. Tradução Livre. (SWARTZ, 2016)

são naturalmente como são é falso. Elas não são naturais. As coisas podem ser mudadas. E mais importante: há coisas que são erradas e devem ser mudadas. Depois que percebi isso, não havia como voltar atrás. Eu não poderia me enganar e dizer: “Ok, agora vou trabalhar para uma empresa”. Depois que percebi que havia problemas fundamentais que eu poderia enfrentar, eu não podia mais esquecer disso (Fragmento de fala de Aaron Swartz no documentário *Internet 's own boy*)

O hacktivista e programador Swartz foi processado pelo Governo dos Estados Unidos por invadir computadores para liberação de artigos acadêmicos protegidos por *Copyright*. Em poucos dias, Swartz baixou 4,8 milhões de artigos acadêmicos de um banco de dados chamado JSTOR, cujo acesso era restrito às universidades e as instituições que pagavam pelo serviço. Para realizar esse feito, Swartz usou a rede do MIT para acessar o banco de dados e para fazer o download dos arquivos, que era permitido, entretanto foi impedido de finalizar sua ação. Pelo seu histórico enquanto ativista, acredita-se que Swartz pretendia deixar os arquivos para acessibilidade pública. Quando flagrado, o hacktivista argumentou que não pretendia lucrar com a divulgação do material e devolveu os arquivos para o JSTOR⁴⁵, que extinguiu a ação judicial.

Mesmo com a retirada da ação judicial, Swartz foi enquadrado nos crimes de fraude eletrônica e de obtenção ilegal de informações, entre outros delitos. “Roubo é roubo, não interessa se você usa um computador ou um pé-de-cabra, e se você rouba documentos, dados ou dólares”, afirmou a procuradora dos Estados Unidos em Massachusetts, Carmen Ortiz (United States Attorney)⁴⁶. Seu julgamento era previsto para abril de 2013 e caso o pedido da acusação fosse acatado Swartz seria condenado a 35 anos de prisão e uma multa de 1 milhão de dólares

Aaron não era apenas um gênio da *internet*, ainda que essa palavra “gênio” já tenha sido tão abusada. Talvez o maior ato político de Aaron tenha sido o que fez com seu talento. Ele usou-o para lutar pelo acesso livre ao conhecimento, via *internet*. Isso, em si, já o tornaria perigoso para muitos. Mas há algo que pode ter soado ainda mais imperdoável: Aaron não queria ganhar dinheiro com o seu talento. Ele não era aquilo que as crianças são ensinadas a admirar: um jovem gênio milionário da *internet*, como Mark Zuckerberg, o criador do *Facebook*. Aaron Swartz era um jovem gênio que não queria ser milionário. E, convenhamos, nada pode ser mais subversivo do que isso (BRUM, 2013, p.1).

⁴⁵ É uma biblioteca digital de revistas acadêmicas, livros e fontes primárias, Tradução Livre. (SWARTZ, 2016)

⁴⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wLwO1>>, Acesso em: 7 de abril de 2017.

Os feitos de Swartz são homenageados em iniciativas hacktivistas, seja por suas contribuições como programador ou por ter sido usado como bode expiatório nesse conflito de propriedade intelectual e de acesso à informação. Com o propósito de difundir o acesso ao conhecimento, a cientista Alexandra Elbakyan criou o sci-hub⁴⁷, um repositório *online* com dezenas de milhares de artigos científicos ou como é publicizado: a *Wikipédia* da neurociência.

O projeto, que foi iniciado ainda em 2011, obviamente já passou por problemas judiciais e é essencialmente igual ao projeto inacabado por Swartz. Em janeiro de 2016, a plataforma sci-hub foi acusada pela editora Elsevier de acessar de forma ilícita contas de estudantes e de instituições. Entretanto, o site está hospedado em São Petersburgo, na Rússia, ou seja, longe da jurisdição estadunidense e isso faz toda a diferença. Por exemplo o *fun fact*,⁴⁸ sobre a relação entre dados de usuários e diplomacia entre os EUA e a Rússia, em 2011, a Rússia solicitou às empresas Visa e *Mastercard* que os dados das transações realizadas em território russo continuassem na Rússia. Resultado: o pedido foi negado.

No livro *Cypherpunks* (2013), os autores tratam do domínio sobre o dinheiro como uma das várias formas de poder do Estado sobre seus cidadãos. E, ao impedir que as transações econômicas dos usuários de um determinado país sejam realizadas apenas no seu próprio país, permitiu que o país sede da empresa tenha dados a respeito de usuários estrangeiros e esses dados estão sujeitos, naturalmente, ao país no qual transitam tais informações.

No processo de nossa pesquisa frequentemente nos deparamos com a linha tênue que separa a legalidade da ilegalidade. Perpassamos pela variedade de legislações sobre a especificidade dos direitos digitais de cada país, por exemplo, tratamos de dois estudos de caso: a participação do *WikiLeaks* durante a crise na Islândia e a atuação da Mídia Ninja⁴⁹ na cobertura das Jornadas de Junho, no Brasil, que nos exigiu examinar as legislações desses dois países. Entretanto, foi indispensável abordar os marcos regulatórios dos Estados Unidos devido ao impacto que o debate sobre os direitos digitais neste país provoca em outros países (além da própria questão técnica e geográfica dos cabos de *internet*), bem como a legislação

⁴⁷ Disponível em: <sci-hub.org>. Acesso em: 7 de abril de 2017.

⁴⁸ Fato curioso. Tradução livre (SWARTZ, 2016)

⁴⁹ Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Explicado também no capítulo III deste trabalho.

da União Europeia. Não cabe a esta pesquisa, no entanto, aprofundarmos em pormenores jurídicos e sim adentrarmos em marcos regulatórios que norteiam a questão da legalidade e da ilegalidade, a fim de compreender como o hacktivismo exerce a subversão e transita entre o que se entende por direitos básicos, direitos digitais e práticas de desobediência civil. Situando, sobretudo, o contexto brasileiro que vive sob governo ilegítimo, além das tentativas de empresas de telecomunicações que visam frear o consumo de conteúdos digitais por meio de serviços de *streaming*, com seus *lobbys* e negociações de dívidas públicas.

Antes de adentrarmos na legislação brasileira convém trazer o contexto internacional de regulação da *internet*. Em 2011 e 2012, ativistas pelo direito à liberdade de expressão, hacktivistas de toda sorte, políticos, jornalistas, programadores, advogados e demais usuários preocupados com a liberdade de expressão e direitos digitais saíram às ruas contrapropostas de lei que estavam em tramitação no congresso dos Estados Unidos: *Stop Online Piracy Act* (SOPA), *Protect IP Act* (PIPA) e *Anti-Counterfeiting Trade Agreement* (ACTA). Tais projetos são consequências diretas das inúmeras medidas de segurança adotadas “contra as ameaças terroristas”. Além das invasões aos países como Afeganistão e Iraque, os Estados Unidos elaboraram um forte ordenamento jurídico legislativo de proteção, assim nasceu a Lei Patriótica.

2.2 Quem regula a internet?

As tecnologias de vigilância foram aprimoradas em paralelo à popularização da *internet*, o que suscitou uma série de transformações, desde a expansão de possibilidades de mobilizações sociais até a forma de compartilhamento de conteúdo, passando pelas mudanças na indústria fonográfica – declínio das gravadoras, ascensão de outros modelos de produção, distribuição e consumo de conteúdo audiovisual, etc. – suscitando, consequentemente, o debate sobre a difusão de conteúdo e da propriedade intelectual. São notórios os casos da justiça contra serviços culturais, a exemplo do Napster, *MegaFilmesHD*, *PirateBay*, dentre outras páginas e *Softwares* que existem a base da difusão de conteúdos culturais audiovisuais.

No livro *Smart* (2015), F. Martel realizou uma investigação em relação a vasta gama de possibilidades de existências da *internet* ao redor do mundo, expondo a variabilidade tanto no que se refere a popularização do acesso à rede, como nas variações das regulações. Na

obra, Martel indica que a história da *internet* mudou com o caso que ficou conhecido como Reno versus liberdade de expressão, em 1997, e conta a história de Andrew McLaughlin, apresentando-o como um advogado especializado em liberdade de expressão e universo digital, que na década de 90 trabalhou na *American Civil Liberties* (Aclu), uma associação de defesa das liberdades nos Estados Unidos.

No caso em questão, McLaughlin atuou contra o governo estadunidense em meio ao escândalo sexual envolvendo o então presidente Bill Clinton, que tentava reprimir a repercussão da situação através da perseguição aos artistas fundamentado no slogan da “moral e bons costumes”. Para Martel, os Estados Unidos estava mergulhado em uma “guerra cultural” e, nesse processo, artistas como Robert MApplethorpe, Andres Serrano, Nan Goldin e o dramaturgo Tony Kushner foram censurados por organismos culturais estatais por pornografia, homoerotismo ou sadomasoquismo.

A batalha artística se desloca para a *internet*, que o Congresso de maioria republicana tenta regular, graças a passividade da Casa Branca, democrata, mas debilitada pelo escandalo sexual envolvendo Bill Clinton. Juntamente com outros militantes, McLaughlin ataca a ministra da Justiça de Clinton - a Attorney General Janet Reno - para impedir qualquer forma de controle da web, mesmo em casos de pornografia (MARTEL, 2015, p. 219).

Ancorado na primeira emenda da Constituição estadunidense, que garante a liberdade de expressão como um dos direitos fundamentais da sociedade, o resultado do caso foi um marco histórico no que se refere a liberdade de expressão na *internet*. De acordo com McLaughlin, a Suprema Corte determinou que a *internet* deveria ser encarada da mesma forma que a imprensa, ou seja, que não poderia haver censura sob forma alguma, “e não como o rádio ou a televisão, os quais, considerando-se o número limitado de frequências, o governo tem direito de regular. Toda a história da internet mudou nesse dia, com essa decisão” (McLaughlin apud MARTEL, 2015). Embora a última afirmativa proferida por McLaughlin seja questionável, a decisão da Suprema Corte abriu um precedente que, certamente, possibilitou a difusão do debate sobre a censura na *internet*.

O Brasil também teve alguns casos célebres nessa direção como o vídeo da Daniela Cicarelli⁵⁰ que culminou em uma ação judicial contra o *Youtube*, e mesmo o vazamento de fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann, que resultou na Lei 12.737/2012⁵¹, popularmente conhecida pelo nome da atriz.

Na investigação sobre o protagonista do controle da *internet* nos Estados Unidos, Martel faz um resgate histórico das regulações de comunicações no país e chega à *Federal Communications Commission* (FCC), um órgão regulador criado em 1934 por Franklin D. Roosevelt dentro do programa *New Deal*, que visava a recuperação econômica do país. A FCC tem como competência a fiscalização da radiofrequência, atribuições de canais de rádio e TV, serviços de telefonia e TV por assinatura.

Nessa lei surge o conceito essencial de common carrier, ainda hoje no centro do debate sobre se deve ou não discriminar os conteúdos digitais. A expressão de difícil tradução, remetendo a uma espécie de ‘operador de interesse geral’, significa que a rede utilizada para difundir uma chamada telefônica ou um sinal de rádio deve ser ‘neutra’: não pode interferir nos conteúdos que transporta (MARTEL, 2015, p. 227).

A justificativa para regulação das ondas radiofônicas se deve ao fato de que o espectro hertziano é público, pertence ao povo estadunidense, por isso não pode ser comprado apenas através de concessões, assim como ocorre no Brasil. A Lei das Comunicações dos EUA foi ampliada em 1949 quando passou a obrigar rádios, e, posteriormente, as emissoras de televisão difundiram programas de interesse geral e disponibilizaram tempo de resposta para as opiniões divergentes.

Martel (2015) apontou que essa mudança é uma evolução da concepção estadunidense, embora indicasse também que a FCC permitiu uma exceção na observância da primeira emenda da Constituição, porque as estações de rádio não seguem as mesmas regras que os jornais impressos, para que haja uma neutralidade ao invés de liberdade quando há

⁵⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wBvC9>>. Acesso em: 7 de abril de 2017.

⁵¹ Disponível em: <<http://migre.me/wBvFb>>. Acesso em: 7 de abril de 2017.

limite de disponibilidade de determinada mídia. Entretanto, essa concepção de Roosevelt, que moldou a legislação das comunicações nos EUA, começou a ser desmontada na década de 80.

Embora se considerasse por muito tempo nos Estados Unidos que a concentração das mídias era incompatível com a diversidade de conteúdos, essa filosofia foi aos poucos sendo contestada, especialmente na década de 1980. Uma nova escola de pensamento reinterpreto a questão do pluralismo das mídias. Tendo tomado forma entre economistas conservadores, ela foi adotada pelos think tanks de direita e mais adianta posta em prática pelos governos Reagan e Bush, acabando por se tornar consensual até mesmo entre os democratas. (MARTEL, 2015, p. 230-231).

A FCC continua atuando e é composta por cinco conselheiros que deliberam todas as questões da mídia eletrônica e das telecomunicações. Os membros são nomeados pelo país, sendo dois obrigatoriamente em oposição à presidência. Devem passar por uma aprovação no Senado e não podem ser demitidos. Martel traz entrevistas com ex-presidentes da FCC expondo as divergências sobre o poder da regulamentação do órgão e as próprias fronteiras entre as linhas partidárias nos Estados Unidos, mas a neutralidade é um tópico sensível, porque quando se trata dele, trata-se de uma questão econômica, e, é claro, da matéria-prima da era da informação.

Martel apresentou a posição do ex-presidente, Barack Obama, que era contrário à existência de diferentes velocidades da *internet*, ou seja, se colocava favorável à neutralidade da net, além da compreensão de que a *internet* é um bem comum, tal qual a água e a eletricidade, não um serviço particular como as transmissões a cabo.

Apesar de sua independência, a FCC, cuja posição como organismo regulador da *internet* foi reforçada pelo debate, adotou as regras pretendidas por Obama, finalmente consagrando a ‘neutralidade da net’ como modelo de sua política. (...) Apesar de sua independência, a FCC, cuja posição como organismo regulador da *internet* foi reforçada pelo debate, adotou as regras pretendidas por Obama, finalmente consagrando a ‘neutralidade da net’ como modelo de sua política. (MARTEL, 2015, p. 237)

Em fevereiro de 2015⁵², a FCC aprovou um conjunto de novas regulamentações no Ato de Comunicação Título II, estabelecendo que os provedores de *internet* do país deveriam ser tratados como serviços de telecomunicações e não como serviços de informação. As novas regras foram aplicadas aos provedores de *internet* por cabo e também sem fio, impossibilitando o bloqueio ou a redução da velocidade de acesso aos sites e aos serviços na *internet*. Proíbe também a cobrança de outras empresas de serviços *online*, para priorizar a entrega de seus conteúdos (a exemplo dos serviços de *streaming* como *Netflix* e *Spotify*). Embora seja possível a redução de conexão em casos de administração razoável da rede. Tal decisão expandiu, pela primeira vez, a neutralidade da rede para a rede móvel. Enquanto que, no Brasil, o caminho parece ser inverso, com a tentativa de impor à banda larga a mesma logística de franquia de dados imposta pelas empresas de telefonia móvel.

Mesmo com a sua independência reforçada, a FCC não é o único órgão regulador. Martel indicou outros protagonistas neste setor, tais como a divisão antitruste do Departamento de Justiça, apontando a sua participação quando interferiu a fim de retirar o monopólio da AT&T⁵³ da telefonia fixa, ao limitar uma parceria publicitária entre a *Google* e o *Yahoo*⁵⁴, dentre outras ações. Entretanto, a divisão antitruste não é independente, pois é subordinada ao procurador-geral e ao ministro da Justiça e não tem o poder de veto que a FCC possui, forçando-a a recorrer aos tribunais para que pudesse ganhar a causa.

Há ainda outro órgão regulador nos Estados Unidos, trata-se da Corporação da *Internet* para Atribuição de Nomes e Número (ICANN, no acrônimo em inglês), criada em 1998, e responsável pela alocação do espaço de endereços do Protocolo da *Internet* (IPv4 e IPv6), pela atribuição de identificadores de protocolo, pela administração do sistema de nomes de domínio de primeiro nível genéricos e com códigos de países, bem como funções de gerenciamento do sistema de servidores-raiz. Sua subordinação ao governo estadunidense é um aspecto ainda debatido dentro e fora da organização. Há quem recomende que a ICANN corte o cordão umbilical com o governo, há quem não. Para o advogado “antitruste” Gary Reback, a discussão sobre regulação deve ser moldada em uma perspectiva descentralizada, ou seja, para Reback, empresas privadas com dados pessoais podem ser mais perigosas e prejudiciais para a sociedade do que agências de regulação ou de vigilância. Trabalharemos nessa perspectiva ao longo do capítulo.

⁵² Disponível em: <<http://migre.me/wLzxs>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2017.

⁵³ Corporação americana de telecomunicação. Tradução Livre

⁵⁴ Portais de notícias. Tradução Livre.

2.3 Regulamentação da vigilância

Sabe-se que após os atentados do dia 11 de setembro de 2011⁵⁵ inúmeras medidas de segurança foram adotadas por países ocidentais contra as ameaças terroristas. Além das invasões aos países como o Afeganistão e o Iraque, os Estados Unidos adotaram outra medida de proteção: a Lei Patriótica, assinada no dia 26 de outubro de 2001 pelo então presidente George W. Bush. Esse decreto permitiu, dentre outras medidas, que os órgãos de segurança e de inteligência do país interceptem ligações telefônicas, *e-mail* de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem que haja autorização da Justiça estadunidense ou estrangeira. Foi a partir da Lei Patriótica que houve a permissão da criação de programas de vigilância massiva como *Prism*, *XKeyscore* e os demais que serviam de complemento a esses programas principais como o *Mystic*, *Nucleon*, *Fairview*, dentre outros.

A administração desses programas é de responsabilidade da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*National Security Agency – NSA*), que existe desde o dia 4 de novembro de 1952. A NSA faz parte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e é responsável por espionar comunicações de outros países, decifrar códigos governamentais e desenvolver sistemas de criptografia para o governo, embora não divulgue suas pesquisas. De acordo com os documentos divulgados por Edward Snowden, a NSA tem 35,2 mil funcionários, mas não são apenas as empresas de *internet* os alvos da vigilância estadunidense. O *Prism* não englobava a telefonia. Em linhas gerais, o *Prism* era o programa que permitia aos funcionários da NSA coletar os vários tipos de dados dos usuários que estão em poder de serviços de *Internet*, incluindo histórico de pesquisas, conteúdo de *e-mails*, transferências de arquivos, vídeos, fotos, chamadas de voz e vídeo, detalhes de redes sociais, *logins* e quaisquer outros dados em poder das empresas de *internet* e que é executado com a participação das seguintes empresas: *Google*, *Facebook*, *AOL*, *Yahoo*, *Microsoft*, *Apple*, *Paltalk*, *Youtube* e *Skype*. De alcance maior que o *Prism*, o *XKeyscore* permitiu que os agentes da NSA tivessem acesso a qualquer informação de qualquer um sem passar pela Justiça ou pedir autorização.

Na matéria publicada no site O Globo, no dia 06 de julho de 2013, os “EUA

⁵⁵ Os atentados se referem aos ataques realizados contra o World Trade Center, Pentágono e Casa Branca, dos quais a Al Qaeda assumiu a responsabilidade (O GLOBO, 2013)

espionaram milhões de *e-mails* e ligações de brasileiros”, esse programa é usado pela NSA graças a uma parceria com uma grande empresa de telefonia dos EUA. A empresa mantém relações de negócios com outros serviços de telecomunicações no mundo e através dessas relações a empresa parceira da NSA tem acesso às redes de comunicações locais.

Os parceiros operam nos EUA, mas não têm acesso a informações que transitam nas redes de uma nação, e, por relacionamentos corporativos, fornecem acesso exclusivo às outras [empresas de telecomunicações e provedores de serviços de *internet*]. Companhias de telecomunicações no Brasil têm esta parceria que dá acesso à empresa americana. O que não fica claro é qual a empresa americana que tem sido usada pela NSA como uma espécie de “ponte”. Também não está claro se as empresas brasileiras estão cientes de como a sua parceria com a empresa dos EUA vem sendo utilizada. Certo mesmo é que a NSA usa o programa Fairview para acessar diretamente o sistema brasileiro de telecomunicações. E é este acesso que lhe permite recolher registros detalhados de telefonemas e *e-mails* de milhões de pessoas, empresas e instituições. (O GLOBO, 2013, p.1)

No dia 31 de julho de 2013, Glenn Greenwald, o jornalista que publicou a matéria sobre o *Prism* no jornal britânico *The Guardian*, trouxe mais um programa à tona através de outra denúncia de Snowden: *XKeyscore*. De alcance maior que o *Prism*, o *XKeyscore* permitiu que os agentes da NSA tivessem acesso a qualquer informação de qualquer um sem passar pela Justiça ou pedir autorização. O procedimento só exige o preenchimento de um formulário com uma breve justificativa. O programa permite o acesso de endereços de IP, telefones, nomes completos, nomes de usuário e palavras-chave em diversas redes sociais (incluindo as conversas privadas em *Facebook*, por exemplo, e provedores de *e-mail*). O *XKeyscore* também foi apresentado através de um arquivo de *PowerPoint* com 32 slides, datado em 2008, contendo, inclusive, uma imagem que mostra os pontos onde estão localizados as centenas de servidores.

Figura 2: Pontos visitados pelo XYeyscore



Fonte: Wikipedia

O *Mystic* é um programa de interceptação de áudio que permite ao usuário do sistema, seja a NSA ou outras agências americanas, retroceder e ouvir, na íntegra, conversas telefônicas, mesmo um mês depois de terem ocorrido. O *Nucleon indicam* é o programa usado para analisar dados de voz reunidos através do *Prism* e atua junto a outros programas, tais como o: *Dishfire* (revelado apenas em janeiro de 2014) que processa e armazena mensagens SMS coletadas mundialmente; o *Prefer*, também revelado apenas em janeiro de 2014, é um sistema automatizado usado pela NSA que recebe os dados coletados via *Prism*, identificando-os e classificando-os em pelo menos 11 categorias diferentes, incluindo *log-ins*, fotos, vídeos e metadados e o *Pinwale*, que é o codinome do banco de dados usado, para armazenar e analisar vídeo e outros conteúdos selecionados recolhidas pelo *Prism* e outros programas, sendo capaz de armazenar enorme quantidade de dados por 5 anos. De acordo com o material divulgado pelo Snowden, o *Prism* deve ser usado com o Upstream e a vigilância da NSA e é realizada através de 3 métodos de coletas de dados: cooperação com as empresas, cooperação com agências de inteligência no exterior e executando operações unilaterais para interceptar os dados enquanto passam pelos cabos da *internet*.

No final de 2011 e início de 2012, três propostas de lei dos Estados Unidos estavam em tramitação e podiam alterar o uso da *internet* em nível internacional: *Stop Online Piracy Act* (SOPA), *Protect IP Act* (PIPA) e *Anti-Counterfeiting Trade Agreement* (ACTA). As duas primeiras foram barradas já no início de 2012, após uma pressão intensa não só de usuários

por todo o mundo, mas de empresas e de organizações como *Google*, *Wikipédia*, *Facebook*, *Wordpress*, *Twitter*, *Amazon*, *eBay*, dentre outras.

O SOPA previa que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os detentores de direitos autorais teriam ordens judiciais contra os sites que facilitassem ou infringirem os direitos do autor ou que estivessem cometendo outros delitos, mesmo que fora da jurisdição estadunidense, assim como autorizar que o procurador geral dos Estados Unidos pudesse entrar com um requerimento para que as empresas estadunidenses parassem de negociar com esses sites, incluindo a retirada de referências desses endereços eletrônicos nos mecanismos de busca. A proposta era que houvesse pena de até cinco anos de prisão para os condenados que compartilhassem conteúdos piratas por 10 vezes ou mais ao longo de seis meses.

O PIPA era um projeto parecido com o SOPA, porém mais focado na distribuição de conteúdo digital e menos direcionado à venda de produtos físicos piratas. Ele também previa que os provedores dos Estados Unidos deveriam bloquear os sites considerados impróprios e que as empresas americanas deveriam cortar qualquer tipo de vínculo com esses sites. Após uma série de protestos e de manifestações no mundo todo, tanto o PIPA quanto o SOPA foram barrados no Congresso. O ACTA continua em tramitação e trata da proteção dos direitos e propriedades intelectuais que circulam pela *internet*, combatendo, assim, a pirataria *online* apenas entre os países participantes do acordo, tais como: Polônia, Austrália, Coreia do Sul, Marrocos, Nova Zelândia, França, Itália, Japão, Singapura, Suíça e os Estados Unidos.

Diante da sequência de matérias realizadas cooperativamente pelo *The Guardian*, *Washington Post* e *New York Times* sobre os programas de vigilância de responsabilidade dos Estados Unidos, o então presidente Barack Obama defendeu o argumento de que "Não se pode ter 100% de segurança e 100% de privacidade"⁵⁶. Essencialmente o contrário de uma das máximas hacktivistas, privacidade para os fracos, transparência para os poderosos.

Apesar da agitação sobre a privacidade na *internet* ter se intensificado com as denúncias de Snowden, a vigilância permanece e/ou cresce. Enquanto o prefeito de São Paulo,

⁵⁶ Disponível em: < internacional.estadao.com.br/noticias/geral,nao-se-pode-ter-100-de-seguranca-e-100-de-privacidade-diz-obama,1039954 >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

João Dória, oferece dados dos usuários do transporte público para iniciativas privadas⁵⁷, esse mesmo projeto já acontece no Rio de Janeiro, onde um pequeno grupo de empresários tem acesso aos dados de milhões de pessoas⁵⁸, diariamente.

Como apontamos até então, existem diferentes órgãos responsáveis pela regulamentação da *internet*, e demais mídias, nos Estados Unidos. Entretanto, é necessário pontuarmos que o controle da *internet* não se dá apenas através de órgãos regulamentadores de mídia ou de *internet* especificamente, afinal, a *internet* perpassa as demais estruturas sociais, portanto interessa outros setores o fato de como se dará o processamento de dados no ciberespaço.

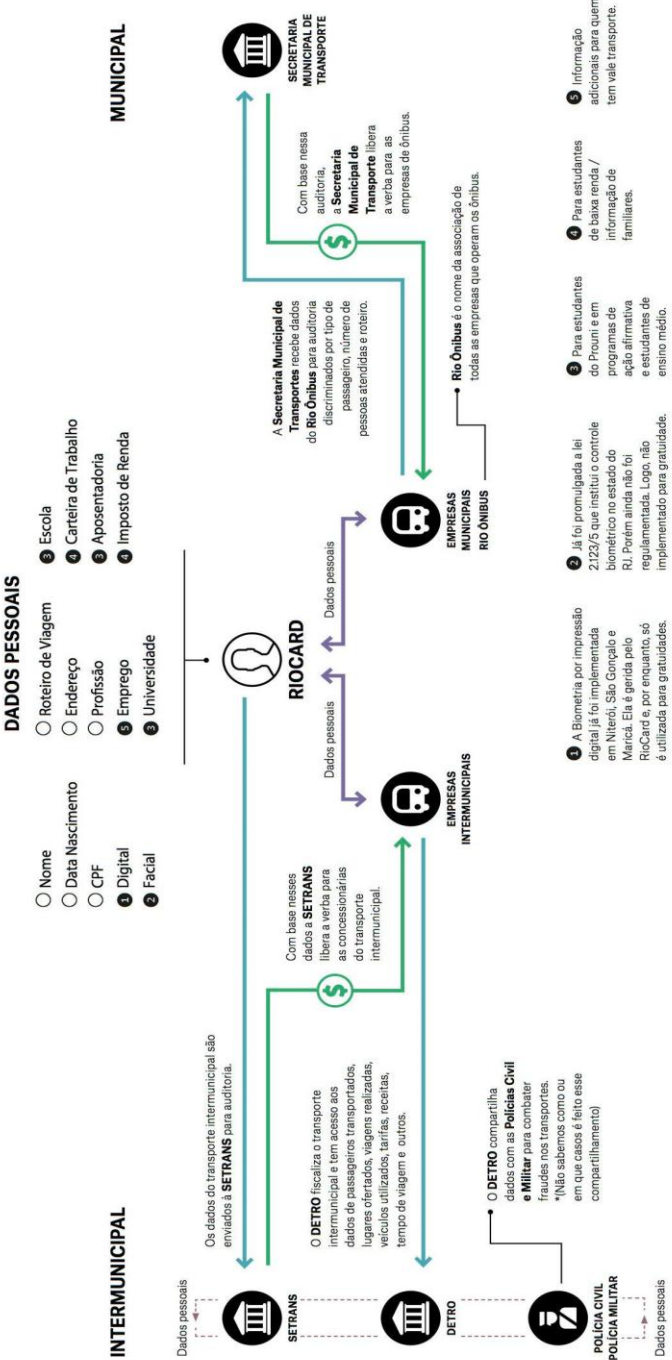
O projeto Chupadados se propõe a reunir, coletar e divulgar histórias latino-americanas sobre a coleta e o processamento massivo de dados por governos, empresas e pelos próprios usuários para monitorar cidades, casas, bolsos e corpos. Em fevereiro de 2017, o Chupadados publicou um infográfico traçando o percurso dos dados dos usuários de transporte público no Rio de Janeiro.

⁵⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/doria-oferece-dados-de-usuarios-do-bilhete-unico-iniciativa-privada-20942133>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

⁵⁸ Disponível em: <<https://chupadados.codingrights.org/com-o-riocard-seus-dados-passeiam-pelo-rj-e-ninguem-sabe-onde-vao-descer/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

Por onde circulam os dados do transporte público?

Consultamos leis, editais e contratos de licitação para descobrir quem tem, ou poderia ter, acesso aos dados que geramos quando andamos de ônibus no Rio.



Fonte: CodingRights

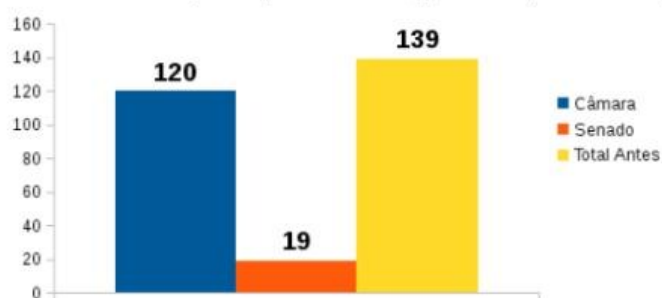
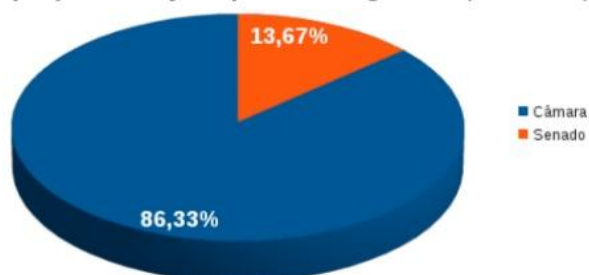
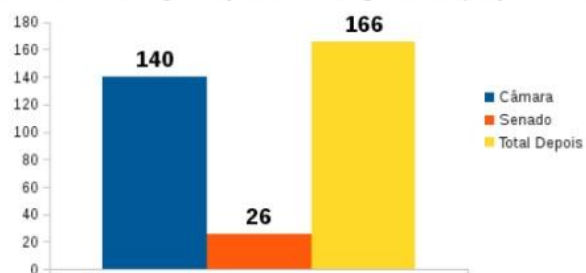
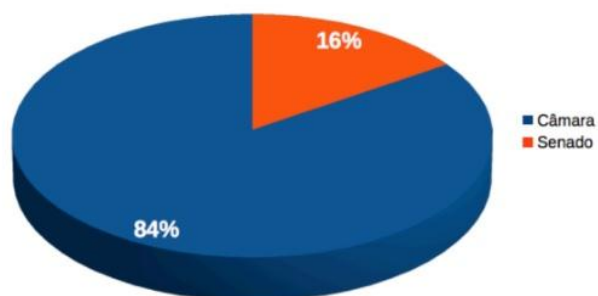
2.4 Marco Civil

Fundamentado na ideia de que “o acesso à *internet* é essencial ao exercício da cidadania”, o Marco Civil, sancionado em abril de 2014, apresenta trinta e dois artigos divididos nos seguintes capítulos: disposições preliminares; direitos e garantias dos usuários; provisão de conexão e aplicações da *internet*; atuação do poder público; e disposições finais. O texto do projeto traz os seguintes temas: neutralidade da rede, privacidade, retenção de dados dos usuários, função social da rede e a garantia da liberdade de expressão, além de impor as obrigações de responsabilidade para usuários e provedores. Entretanto, como em qualquer legislação, o Marco Civil também está sujeito a alterações, questão que abordaremos em maior profundidade ao longo deste capítulo.

Longe de ser uma unanimidade entre os hacktivistas, o Marco Civil é considerado referência no que diz respeito à legislação sobre a *internet*, afinal “tudo depende dessas redes, e o controle sobre elas é um princípio essencial da manutenção de controle” (CASTELLS, 2003, p. 146). Entretanto essa não é a única legislação sobre as proposições da *internet* no Brasil.

O levantamento sobre os percalços da regulação da rede no Brasil, realizado por B. Bioni e D. Canabarro (2016), aponta que tal discussão ascendeu na legislação do país antes da própria popularização da *internet* comercial. Como é o caso da PL 4102/1993 que dispõe a respeito da “garantia constitucional da inviolabilidade de dados” em computadores e da PL 1070/1995 que trata da criminalização de divulgação de material pornográfico através de computadores.

A pesquisa realizada por Bioni e Canabarro traz dados referentes à quantidade de propostas de lei antes e após a sanção do Marco Civil, direcionando para o crescimento do debate em torno dos direitos digitais. Nos gráficos a seguir podemos perceber a quantificação desses projetos antes e depois do Marco Civil, indicado pelos autores pela sigla MCI.

Figura 4: Número de projetos por casa legislativa**Número de Projetos por Casa Legislativa (Antes MCI)****Proporção de Projetos por Casa Legislativa (Antes MCI)****Número de Projetos por Casa Legislativa (Depois MCI)****Proporção de Projetos por Casa Legislativa (Depois MCI)**

Fonte: Jota.Info

Os gráficos expõem que após a aprovação do Marco Civil houve um considerável aumento de propostas de leis referentes a *internet* e, a partir disso, Bioni e Canabarro (2016) se propuseram a analisar a natureza dos projetos de lei que pretendiam alterar no MCI, tipificando-os em privacidade, liberdade de expressão, neutralidade, franquia de dados, bloqueio de aplicações e novas obrigações para os provedores. Vale ressaltar que Bioni e Canabarro (2016) destacaram o tópico “bloqueio de aplicações” não o incorporando à liberdade de expressão, apesar de estarem correlacionados, em razão da alta recorrência deste tópico.

Os autores apontam para duas possibilidades que justificam a quantidade de propostas capazes de alterações para uma lei tão recente, já que foi sancionada em 2014, sendo uma das hipóteses o fato de que agentes parlamentares tendem a internalizar pautas de maior comoção social, como é o caso da franquia de dados e o bloqueio das aplicações.

Por exemplo, quais interesses têm sido vocalizados com maior intensidade? O coro dos consumidores ou do setor de telecomunicações com relação à implementação da franquia de dados na *Internet* fixa? E no tocante ao bloqueio de aplicações, a liberdade comunicativa e outros direitos fundamentais em jogo ou o discurso da segurança nacional e da repressão de ilícitos praticados por meio dessas plataformas? (BIONI e CANABARRO, 2016, p.1).

Os pesquisadores não subestimam a capacidade da influência do poder econômico nas pautas legislativas, naturalmente, mas se mostram otimistas quanto a possibilidade de o Congresso Nacional superar um debate polarizado sobre a lógica binária de proibir ou de autorizar a implementação de franquia de dados e/ou bloqueio de aplicações. Bioni e Canabarro finalizam sua pesquisa com uma perspectiva otimista em relação à regulação da *internet* no Brasil, como um espaço de colaboração que atenda aos anseios dos cidadãos em reforço à democracia.

Não se pode fixar – eternamente – no capital político que a adoção do Marco Civil trouxe ao Brasil. O pioneirismo do país na adoção da mais moderna carta de direitos para a *Internet* da atualidade tende a não se manter, com o passar do tempo, se o seu espírito e as verdadeiras intenções do legislador (como voz dos interesses do cidadão) não forem preservados (BIONI, CANABARRO, 2016, p.1).

O número expressivo de propostas de alteração ao Marco Civil se destaca tanto pela efervescência do objeto, os direitos digitais, quanto pelo momento político do país.

2.5 CPI dos crimes cibernéticos

A Comissão Parlamentar de Inquéritos dos crimes cibernéticos ou CPICiber como ficou conhecida foi elaborada a fim de investigar fraudes bancárias e tráfico de pessoas, entretanto também se propôs a fazer alterações nas pautas relacionadas aos direitos digitais. O requerimento para a realização desta CPI é de autoria do deputado Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Acre e foi criado a partir do Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, no dia 17 de julho de 2015, e teve o intuito de investigar práticas de crimes cibernéticos e as consequências socioeconômicas observadas no país.

Além do Sibá, a CPICiber contou com o apoio de outros 195 deputados com vários trabalhos desenvolvidos através de uma jornada de audiências, contando com o acompanhamento prioritário de diversas organizações da sociedade civil, tendo em vista a abrangência temática da pesquisa, que abarcou desde os crimes cibernéticos monetários até a ampliação da guarda de registro de usuários em rede.

Uma das premissas para a realização da CPI foi a operação IB2K⁵⁹, executada pela Polícia Federal em 2014, que desarticulou uma quadrilha suspeita de desviar mais de R\$ 2.000.000,00 de reais de correntistas de vários bancos nacionais pela *internet*, dinheiro esse destinado à compra de armas de fogo e de drogas para a manutenção das atividades da quadrilha.

Além disso, na justificativa da CPI consta dados do último relatório da Central de Denúncias de Crimes Cibernéticos que aponta um crescimento, entre 2013 e 2014, de 192,93% nas denúncias envolvendo, dentre outras, a suspeita de tráfico de pessoas orquestrado em páginas na *Internet*. O texto também utiliza dados do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, que indica um aumento de 6.513% no número de fraudes na *Internet* nos anos entre 2004 e 2009.

Outra pesquisa⁶⁰ utilizada como justificativa para realização da CPI foi realizada pela *SaferNet* Brasil, associação civil de direito privado especializada no combate na investigação dos crimes de violações aos Direitos Humanos na *internet*. A associação atesta que nos últimos 9 anos recebeu e processou através da Central Nacional de Denúncias de Crimes

⁵⁹ Essas informações podem ser acessadas no relatório final da CPICiber. Disponível em: <<https://goo.gl/mWVgQR>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

⁶⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/AKuHGF>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

Cibernéticos o total de 3.606.419 denúncias anônimas envolvendo 585.778 páginas (URLs) distintas conectadas à *internet* através de 41.354 números IPs distintos, das quais 163.269 foram removidas.

Dos 1.225 pedidos de ajuda e orientação psicológica atendidos pela SaferNet em 2014, 222 foram referentes a vazamentos de fotos íntimas, também conhecidos como pornô de vingança cujas vítimas, mais da metade dessa quantidade, tinham até 25 anos e 25% e estavam na faixa etária entre os 12 aos 17 anos. Em relação a 2013, a análise dos índices expostos aponta para o aumento significativo de 119,8%.

Ainda no levantamento realizado pela SaferNet, em comparação com o período entre 2013 e 2014, foi registrado o aumento de 192,93% nas denúncias, envolvendo páginas de *internet* suspeitas de articular o tráfico de pessoas. De acordo com o texto da CPI, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos contabiliza, por dia, em torno de 2.500 denúncias contra páginas na *internet* que hospedam evidências de crimes de pedofilia, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, apologia e incitação a crimes contra a vida, bem como homofobia e maus tratos contra os animais, tipificando os crimes nas seguintes categorias:

envio de *e-mails* de phishing para o maior número possível de endereços de *e-mail*. criação de sites maliciosos na Web que parecem ser o mais legítimo possível. Agressores amadores, conhecidos como ‘script kiddies’, que coletam computadores das vítimas (chamados de ‘root’), que podem ser usados para hospedar um site de phishing ou um retransmissor de spam. Em alguns casos, os exploradores violam diretamente os bancos de dados de cartões de crédito, não necessitando da etapa de phishing, retirada de fundos de um cartão de crédito ou de uma conta bancária comprometidos, recebimento de mercadorias compradas com informações roubadas de cartões de créditos em um local de entrega que não pode ser rastreado (Relatório Final da CPICiber, 2016, p. 9).

Uma crítica exposta por indivíduos e por organizações hacktivistas em relação ao Relatório Final da CPICiber está relacionada a uma das máximas hacktivistas: “a segurança é um mito” e que é através da justificativa da “caça aos crimes cibernéticos” que são construídas medidas tendenciosas de vigilância massiva.

A página Oficina Antivigilância⁶¹, que visa fomentar uma “rede de informação sobre ameaças e oportunidades de proteção à privacidade no contexto atual de vigilâncias estatal,

⁶¹ Disponível em: < <https://antivigilancia.org/pt/inicial-pt/>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

privada e comercial”, publicou diversas postagens criticando⁶² a CPICiber e o rumo que a comissão vem estruturando, constatando que a direção articulada vai de encontro ao viés progressista proposto pelo Marco Civil.

Na postagem intitulada *O caso da CPICiber no Brasil: discurso de ódio e outros crimes cibernéticos como porta de entrada para censura e vigilância*⁶³ publicada no dia 10 de setembro de 2016, de autoria de Lucas Teixeira e colaboração de Joana Venon, foi realizada uma análise de como a comissão, iniciada com o intuito de investigar práticas criminosas, sendo articulada de modo a cercear a liberdade de expressão na *internet*.

O relator da CPICiber, o deputado Espiridião Amin⁶⁴ do Partido Progressista (PP) de Santa Catarina (SC), criou quatro sub-relatorias: “Instituições financeiras e comércio virtual”; “Crimes contra a criança e o adolescente”; “Segurança cibernética no Brasil”, e, por último, “Violações a direitos fundamentais e criação de perfis falsos ou satíricos com o objetivo de praticar subtração de dados, crimes contra a honra, inclusive injúrias raciais, políticas, crimes de racismo, crimes contra homossexuais, estelionato, extorsão e outros ilícitos penais, intimidação, intimidação sistemática (*bullying*) e referências depreciativas repetidas a determinada pessoa”, entretanto essa última foi renomeada no relatório final para “sub-relatoria de crimes contra a honra e outras injúrias”.

No Relatório Final da CPICiber consta os seguintes PLs:

1. Projeto de Lei estabelece a perda dos instrumentos do crime doloso, em qualquer hipótese, como efeito da condenação; Projeto de Lei que altera a redação do art. 154-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para ampliar a abrangência do crime de invasão de dispositivo informático;
2. Projeto de Lei que altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, autorizando o uso dos recursos do Fistel por órgãos da polícia judiciária;
3. Projeto de Lei que inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme;
4. Projeto de Lei que altera o Marco Civil da *Internet*, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, determinando procedimento específico para a retirada de conteúdos que atentem contra a honra e outras providências;

⁶² Disponível em: < <https://antivigilancia.org/pt/2016/05/cpiciber-invasao/>>; <<https://antivigilancia.org/pt/2016/04/mudancas-na-nota-tecnica-para-a-cpiciber/>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

⁶³ Disponível em: <<https://antivigilancia.org/pt/2016/09/cpiciber-discurso-de-odio/>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

⁶⁴ Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-crimes-ciberneticos/noticias/conheca-as-propostas-do-relatorio-final-da-cpiciber>> Acesso em: 06 de julho de 2017.

5. Projeto de Lei que altera a Lei das Organizações Criminosas, a Lei da Lavagem de Dinheiro e o Marco Civil da *Internet* para incluir no rol das informações cadastrais de usuários o endereço de IP;
6. Projeto de Lei que altera o Marco Civil da *Internet* para possibilitar o bloqueio de aplicações de *internet* por ordem judicial;
7. Projeto de Lei que adiciona a Educação Digital entre as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

Pode-se observar que o relatório final visa alterar os dispositivos do Marco Civil da *internet* criando obrigações excessivas para proteção, justificadas pela pauta da proteção à privacidade dos usuários da rede, alterando o regime de deveres e de punição previstos no Marco Civil, sobretudo no que diz respeito aos intermediários. Essa articulação legislativa aponta o fim do anonimato na *internet* como um dos principais alvos dos PLs.

2.6 Projeto de Lei das Telecomunicações

Além da regulamentação da *internet*, outro PL ligada a comunicação esteve em tramitação durante o processo desta pesquisa. Trata-se do Projeto de Lei 76/2016, ou popularmente conhecida como PL das Teles, de autoria do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), que objetiva alterar a Lei Geral das Telecomunicações brasileira de modo a beneficiar as empresas de telefonia e fragilizar o acesso à *internet*.

Primeiramente, algumas considerações: a Lei Geral das Telecomunicações foi aprovada em julho de 1997, privatizando as empresas do Sistema Telebrás e instituindo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enquanto órgão regulador do setor. Trata-se da instituição dos serviços de telecomunicações outorgados para empresas privadas, por meio de concessão.

A lei de 1997 permitia a concessão com validade até o ano de 2015, entretanto o prazo foi adiado por duas vezes, estendendo-se até o fim de 2017 (Jornal Valor, 26/12, B5). Ao final do tempo legal estabelecido, o contrato de concessão se extingue, obrigando a devolução e a organização de outra concessão, por meio de um novo concurso de empresas. No tocante ao descumprimento das obrigações, é estabelecido o crime de violação dos princípios da legalidade e da moralidade.

Com as alterações propostas pelo PL das Teles, há uma adaptação do regime de concessão em autorização, ou seja, permite-se que as concessionárias sejam dispensadas da

restituição do referido acervo à União quanto assumem o compromisso eterno de compensação através de investimentos no setor. Hacktivistas, *hackers*, advogados e demais organizações da sociedade civil se opuseram ao PL das Teles, bem como às possíveis mudanças nos contratos de banda larga, tema esse abordado no tópico a seguir.

A organização Artigo 19, juntamente as outras organizações e entidades, emitiu uma nota de repúdio ao PL das Teles, destacando que:

Diante de tal fato, denunciemos as manobras do Senado Federal para aprovação do PLC 79/2016 sem o necessário debate público e sem a consideração de quem defende os direitos dos consumidores e a ampliação do acesso às telecomunicações no Brasil. Reforçamos que os argumentos formalistas utilizados pela Secretaria Geral da Mesa Diretora para a rejeição do recurso são descabidos. Não podemos aceitar a manipulação de regras do Estado Democrático de Direito em favor de interesses econômicos e políticos. A negação do direito de recurso dos Senadores afeta, assim, não só os membros do Legislativo, mas todos os usuários dos serviços de telecomunicações. É direito da população brasileira aprofundar as discussões sobre Projeto 79/2016 e suas consequências para o uso da infraestrutura de telecom do país e para as políticas de universalização de serviços essenciais como o acesso à *internet* no Brasil.⁶⁵

A principal crítica contra o PL é no que se refere ao perdão da dívida de empresas de telefonia, que somam R\$ 87,3⁶⁶ bilhões em bens pertencentes à União, principalmente diante do período crítico de recessão econômica, na qual o governo ilegítimo força a aprovação de medidas de austeridade como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Até o momento em que esta dissertação é escrita, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, concedeu uma liminar (decisão provisória) determinando nova análise pelo Senado, impedindo que o presidente Michel Temer sancione o projeto que altera a Lei 76/2016, aprovada no dia 04 de fevereiro de 2017.

Em consequência da propagação do jogo russo nomeado Baleia Azul, no qual os participantes são instruídos a cumprir uma lista de objetivos, tendo o suicídio como desafio final, uma onda de preocupação e desinformação se propagou pelo país. Tal problemática

⁶⁵ Disponível em <http://migre.me/wLzX8/>. Acesso em 7 de abril de 2017.

⁶⁶ Disponível em: <https://goo.gl/17V423>. Acesso em 7 de julho de 2017.

chegou ao Congresso brasileiro por meio de PLs, visando punir e inibir práticas que foram repercutidas pelo jogo.

Alguns PLs não incidem diretamente sobre o Marco Civil, mas não é o caso da proposta 7458/2017 apresentada no dia 20 de abril, de autoria do deputado Capitão Augusto (PR-SP), que incide sobre o Art. 18 do Marco Civil e declara ao provedor de conexão de *internet* o desprendimento das punições legais e das responsabilidades criminais referente aos danos decorrentes dos conteúdos gerados e veiculados por terceiros.

Segundo a proposta redigida pelo deputado, se após o recebimento da notificação o usuário ou representante legal do provedor de aplicações de *internet* mantiver disponível o conteúdo que induza, instigue ou auxilie a automutilação ou o suicídio, o usuário estará sujeito a sanções do Art. 12, que enquadra a aplicação de multa, suspensão das atividades e proibição do serviço.

Para que possamos vislumbrar o panorama dos direitos digitais no Brasil e atualizar os debates acerca do tema, procedemos a análise tanto de leis sancionadas quanto de propostas de lei em andamento, o que orienta em direção a investigação dos pontos essenciais disputados nesse processo. *Cypherpunks* e hacktivistas levantam o lema de que “a segurança é um mito”, como mencionado anteriormente, e que existem quatro tópicos tratados como “bode expiatório” para que leis com viés de censura sejam aprovadas, são os quatro cavaleiros do Infoapocalipse: lavagem de dinheiro, drogas, terrorismo e pedofilia (ASSANGE, 2013, p. 87).

Na obra em questão, o hacktivista J. Zimmermann traz o caso ocorrido durante o regime de Ben Ali, no Egito, durante a Primavera Árabe, no qual o governo tinha o poder de decidir o que as pessoas podiam ou não saber, além de com quem elas estavam se comunicando. Portanto, trata-se de um poder relevante e determinante para o qual, segundo Zimmermann, deve haver resistência através do desenvolvimento de ferramentas e de melhorias tecnológicas, a fim de driblar a censura imposta institucionalmente.

E a terceira questão é a narrativa política que você evocou com os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse, os pretextos que são utilizados todos os dias pelos políticos na mídia: “Será que vamos todos morrer vítimas do terrorismo? Por isso é que precisamos do Patriot Act”. “A pornografia infantil está por toda parte”; “A *internet* foi tomada por ‘pedonazistas’, e é por isso que precisamos da censura”. (ZIMMERMANN, 2013, p. 88 e 89).

O trecho acima integra um diálogo entre J. Zimmermann e J. Appelbaum (2013) a respeito da tendência de utilizar os quatro referidos “cavaleiros”, de modo a instaurar e defender a censura na *internet*. Zimmermann menciona uma “*internet* livre”, mas cabe colocar que se trata de um local, até então, utópico. O que não nos impede de continuar a buscar meios de construí-la e torná-la real.

2.7 Franquia de dados na banda larga

Em abril de 2016, a operadora de telefonia Vivo anunciou que a partir de 2017 passaria a cobrar pelo uso excessivo de dados aos usuários de banda larga. “À medida que isto vier a ocorrer, a empresa fará um trabalho prévio educativo para que o cliente possa aferir o seu consumo”, disse a Vivo, por meio de nota, ao jornal O Estado de S. Paulo⁶⁷. A Vivo não foi a primeira operadora brasileira a adotar a prática: a NET, do grupo América Móvil, já cobrava franquia de dados no serviço de banda larga fixa Virtua desde 2004⁶⁸, com os limites entre 30 GB (plano de 2 Mbps) a 200 GB (no plano de 120 Mbps). “O emprego de franquia visa preservar a experiência de navegação para todos os clientes, e são criadas de acordo com o perfil de uso residencial”, explicou a NET, por meio de nota.

Neste sentido, a empresa Oi também oferecia contratos que previam a redução da velocidade após o fim da franquia, embora não praticasse o corte de navegação de *internet*. De acordo com o modelo proposto pelas empresas, ao atingir o limite da franquia, o usuário tem a velocidade da conexão reduzida até o final do mês, quando lhe será concedida uma nova franquia de dados.

O anúncio da nova política de franquia e dados emitido pela Vivo não foi bem recebido pelos usuários, o que impulsionou a organização de duas petições no Avaaz⁶⁹ e centenas de milhares de usuários deixaram claro o repúdio à proposta fornecida pelas

⁶⁷ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/vivo-tera-franquia-de-dados-na-banda-larga-fixa/>>/ Acesso em 7 de abril de 2017.

⁶⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/franquia-de-dados-na-internet-fixa-no-brasil-gera-criticas-em-redes-sociais.html>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

⁶⁹ Rede de mobilização social movida através de petições *online*. Disponível em: <<https://secure.avaaz.org>>. Acesso em: 8 de abril de 2017

empresas e exigiram a retirada de João Rezende, então presidente da Anatel, por seu posicionamento a favor das operadoras⁷⁰.

Um dos pontos mais criticados nesse modelo é a quebra do princípio de neutralidade de rede do Marco Civil. O estabelecimento desse modelo de contrato também denotar a intenção por parte das operadoras em frear o consumo de serviços culturais por *streaming*, como *Netflix* e *Spotify*.

O anúncio da Vivo sobre a imposição de limites na banda larga fixa em fevereiro foi o estopim para uma série de manifestações populares sobre a medida. Petições e denúncias de organizações como a Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) contra essa medida foram intensificadas, enfatizando que a articulação das empresas vai de encontro ao princípio de acesso à informação e ameaça diretamente a democracia.

Neste ínterim, o *Anonymous* fez uma desfiguração de página no site da Anatel protestando contra a medida. Após as declarações de limitação de *internet* feita pela Anatel o grupo promoveu ataques de negação de serviço distribuída desde a noite do dia 20 de março de 2016 ao site da agência, o qual direciona uma grande quantidade de acessos para um determinado serviço, de modo a gerar um congestionamento impossibilitando o acesso. Em um segundo ataque, realizado no dia primeiro de julho de 2016, o grupo afirmou ter realizado uma invasão via *ransomware*, no qual um vírus sequestra e criptografa o computador alvo, exigindo uma senha para o desbloqueio. A ação dificultou o uso de diversos sistemas importantes da agência, como o serviço de reclamações de usuários e de homologação de novos aparelhos. Tais intervenções estavam inseridas dentro das mobilizações denominadas “#OpOperadoras”, as quais, por via de um manifesto, objetivam “cobrar da agência uma posição uma posição firme, imutável e permanente sobre o fim da franquia de dados na *internet* fixa⁷¹”.

Diante do impacto dos prejuízos causados aos servidores da Anatel, importantes veículos de comunicação virtual como G1 (Globo News)⁷², Tecmundo⁷³, Folha de São

⁷⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wLAa7> e em <http://migre.me/wLAap>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonBRNews/photos/a.286106798104849.59790.276935342355328/1023567797692075/?type=3&theater>>. Acesso em: 25 de Julho de 2016.

⁷² Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/site-da-anatel-sai-do-ar.html>>. Acesso em: 25 de Julho de 2016.

⁷³ Disponível em: <<http://m.tecmundo.com.br/anatel/106803-anonymous-sequestra-pcs-anatel-exige-acao-internet-limitada.htm>> Acesso em: 25 de Julho de 2016.

Paulo⁷⁴ entre outras agências de retransmissão de notícias destacaram a ação do *Anonymous*. A ocorrência levou a assessoria de imprensa da Anatel a prestar depoimentos sobre a invasão, negando ter sido vítima do grupo sem maiores esclarecimentos sobre a declaração dos *hackers*⁷⁵.

Quanto a situação geral das empresas, além da Vivo, os contratos de banda larga fixa das operadoras NET e Oi já previam franquias para os planos de banda larga, embora afirmem não praticar a limitação contratual estabelecida. Nota-se que a TIM é a única que não impõe contratualmente franquia para a banda larga fixa.

Os consumidores ficaram ainda mais inflamados quando a Anatel divulgou um prazo de 90 dias para que as operadoras informassem aos clientes as implicações da nova política de limitação de banda larga e oferecessem ferramentas para o monitoramento do consumo de dados dos usuários. Na ocasião, João Rezende teria afirmado que a era da *internet* ilimitada estava chegando ao fim e que os planos de consumo precisam ser condizentes com a realidade.

Dois meses após o anúncio da Vivo, a operadora voltou atrás da sua decisão e anunciou que permitiria tanto a banda larga limitada quanto a ilimitada. A permissão para que haja esse tipo de contrato abre margem para o cerceamento da liberdade de expressão e o livre acesso à *internet*, que claramente já existia em uma dubiedade tendenciosa antes das medidas.

Dessa forma, a presidenta Rousseff sofreu um golpe parlamentar, intitulado como Impeachment, articulado pelo partido de seu vice, Michel Temer, do PMDB e demais partidos de oposição. Durante o processo de afastamento e de consolidação do golpe, a discussão sobre a limitação da banda larga se arrefeceu. O assunto foi retomado em janeiro de 2017, quando o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Gilberto Kassab anunciou que o modelo entraria em vigor em 2017.

No dia 15 de março de 2017, o Senado aprovou um projeto que proíbe as operadoras de *internet* de estabelecer franquias de dados nos serviços de banda larga fixa e esse debate cessou⁷⁶.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1763821-site-da-anatel-sai-do-ar-apos-protesto-de-hackers-por-limites-a-banda-larga.shtml>> Acesso em: 25 de Julho de 2016.

⁷⁵ Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/fique_seguro/noticia/anatel-nega-ter-sofrido-ataque-hacker-pelo-grupo-anonymous/59952> Acesso em: 25 de Julho de 2016.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/15/senado-aprova-projeto-que-proibe-limitacao-de-dados-na-internet-fixa>>. Acesso em: 11 de julho de 2017.

2.8 Legislação nos Estados Unidos

Conforme o exposto ao longo deste capítulo, existe uma série de órgãos e de agências que perpassam a regulação e a legislação da *internet*, nos Estados Unidos. O país permite a existência de diversos programas de vigilância, que atuam não apenas sobre os seus cidadãos, mas põe em xeque a soberania de outros países, além de continuar apoiando a aprovação de legislações que ameaçam a liberdade de expressão e a privacidade na *internet*.

No dia 28 de março de 2017, o Congresso dos Estados Unidos revogou a lei sobre privacidade dos consumidores de serviços de banda larga⁷⁷. A lei havia sido aprovada pelo Senado em 2016, durante a gestão Obama, e previa que os servidores de *internet* solicitassem autorização dos consumidores antes de vender seus dados, como geolocalização, informações financeiras e histórico de navegação.

A norma foi aprovada no Congresso por 215 votos a favor, todos republicanos, contra 205 contrários à medida, correspondentes a 192 representantes democratas e 13 representantes republicanos.

A referida norma revoga a exigência da permissão dos usuários aos fornecedores de acesso à *internet*, no caso da comercialização de seus dados, que inclui o histórico de busca, aplicativos baixados em seus dispositivos e a navegação na *internet* em um computador ou tablete. Além disso, proíbe a Comissão Federal de Comunicações (*Federal Communications Commission*, FCC) de voltar a impor restrições semelhantes aos fornecedores.

Quando sancionada, a lei permitirá que as empresas vendam aos anunciantes os dados dos usuários, sem o consentimento deles, incluindo seus históricos de busca, sua localização ou o tempo gasto navegando numa página específica. Até então, os provedores de acesso à *internet* só podiam vender essas informações caso recebessem a permissão dos clientes. Os regulamentos de Obama também obrigavam as empresas a especificar aos consumidores que tipo de dados coletavam sobre eles e com quem os compartilhavam. As empresas também tinham de informar caso seus dados estivessem em perigo e necessitassem de uma permissão especial para registrar dados específicos como os históricos de navegação.

⁷⁷ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/congresso-dos-eua-aprova-revogacao-de-leis-sobre-privacidade-na>>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

A lei aprovada no dia 28 de junho de 2017⁷⁸ estabelece que os dados dos usuários coletados através da navegação poderão ser vendidos à revelia, exceto nos casos em que o consumidor peça expressamente proteção das suas informações e negue a permissão para a venda. Seus principais detratores dizem que marca o fim das proteções legais estabelecidas anteriormente.

Por trás dessa mudança na legislação se esconde uma longa batalha entre o Governo e as principais empresas fornecedoras de conexão de *internet* nos EUA, além dos debates que perpassam a sociedade, tais como organizações e entidades que visam proteger os direitos digitais e a liberdade de expressão.

Segundo a Casa Branca, a lei que havia sido implementada anteriormente pela Comissão Federal de Comunicações não obedecia às regras de neutralidade da Comissão Federal de Comércio, pois colocava diferentes regras para diferentes companhias que atuam na área da tecnologia. A afirmação foi feita com base no fato de que sites ou redes sociais como *Google* e *Facebook* já podiam utilizar os dados sem que os usuários tivessem autorizado previamente, portanto a revogação aprovada no dia 28 de junho de 2017 é vista como uma vitória para as grandes empresas de telecomunicação estadunidenses, como AT&T, Verizon e Comcast. Já organizações defensoras de direitos individuais acusam o Congresso de vender a privacidade dos consumidores para os provedores e de se alinhar às indústrias da telefonia, ao invés de defender os direitos dos usuários da *internet*.

A agenda republicana de cerceamento aos direitos digitais não se ateve apenas a essa pauta. Em fevereiro de 2017, o secretário de segurança doméstica, John Kelly, anunciou que as embaixadas estadunidenses poderão exigir as senhas de acesso às redes sociais dos solicitantes de visto no país, com o objetivo de estabelecer controles mais rígidos⁷⁹.

⁷⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/28/internacional/1490738196_593249.html> Acesso em: 10 de julho de 2017.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1869311-governo-trump-ordena-a-embaixadas-mais-rigor-para-dar-vistos-para-os-eua.shtml>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

2. 9 Entre a mordada e o holograma

No continente americano, a direita ascende e assume o poder político-econômico freando o avanço das pautas progressistas. Nos Estados Unidos, não apenas o presidente eleito Donald Trump é republicano, bem como são os líderes do Senado e do Congresso. Na Argentina, há o neoliberal Macri como presidente e, no Brasil, legislações que minam importantes avanços socioeconômico avançando na Câmara e no Senado encabeçadas pelo presidente ilegítimo Michel Temer. Entretanto, não é apenas o continente americano que vive a retomada de políticas conservadoras.

No dia 1 de julho de 2015 foi sancionada na Espanha a Lei Segurança Cidadã, também conhecida como Lei da Mordada. O texto original foi apresentado em 2013, mas só foi aprovado pelo parlamento espanhol em março de 2015, sendo 181 votos a favor, todos do Partido Popular, e 141 contra ⁸⁰. A medida é vista como uma ameaça à liberdade de expressão, por se aplicar às manifestações, passando a proibir:

1. Manifestações junto aos parlamentos: qualquer “perturbação grave da segurança dos cidadãos” junto ao Congresso, ao Senado e aos parlamentos autonômicos passa a ser considerada uma infração, mesmo que não esteja a haver sessões plenárias. Só que a lei não define o que são essas perturbações, pelo que os críticos consideram que esta norma vai aumentar a arbitrariedade da polícia.
2. Captar imagens de agentes da polícia: ainda que esta norma tenha sofrido uma alteração – que permite agora aos jornalistas usar fotografias de polícias desde que não indicando o nome, a morada ou outros dados pessoais – a lei proíbe “o uso não autorizado” de imagens dos agentes. Para a Anistia Internacional, citada pelo El País, o objetivo desta medida é simples e apenas um: limitar a captação de imagens que denunciem abusos policiais.
3. Impedir despejos: quaisquer pessoas que “obstruam qualquer autoridade, funcionário público ou corporação oficial” de despejar alguém de sua casa poderão ser detidas no decorrer de ações de protesto.
4. Subir a edifícios ou monumentos sem autorização: sempre que “exista um risco certo de que vai haver danos para pessoas e/ou bens”, a polícia está autorizada a multar quem subir um prédio ou monumento para protestar contra algo (método geralmente utilizado pela Greenpeace, por exemplo).
5. Reuniões na via pública: se uma “autoridade competente” ordenar a um grupo que pare de se reunir ou manifestar na rua, ainda que pacificamente, este deve cumprir a orientação dada, sob pena de ser multado pela polícia. (PROJETO DE LEI N.º 867, 2015)

Em resposta a essa medida, centenas de pessoas se reuniram e realizaram o primeiro protesto feito com holograma, no dia 11 de abril de 2015:

⁸⁰ Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2015/06/25/lei-da-mordaca-na-era-digital-em-espanha>; >
<<https://oglobo.globo.com/mundo/lei-da-mordaca-entra-em-vigor-na-espanha-16645187>> Acesso em: 18 de julho de 2017.

Figura 5: No a la Ley Mordaza



Fonte: No Somos Delito

Figura 6: Protesto com hologramas



Fonte: No Somos Delito

Em 2016, a União Europeia (UE) aprovou a Regulação Geral de Dados, que é um conjunto de leis a fim de enrijecer as regras sobre privacidade na *internet*. Os países membros da UE têm o prazo de dois anos para se adequar a legislação, que engloba tanto as empresas

européias quanto as companhias que exploram dados dos cidadãos (empresas de tecnologia como *Google* e *Facebook*).

Dentre as medidas aprovadas, houve alterações nas penalidades aplicadas contra as empresas em caso de irregularidades ou falha de segurança e foi estabelecido a obrigatoriedade na elucidação do procedimento utilizado pelas empresas na coleta, tratamento e armazenamento de dados. Em caso de falha de segurança, os usuários devem ser avisados em até 72 horas. A lei ainda prevê que a empresa responsável pela falha poderá ser multada em 4% de seu faturamento global ou em 20 milhões de euros.

Outro tópico sensível no debate europeu é o direito ao esquecimento. Desde 2014, quando houve a primeira decisão sobre o tema no continente, passou a ser possível solicitar aos responsáveis pelos mecanismos de buscas a retirada de determinadas informações dos resultados apontados pelas pesquisas realizadas na *internet*.

Com a Regulação Geral dos Dados⁸¹ será possível exigir a retirada de informações de quaisquer *sites*, inclusive excluir um perfil no *Facebook* definitivamente, entretanto a legislação não é clara quanto ao conteúdo jornalístico, uma vez que pode haver conflito com leis estabelecidas sobre liberdade de expressão de cada país da União Europeia.

O pacote regulamentário também trata de regras facilitadoras para a transferência de dados de uma plataforma para outra, facilitando a troca de provedores de *e-mail*, por exemplo. Não obstante, o texto não explicita as instruções para o processo de devolução dos dados aos usuários por parte dos responsáveis, tampouco indica em que formato deverão estar os arquivos, incluindo os registros de *e-mails* antigos.

2.10 Legislação na Islândia

Por fim, trataremos da legislação sobre *internet* no país com o parlamento mais antigo existente. O Parlamento da Islândia foi fundado em 930, como uma assembleia ao ar livre. Trata-se de um país pequeno, com menos de 400 mil habitantes e, embora seja localizado na Europa, não faz parte da União Europeia. O país solicitou o ingresso no bloco

⁸¹ Disponível em: <<http://www.midiatismo.com.br/gdpr-conheca-lei-europeia-de-protecao-de-dados-pessoais>> . Acesso em: 6 de julho de 2017.

durante anos, porém retirou sua candidatura oficialmente em 2015, resultando em uma legislação distinta em relação aos direitos digitais.

Após a crise econômica de 2008/2009, a Islândia teve notoriedade por ser o primeiro país a sancionar uma constituição pela *internet*, com a colaboração direta de seus cidadãos. Até o estopim de sua crise econômica, a Islândia não tinha legislação específica para a *internet*, embora seja progressista em diversas outras pautas. Após a crise, no entanto, foi aprovada, no dia 16 de junho de 2010, com unanimidade, a criação da Iniciativa Islandesa para Modernização dos Meios de Comunicação (*Iceland Modern Media Initiative*, IMMI), com a proposta de legislar e de proteger o jornalismo investigativo de outras ameaças contra os veículos de comunicação *online*.

O IMMI é focado nas seguintes categorias: liberdade de informação, propondo tornar aberto o acesso aos documentos públicos, com divulgação *online* proativa; proteção aos denunciantes, garantindo sua segurança e defensoria pública, além de garantias trabalhistas e recompensas; proteção à comunicação, proibindo a quebra de sigilo da fonte, eliminando as retenções de dados e esclarecendo as exceções; proteção processual; proteção da história, com a reforma do Ato de 1956.

Com o intuito de investigar a origem e fundamentação do IMMI, Fernández-Delgado e Balanza (2012) realizaram o estudo *Beyond WikiLeaks: The Iceland Modern Media Initiative and the Creation of Free Speech Havens*, identificando o início da legislação em janeiro de 2008 com a criação de uma fundação voltada, para proteger os direitos digitais.

Uma das principais preocupações na elaboração do IMMI tem a ver com a legislação até então vigente, referente à Lei de Informações 50/1996, que não estava em conformidade com a Convenção do Conselho da Europa de 2009. Outro aspecto fundamental é a proteção da confidencialidade das fontes jornalísticas, como um requisito crítico da liberdade da imprensa. Apesar de a legislação islandesa já ter um artigo voltado para essa proteção (Lei 88/2008), o IMMI via na legislação uma brecha ampla para exceções que ferissem à liberdade de informação.

O IMMI ressalta o interesse público em revelar informações das empresas e do governo, propondo medidas para incentivar os denunciantes. Sugere um Direito absoluto de

comunicação informativa para os membros do Althingi⁸², em defesa dos servidores públicos que divulgam informações sigilosas.

⁸² Parlamento da Islândia

3 CAPÍTULO – CASOS DE MÍDIA HACKTIVISTA

3.1 *WikiLeaks* e a crise na Islândia

Um dos momentos mais fortes no hackeamento de narrativas que o *WikiLeaks* figurou foi o caso da divulgação do esquema de empréstimos operado pelo falido banco islandês *Kaupthing*. Apresentamos como se deu a atuação do *WikiLeaks* no caso.

O caráter hacktivista se define tanto pela estruturação da organização (distribuída em rede e/ou mobile), quanto pela sua linha editorial (por ir de encontro ao ângulo ou às pautas da mídia tradicional). Percebemos que as organizações de mídia estudadas neste trabalho se inclinam de forma institucional denominadas *hacker de narrativas*.

Sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Em muitos momentos, esses *hackers* captam a dimensão *hyped* de uma notícia para lhe dar outro valor, outro significado, outra percepção, que funcionam como ruídos do sentido originário da mensagem atribuído pelos meios de comunicação de massa. Essa narrativa *hackeada*, ao ser submetida ao compartilhamento do muitos, gera um ruído cujo principal valor é de dispor uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 24).

Esses autores entendem o *hacker de narrativas* como um *midialivrista*, uma pessoa que utiliza os dispositivos móveis para ressignificar a mensagem difundida pelos veículos de comunicação de massa, gerando pluralidade de informações. Em *A internet e a rua* (2013), os autores fazem um resgate da figura do midialivrista ao longo das décadas e tratam da relevância da cultura *hacker* nesse percurso. Entendemos que o hackeamento das narrativas não se restringe ao sujeito midialivrista, mas também às organizações de mídia, em especial quando alinhadas a uma cultura *hacker* e *cyberpunk*.

O *WikiLeaks* é uma organização transnacional sem fins lucrativos, fundada em 2006, não possui uma sede formal, seus servidores estão instalados na Suécia em um antigo abrigo anti-nuclear. É responsável pela publicação de centenas de milhares de documentos confidenciais de governos e de empresas sobre assuntos de temas graves como a corrupção, os crimes de guerra, a espionagem, a lavagem de dinheiro, os atentados aos direitos humanos, dentre outros. É mantida por grupos voluntários de trabalho e por doações (como aquelas que foram bloqueadas pela justiça dos Estados Unidos, culminando na #OpPayback, mencionada no capítulo I).

Apesar do prefixo *Wiki*, a organização não se trata de uma *Wiki* stricto sensu, porque não são todos os leitores que podem editar seus conteúdos. Seu site foi construído com base em vários pacotes de *Software* livre, tais como o MediaWiki⁸³, Freenet⁸⁴, Tor e PGP. A organização realiza parcerias com diversos veículos de comunicação de diferentes nacionalidades como forma de atrair maior visibilidade para seu conteúdo, tais como Le Monde, El País, Der Spiegel, O Globo, Carta Capital, The Guardian, The New York Times, A Pública, The Washington Post, dentre dezenas de outros⁸⁵.

A primeira publicação da *WikiLeaks* foi feita em agosto de 2007 e se tratava da divulgação de um relatório da empresa de consultoria de riscos *Kroll*⁸⁶, que alegava o desvio de 1 bilhão de libras do governo do Quênia, utilizando uma rede de empresas de fachada e fundos secretos, feito por parentes e por pessoas relacionadas ao líder queniano, Daniel Arap Moi.

Ainda em 2007, a organização publicou diversos artigos sobre a presença do exército estadunidense no Iraque, com reportagens do fundador e porta-voz da organização, Julian Assange. Tais publicações chamaram a atenção do então responsável pela segurança de informação do Comando Sul das Forças Armadas Americanas, Daniel Quinn Jr, que encaminhou um *e-mail* para a organização informando os procedimentos operacionais da Força-Tarefa Guantánamo para a prisão na baía de Guantánamo, de 2003, compondo um relatório sigiloso que deveria ser retirado do ar. Esse foi o início de um longo embate entre as forças estadunidenses e o *WikiLeaks*⁸⁷.

A organização também foi responsável pela denúncia de centenas de domínios finlandeses utilizados para publicação de pornografia infantil, através da divulgação de slides, de textos, de estatísticas, de gráficos e de mapas oficiais do Pentágono sobre a guerra no Afeganistão publicados no livro *A Coup or the Rich: Thailand's Political Crisis* (O golpe ou

⁸³MediaWiki é um software não-proprietário originalmente criado para ser utilizado na Wikipédia, mas já foi incorporado em outros projetos sem fins lucrativos da Fundação Wikimedia.

⁸⁴*Freenet* é uma plataforma peer-to-peer (P2P ou ponto-a-ponto) de comunicação anticensura.

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W3p62tAq84M>>. Acesso em: <14 de julho de 2017>

⁸⁶ Kroll é uma empresa de consultoria de riscos de alcance internacional e sediada em Nova Iorque. Foi fundada, em 1972, por Jules B.Kroll e expandiu suas atividades para além da investigação privada e dos serviços de segurança e serviços de inteligência, passando a atuar em todas as áreas relacionadas com a mitigação de riscos empresariais, incluindo verificação de antecedentes criminais, business intelligence, marketintelligence, electronicdiscovery, perícia contábil, recuperação de dados perdidos ou apagados propositalmente, entre outras.

⁸⁷ (ASSANGE, 2013)

o Rich: a Crise Política da Tailândia, sem tradução em português), obra censurada pelo governo tailandês, de autoria de Giles Ji Ungpakorn (Assange, 2013)⁸⁸.

Pelo método adotado pelo *WikiLeaks*, a organização se consolidou enquanto referência em fazer um jornalismo sem fronteiras, destemido, além de estar comprometida com a ética *hacker*. Seu porta-voz, Julian Assange, além de jornalista e *hacker*, é um ativista pela liberdade da *internet*, defensor declarado do uso da criptografia como uma ferramenta política indispensável para tempos de dispositivos móveis.

Assange (2013) pondera ainda que a *internet* enquanto um aparato que serve à sociedade de controle é uma ameaça a nossa segurança, ou seja, é sob esse pretexto que é exercido esse desmedido controle. À medida que a *internet* é usada com esse fim, mais militarizado se torna nosso cotidiano, como se tanques de guerra estivessem entrando em nossas casas através de dispositivos conectados.

No livro *Hacker el Periodismo* (2011), o autor P. Mancini trata de veículos de comunicação que hackearam o jornalismo. Mancini cita o *WikiLeaks* como uma organização midiática internacional que busca o hackeamento do jornalismo, sob a perspectiva de sua logística de funcionamento e preservação do anonimato das fontes na circulação de documentos. Além dessa relação com as fontes, o autor ainda ressalta a presença de outras características como: organização descentralizada, compromisso com o acesso livre à informação e precauções com relação à análise de dados brutos.

Mancini identifica ainda como o *WikiLeaks* hackeia o jornalismo nos seguintes pontos:

- 1) Organização ubíqua, distribuída: a mídia está em todas as partes, não em um país; 2) Nova relação proposta para as fontes de informação: o direito de reservar a fonte, de criptografá-la; 3) Os *publishers* tradicionais como amplificadores de um conteúdo gerado por fora das redações; 4) *WikiLeaks* como o Napster do jornalismo: o download, a cópia e a distribuição a serviço de garantir o acesso à informação; 5) O redesenho da relevância das análises sobre informação bruta: os vazamentos sem inteligência são invisíveis aos olhos da audiência (MANCINI, 2011, p. 114).

Apesar da cautela em proteger as fontes, a organização nem sempre pôde salvaguardá-la. Um dos casos mais emblemáticos é o da ex-soldada estadunidense Chelsea Manning, mas antes de adentrarmos nesse caso, convém trazer à tona a publicação que tornou

o *WikiLeaks* visível a nível internacional. Trata-se da divulgação em 2010 de um vídeo de poucos minutos, intitulado *Collateral Murder* (Assassinato colateral).

Figura 7: Helicóptero Apache mirando no cinegrafista da Reuters



Fonte: captura de tela⁸⁹

O vídeo começa com imagens aéreas de casas em Bagdá, Iraque. Pode-se ouvir a voz de alguém, talvez um soldado, que pede autorização para realizar um ataque. A câmera encontra um grupo de aproximadamente 10 pessoas que caminhavam pelas ruas da capital iraquiana, enquanto isso a voz que mirava os transeuntes narrava a cena para seu superior. Após a autorização, ocorre uma série de ataques ao grupo de transeuntes e só é possível ver uma nuvem de areia. Pouco depois, o soldado que atacou percebe que existem sobreviventes, que tentam levar um dos feridos em uma van. Diante da cena de agonia dos dois homens que tentam carregar um ferido para um local seguro, mais um ataque é realizado.

O ataque ocorreu no dia 12 de julho de 2007 em Bagdá, entretanto as imagens só foram divulgadas no dia 5 de abril de 2010, juntamente com milhares de outros documentos sigilosos referentes às atrocidades cometidas pelas tropas estadunidenses durante a Guerra do Iraque. Na data desse ataque, onze homens foram mortos, incluindo os funcionários da Reuters, SaeedChmadh e NamirNoor-Eldeen e duas crianças foram seriamente feridas.

A divulgação do vídeo não passou despercebida e medidas foram tomadas. No mês anterior à publicação, um voluntário da *WikiLeaks* foi detido pela polícia islandesa e

⁸⁹ Disponível em: <<http://migre.me/u4gjP>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

interrogado durante 21 horas. Em 2008, o site *WikiLeaks.org* ficou fora do ar ao longo de duas semanas por ordem judicial, por publicação indevida de documentos sobre lavagem de dinheiro e sonegação de impostos, pelo Julius BareBanl nas Ilhas Cayman, na Suíça. Entretanto, foi em 2010 que as represálias se intensificaram contra o *WikiLeaks* e as pessoas associadas.

Uma das primeiras a sentir as consequências do vazamento das informações foi a ex-soldada e analista de Inteligência, Chelsea Manning, detida em maio de 2010, no Camp Arifjan, Kuwait, sob suspeita de fornecer o vídeo *Collateral Murder* ao *WikiLeaks*. Manning foi condenada a 35 anos de prisão em agosto de 2013, sob acusação de ter divulgado informações sigilosas que resultaram no Cablegate (o vazamento de *Telegramas* diplomáticos estadunidenses). Antes de terminar seu mandato, o ex-presidente Obama reduziu a pena de Chelsea Manning e ela foi solta no dia 17 de maio de 2017⁹⁰.

Ainda em 2010, no dia 25 de julho, o *WikiLeaks* publicou os Diários da Guerra do Afeganistão, contendo mais de 70 mil relatórios militares sigilosos que relavam assassinatos indiscriminados de civis cometidos pelas forças estadunidenses. Em outubro, o *WikiLeaks* começou a publicar os Registros de Guerra do Iraque com 400 mil relatos de campo sobre a guerra, incluindo tortura a prisioneiros pelas forças estadunidenses. No meio dessas publicações, Julian Assange é acusado de ter cometido abuso sexual, na Suécia, processo que culminou na condição de exílio, no qual Assange permanece vivendo na embaixada do Equador, em Londres, desde 19 de junho de 2012⁹¹.

No dia 28 de novembro de 2010, o *WikiLeaks* começa a publicar o *Cablegate*, uma série de 250 mil relatórios diplomáticos, de 274 embaixadas dos EUA, no mundo todo. Três dias após a divulgação, o site foi retirado dos servidores da *Amazon*. Ainda em dezembro, foi imposto pelo governo dos Estados Unidos o bloqueio bancário ao *WikiLeaks*. Essa organização é financiada por doações de apoiadores que utilizam grandes instituições financeiras e bancárias como *Visa*, *Mastercard*, *Paypal* e *Bank of America*. Em dezembro de 2010 foi imposto o bloqueio dos repasses dessas doações realizadas através destas instituições e só foi interrompido em abril de 2013, por decisão judicial da Suprema Corte islandesa⁹².

⁹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/em-liberdade-chelsea-manning-posta-foto-apos-transicao-como-mulher-transgenero.ghml>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

⁹¹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-05/equador-reitera-asilo-e-pedido-de-salvo-conduto-para-julian-assange>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

⁹² Disponível em: <<http://www.horia.com.br/blog/luisnassif/visa-e-obrigada-a-aceitar-doacoes-para-o-wikileaks>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

Apesar das restrições impostas economicamente, o *WikiLeaks* continuou com as divulgações e prosseguiu realizando parcerias com outros veículos de comunicação. Julian Assange, apesar de confinado na embaixada equatoriana, publicou dois livros: *Cypherpunks: Liberdade e o futuro da internet* (2013), que, juntamente a outros três hacktivistas (Jacob Appelbaum, Andy Müller-Maguhn e Jérémie Zimmermann), descreve como a conectividade contemporânea serve para os governos e para as empresas monitorarem uma massa, cada vez maior de usuários. O livro foi publicado alguns meses antes da divulgação dos programas de vigilância do governo estadunidense, como *Prism* e *Xkeyscore*; e o livro *Quando o Google Conheceu o WikiLeaks* (2015), que é a transcrição da visita do presidente da *Google*, Eric Schmidt, à casa na qual Julian Assange estava hospedado em Londres.

O caráter jornalístico da organização é, às vezes, posto em xeque. P. Mancini (2011) mencionou que os jornalistas não reconhecem Assange como um jornalista e sim como um programador, apesar de que o mesmo se percebe enquanto um jornalista. Já os políticos envolvidos nos vazamentos do *WikiLeaks* identificam o Assange como um terrorista. Afinal, o *WikiLeaks* propõe um outro jogo com as informações noticiosas, disponibilizando conteúdos sigilosos para o público, partindo da premissa de que a informação deve ser livre.

Assange, ao falar sobre cultura *hacker*, identifica-se também como *cypherpunk*, aspecto que destaca em seu livro *Cypherpunks: Liberdade e futuro da internet* (2013). Não é pela autodeclaração de Assange que o *WikiLeaks* é apontado, inclusive, neste trabalho, como uma mídia hacktivista, mas pelo seu método de produzir notícias, tanto pela apresentação do conteúdo, como pela linha editorial em si, além do seu financiamento e a forma de lidar com suas fontes. Embora se atribua muito do sucesso do *WikiLeaks* às suas parcerias com veículos tradicionais de diferentes países, ou seja, quando a organização busca jornalistas para lidar com as próprias pautas.

O *WikiLeaks* age como uma agência de notícias, realizando parcerias com outros veículos de comunicação para ampliar seus conteúdos. Existem ressalvas às práticas subversivas da organização quanto à sua apuração, entretanto há que se perceber a relevância do *WikiLeaks* enquanto organização responsável pela divulgação de conteúdos que, apesar de sigilosos e oficiais, também são de interesse público, que podem, muitas vezes, culminar em importantes transformações sociais. Independentemente disso, o *WikiLeaks* e as represálias sofridas pela organização e pelas pessoas envolvidas apenas realçam o papel da livre informação enquanto fator indispensável para o exercício da cidadania.

3.1.2 Estopim do Kaupthing

No dia 30 de julho de 2010, o *WikiLeaks* publicou documentos que revelavam que o banco *Kaupthing* realizou empréstimos de 45 milhões e 1,25 trilhões de euros para seus maiores acionistas e empresas do Islândia⁹³. Em virtude dessa ação ilegal, que beneficiou grupos específicos de investidores, culminou na falência do banco em meio a uma forte crise econômica que assolou a Islândia entre 2008 e 2009.

A crise financeira global de 2008 bateu a porta da Islândia logo no seu início. “A ascensão e queda da economia islandesa condensam o fracassado modelo de criação de riqueza especulativa que caracterizou o capitalismo financeiro da última década” (CASTELLS, 2013, p. 32). Em 2007, a Islândia estava em seu ápice econômico, tendo seu Produto Interno Bruto (PIB) em \$21 bilhões⁹⁴, o maior índice já registrado no país. A Islândia, que tinha uma economia historicamente baseada na indústria pesqueira, teve um aumento considerável com o rápido crescimento do setor financeiro no início da expansão global do capitalismo especulativo.

Juntamente ao banco *Kaupthing*, os bancos *LandsBanki* e *Glitnir* também estiveram ligados à crise econômica islandesa. Os três bancos aumentaram o valor de seus ativos de 100% do PIB, no ano 2000, para 800% em 2007, tendo seus esquemas fraudulentos disfarçados por uma rede de firmas de propriedade conjunta, sediadas em endereços bancários *offshore*⁹⁵, como a ilha de Man, as Ilhas Virgens, Cuba e Luxemburgo. E, em 2006, após a agência de classificação de risco de crédito *Fitch*, rebaixar as perspectivas da economia da Islândia, o Banco Central tomou empréstimos para aumentar suas reservas.

A Câmara do Comércio contratou dois consultores, Frederic Mishkin e Richard Portes para analisar o que, até então, era tido como uma mini crise. Ao perceber os balanços suspeitos dos bancos, o governo islandês determinou uma comissão especial para avaliação da

⁹³ Disponível em:

<https://wikileaks.org/wiki/Financial_collapse:_Confidential_exposure_analysis_of_205_companies_each_owing_above_EUR45M_to_Icelandic_bank_Kaupthing,_26_Sep_2008>. Acesso em: 14 de julho de 2017.>

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/iceland/gdp>>. Acesso em: 7 de junho de 2016.

⁹⁵ Offshore é o nome comum dado às contas bancárias e empresas abertas em territórios beneficiários do estatuto de paraíso fiscal, geralmente com o intuito de pagar-se menos impostos do que no país de origem dos seus proprietários ou de ocultar a origem do dinheiro, de crime ou corrupção.

situação. Os três bancos supracitados tinham que pagar suas dívidas, mas planejaram outros esquemas para esconder a situação real e ganhar tempo.

Com o nome de Icesave, o *LandsBanki* lançou contas financeiras baseadas na *internet*, oferecendo retornos elevados para depósitos de curto prazo. O serviço era oferecido por meio de novas sucursais no Reino Unido e na Holanda. Foi um sucesso: milhões de libras foram depositadas na conta do Icesave (CASTELLS, 2013, p. 34)

A iniciativa do *LandsBanki*, o Icesave, funcionou porque os depósitos pareciam seguros, afinal a Islândia participava da Área Econômica Europeia, além de estar com a sua economia em plena efervescência. No entanto, essa não foi a única estratégia adotada pelos três bancos. A outra tática foi a permutação entre eles de títulos da dívida para utilizar o débito dos outros como caução e, desse modo, obter novos empréstimos do Banco Central Islandês. Com tais arranjos inescrupulosos e ilegais, os bancos agravaram a crise econômica no país e a população começou a sair às ruas para protestar contra a proteção que o governo pretendia dar aos bancos, através de medidas de austeridade (Castells, 2013).

No meio dessa crise, o *WikiLeaks* divulgou o documento que explicitava o esquema do *Kaupthing*, trabalhando em parceria com o jornalista islandês Kristinn Hrafnsson, na época funcionário da rádio nacional da Islândia (RUV). A cobertura com o detalhamento do caso lhe rendeu nomeação de Jornalista Islandês em 2010, pela União Nacional de Jornalistas Islandeses, e a sua demissão da RUV no mesmo ano, embora tenha passado a contribuir com a *WikiLeaks* desde então. O episódio também contribuiu para a organização do movimento Moderna Iniciativa para a Mídia da Islândia (IMMI), que fundamentou e impulsionou a aprovação da Lei Islandesa de proteção à liberdade de expressão e de divulgação de documentos secretos.

3.2 Jornadas de Junho e midialivrismo

O mês de junho de 2013 ficou marcado pelas intensas manifestações realizadas em centenas de cidades brasileiras, levando milhões de pessoas às ruas. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e demais capitais tiveram suas avenidas ocupadas por manifestantes que reivindicavam diferentes pautas. O panorama global já apontava para uma onda de levantes populares que abarcavam causas heterogêneas e emergiram em diversos países. Conforme citado anteriormente, podemos listar: a crise islandesa em 2008/9, a

Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* (e todos os ocupes seguintes). Nesse âmbito, segundo o pesquisador R. Ricci (2014), essa articulação mundial se trata de uma “divergência geracional”.

A estrutura organizacional clássica do mundo moderno é a burocrática. Estrutura verticalizada em que todos os espaços no interior da organização são ocupados e possuem uma funcionalidade para a saúde e ação do todo. A estrutura burocrática forma uma comunidade de comandos internos que define práticas coesas e discurso unificado. Partidos políticos, estrutura estatal, organizações da sociedade civil, corporações profissionais, organizações confessionais contemporâneas, grande parte das organizações modernas apoia-se nesta lógica verticalizada e racional pareciam refutadas nas ruas, no final do outono brasileiro de 2013 (RICCI; ARLEY, 2014, p. 209).

Observa-se que as manifestações não se apoiam apenas na perspectiva comunicativa, mas também nos aspectos históricos e sociológicos, principalmente por serem levantes potencializados pelas ferramentas de dispositivos móveis, o “que não evidenciou um ciclo revolucionário, mas anunciou uma nova dialética política” (Nogueira, 2013, p. 53). Para o pesquisador M. Jesus (2014), o fenômeno ocorrido foi desencadeado em reação às políticas sectárias aplicadas nas cidades, que colocaram em xeque direitos básicos dos cidadãos e ampliaram as diferenças sociais ao criarem zonas de privilégio para o uso dos espaços urbanos, além das “limpezas sociais” realizadas nas periferias do país pela Polícia Militar e o despejo de centenas de famílias para atender às demandas dos eventos esportivos internacionais. O fenômeno citado pode ser constatado pelos diversos movimentos de levante e ocupações que ganharam força após as Jornadas de Junho em 2013, como exemplo o Ocupe Estelita (MOE)⁹⁶. “Assim, um quadro de tensão vai se configurando e o acúmulo de demandas populares não satisfeitas pelos sucessivos governos vai aumentando até que exploda nas ruas, como visto nas Jornadas de junho” (JESUS, 2014, p. 65).

A série de manifestações deflagradas no Brasil teve como base a realidade preocupante das políticas públicas e a promiscuidade entre poderes econômicos e políticos que impulsionou o desenvolvimento dos “projetos de cidade”, acarretando consequências alarmantes para a população, como gentrificação, precariedade do transporte público, má iluminação urbana, privatização dos espaços públicos, expropriação de terras com fins privados e diversos outros processos de higienização social. Somando-se a essas condições, a onda conservadora aparece como outro aspecto de grande influência, tendo em vista que, apesar das manifestações pelo passe livre serem vistas como o impulso para as Jornadas de

⁹⁶ Manifestação contra o projeto Novo Recife, Pernambuco, Brasil. Disponível em: <
<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empiteiras/4/31086>> Acesso em: 12 de novembro de 2016.

Junho, as insuficientes condições de assistência básica, a precariedade dos serviços públicos e a ignorância política trouxeram à tona o questionamento sobre o real papel do Estado, dando margem aos discursos neoliberais difundidos na sociedade, embora seja uma questão distinta.

T. D'angelo (2015) coloca a precariedade dos serviços de transporte público (como o crescimento desordenado das megalópoles, o trânsito caótico e as más condições dos veículos) como o estopim para o levante ocorrido em 2013 no Brasil, identificando a defasagem na mobilidade urbana como a “ferida aberta que acirrou os ânimos da população indignada com os serviços públicos precários, a corrupção e uma infinidade de mazelas, como a inoperância do Estado, altos impostos, tarifas e abuso de força policial” (2015, p. 18).

Em consonância com os demais levantes e manifestações mundo afora, M. Castells (2013) identifica seis pontos em comum:

1. Os movimentos são conectados em rede de múltiplas formas e, podendo ou não se iniciar pelas redes, tornam-se movimentos ao ocupar o espaço urbano, o que o autor chama de “a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede”.
2. Os movimentos são simultaneamente locais e globais (são locais), têm contextos específicos, mas estão conectados ao mundo, em constante fluxo.
3. Os movimentos são virais (as Jornadas de Junho certamente foram).
4. A passagem da indignação à esperança se dá através da deliberação no espaço da autonomia. Trata-se de movimentos, em geral, sem lideranças, tendo suas decisões tomadas em assembleias e comitês. As redes, tanto na *internet* como no espaço urbano, criam companheirismo e, deste modo, ajudam a superar o medo e a descobrir a esperança.
5. A horizontalidade das redes favorece a “cooperação e a solidariedade” e, ao mesmo tempo, reduz a necessidade de “liderança formal”.
6. São movimentos profundamente “auto reflexivos”, estão em constante mudança. (CASTELLS, 2013, p 44)

Abordaremos adiante datas marcantes na eclosão das Jornadas de Junho, sinalizando desde o ápice até o esmaecimento do movimento. Em março de 2013, na cidade de Porto Alegre, foram iniciadas manifestações que se alastraram gradativamente pelo território brasileiro através de uma série de protestos denominados Jornadas de Junho. Quanto à cobertura jornalística do movimento, como apresenta o pesquisador A. Teixeira (2014), percebe-se uma mudança editorial dos grandes veículos de comunicação durante o período

A atuação da grande mídia variou conforme o estágio dos protestos: inicialmente, dedicou-se a deslegitimar a demanda pela Tarifa Zero, alardeando o caráter utópico da reivindicação, reduzindo o comportamento dos manifestantes à violência irracional, e enfatizando o prejuízo à mobilidade pública causado pelas manifestações; num segundo momento, percebendo a iminência da explosão massiva dos protestos, a mídia tentou lhes pautar a agenda, insistindo em questões que não faziam parte do repertório original de demandas, como a aprovação da PEC-37 e de leis mais

rigorosas contra a corrupção; por fim, o esforço foi no sentido de criminalizar os manifestantes que permaneceram nas ruas, sobretudo no Rio de Janeiro, onde as marchas públicas ocorreram com frequência até o mês de outubro (TEIXEIRA, 2014, p. 1, 2).

É difícil precisar a data das primeiras manifestações, todavia é notória a importância do Movimento Passe Livre (MPL) na difusão dos protestos nas maiores capitais do país. Cardoso e Di Fatima (2013) indicam o início de uma nova temporada de reivindicações do MPL em fevereiro de 2013, em Porto Alegre, quando o Bloco de Luta por um Transporte Público reuniu cerca de 200 pessoas contra o novo aumento do preço da passagem, mesmo assim o valor aumentou na semana seguinte.

Segundo Cardoso e Di Fátima (2013), esse acontecimento aponta para o início de uma nova temporada de reivindicações do MPL, tomando força logo após o aumento da passagem. No mês de abril, houve uma vitória quando a Justiça Brasileira concedeu uma liminar que revertia o reajuste do preço da passagem. Segundo dados da Polícia Militar, as comemorações pela conquista reuniram 3,5 mil pessoas e 10 mil vinculados ao Bloco de Luta por um Transporte Público.

A atuação do MPL nas convocações dos atos que deram início às manifestações de junho serviu para catalisar um conjunto heterogêneo de insatisfações acumuladas no cotidiano das grandes cidades que explodiu nas ruas, de forma vertiginosa e excessiva que detonou os limites que aprisionavam o campo político nas esferas institucionalizadas segundo a lógica burocrática da modernidade. Assim, a política se espalhou pelas ruas em forma de transe, violento, excessivo, como uma força incontrolável, restituindo o campo político à arena das disputas no cotidiano (JESUS, 2014, p. 69, 70).

Impulsionadas pelos MPL, após as manifestações em Porto Alegre, novos atos contra o aumento da tarifa do transporte público foram se estruturando de forma progressiva e espalharam um novo clima pelo país. Durante o mês de maio houve diversos protestos em Goiânia, enquanto o MPL de São Paulo se manifestava durante a Virada Cultural.

No dia 24 de maio, a prefeitura de São Paulo autorizou, através de um decreto com validade a partir do dia 2 de junho, o aumento da passagem de R\$3,00 para R\$3,20⁹⁷. No período entre a divulgação e a vigência do decreto, o MPL organizou uma movimentação intensa, com debates na Câmara Municipal sobre o aumento da tarifa, vigílias e panfletagem.

⁹⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/tarifas-de-onibus-irao-subir-para-r-320-em-sp.html>>. Acesso em: 14 de julho de 2014.

A resposta à movimentação veio no dia 3 de junho, quando a Polícia Militar foi acionada para conter os estudantes que protestavam contra a tarifa em São Paulo e no Rio de Janeiro.

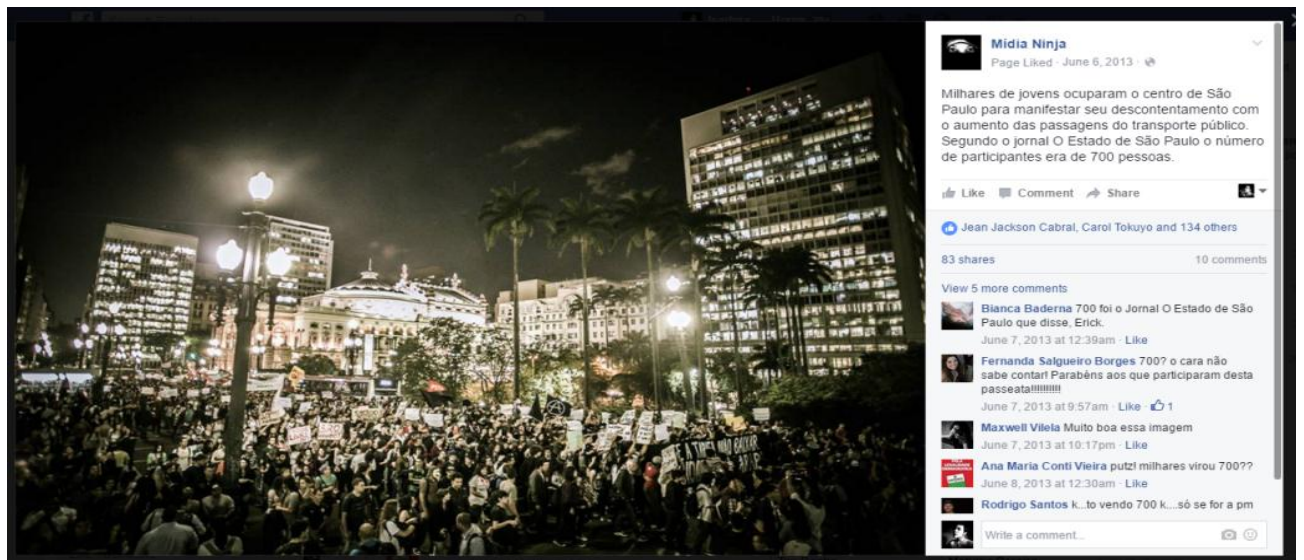
No dia 6 de junho, 5 mil pessoas fecharam a Av. Paulista em protesto contra o aumento da tarifa e a PM utilizou gás lacrimogêneo e balas de borracha para conter a manifestação. Com a intenção de mostrar comparativamente a divergência entre as coberturas, trazemos a capa da Folha de S. Paulo, do dia 7 de junho de 2013, e uma postagem da Mídia Ninja realizada na página do Facebook, às 23h44min do dia 6 de junho.

Figura 8: Capa da Folha em 7 de junho de 2013⁹⁸



Fonte: Folha de S. Paulo

Figura 9: Imagem da Mídia Ninja sobre o protesto realizado no dia 6 de junho, com texto contrariando a Folha de S. Paulo⁹⁹.



Fonte: captura de tela

⁹⁸Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cb07062013.shtml>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

⁹⁹Disponível em:

<<https://www.facebook.com/midiaNINJA/photos/a.164308700393950.1073741828.164188247072662/189854027839417/?type=3&theater>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

Percebe-se que a capa da Folha de S. Paulo classifica a manifestação se referindo como um ato de vandalismo, conforme explica na nota à esquerda. A publicação da Mídia Ninja retrata uma outra realidade, e não apresenta imagens com cenas de violência por parte dos manifestantes. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, nos dias seguintes, mais pessoas se encaminharam às ruas e aderiram às manifestações. No dia 7 de junho, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), defendeu a ação policial. Enquanto isso, as manifestações em outras cidades rendiam resultados positivos: Manaus e Goiânia anunciaram o congelamento das tarifas¹⁰⁰.

Em São Paulo, os confrontos entre a PM e os manifestantes não cessaram e a cobertura midiática investiu fortemente na construção da imagem dos protestos enquanto vandalismo. As negociações entre os manifestantes e os representantes governamentais se tornavam inviáveis e o então governador Geraldo Alckmin declarou que "não dialogava com baderneiro". Havia uma nítida divergência entre os relatos das pessoas que protestavam e aquilo que era noticiado pelos jornais. A mídia tradicional focava em difundir a ideia de vandalismo, e, em contrapartida, as redes sociais eram abarrotadas de relatos que exibiam outra realidade. Como resultado dessa discrepância, o número de pessoas nas ruas continuava a aumentar, um exemplo é esse trecho do editorial do Estadão, no dia 8 de junho de 2013.

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas. (...) Para tentar entender esse protesto, é preciso levar em conta as muitas coisas que estão por trás dele. Uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser pura e simplesmente contra qualquer tarifa, ou, se se preferir, a favor de uma tarifa zero. Ele não se opõe ao aumento da tarifa de R\$ 3 para R\$ 3,20, mas a ela própria. Ou seja, não há acordo possível e, como seus militantes são radicais, qualquer manifestação que promovam só pode acabar em violência. As autoridades da área de segurança pública, já sabendo disso, deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com maior rigor. (...) Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (CAMPANHA, Diógenes, editorial, 2013)

De acordo com a argumentação do editorial, a nomenclatura do MPL estabelece o movimento como um sujeito que não dialoga, visto que a essência apresentada pelo termo

¹⁰⁰ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291417-alckmin-critica-manifestacao-e-defende-acao-da-policia-na-paulista.shtml> >. Acesso em: 14 de julho de 2017.

implica uma pauta voltada “pura e simplesmente contra qualquer tarifa”. Através dessa estratégia argumentativa, o editorial busca deslegitimar a causa do movimento e ignora as possíveis soluções para o problema do transporte público distintas do modelo vigente na ocasião, no qual os usuários não só pagavam altas tarifas pelo deslocamento, como o governo permitiu um sistema indevido de concessões dos serviços às empresas privadas. A tática de culpabilizar os manifestantes, no entanto, não foi questionada conforme mostra a dissertação de E. Carlos (2015), ao comparar a cobertura jornalística realizada durante a manifestação de 1968, numa alusão à morte do estudante Edson Luís Lima Souto, uma vítima da violência da ditadura militar, com a cobertura realizada durante as jornadas de junho de 2013.

A pesquisadora E. Carlos (2015) dialoga sobre o assassinato do estudante Edson Luís, alvejado no dia 28 de março de 1968, no restaurante estudantil do Calabouço, Rio de Janeiro. De acordo com a autora, os veículos de comunicação da época expuseram o acontecimento apresentando o estudante como mártir, “um corpo a ser vingado”. Ademais, entende que a articulação da cobertura jornalística na divulgação do assassinato impulsionou as manifestações ocorridas no país. No entanto, o Estadão, ardilosamente, atribuiu a responsabilidade da violência policial aos estudantes, acusando-os de promover a baderna e perturbar a “ordem nacional”.

O povo neste momento está contra nós. Vamos deixar a situação se acalmar para depois agir. Os acontecimentos de ontem já estavam há muito planejados. Nós sabíamos do plano e apenas nos antecipamos. Os estudantes estão sendo liderados por gente estranha à classe, que prepara as agitações e desaparece. São comunistas, e estão fazendo o mesmo em vários países, Uruguai, Chile e Itália”. E assim o general Lucídio Arruda, diretor-geral do Dops, explicou ontem os fatos ocorridos nas últimas 48 horas (Estadão apud CARLOS, 2015, p. 7).

Apesar do trecho exposto, a pesquisadora identifica uma homogeneidade nos discursos e da macromídia, entre 2013 e 1968, quando nesse último ano houve uma unanimidade em reportar o assassinato de Edson Luís e atribuir a responsabilidade à Polícia, e de modo similar ao se colocar contra as demandas do Movimento Passe Livre, em 2013. As razões por trás desse endosso midiático são analisadas por Teixeira:

Por trás dos cálculos economicistas que desprezam a proposta como se delírio juvenil fosse, encontramos não a suposta infalibilidade da matemática, mas o medo do que ela significaria caso implementada, a alteração decisiva no modo de perceber e se relacionar com a cidade e a coisa pública, a retração da hegemonia da linguagem do mercado. Decretar a impossibilidade do acordo é fechar a questão do transporte público à

qualquer possibilidade de pensá-la em termos outros que não os de mercado, negando inteligibilidade ao vocabulário socialista implícito à aspiração pelo passe livre (TEIXEIRA, 2014, p.3).

O tensionamento da narrativa em torno das Jornadas de Junho se intensificou em torno do sujeito manifestante e de suas nuances quanto as representatividades nos meios de comunicação. Teixeira (2014) aponta que, após o editorial do dia 8 de junho, percebe-se a intenção discursiva na tentativa de deslegitimar o ato de manifestar que, por fim, condensa a ojeriza social em torno dos “vândalos dos black blocs” contra os protetores de vidraças.

O trecho abaixo ilustra bem a tentativa de deslegitimar o movimento, tratando-o como algo de natureza “irreal” e “vândala”, além de incitar a prefeitura e a Polícia Militar a agirem contra os manifestantes.

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo – e chega perto demais de consegui-lo. Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3,20 para R\$ 3 – abaixo da inflação, é útil assinalar – não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. (...) O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir – menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. (...) É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. (Folha de São Paulo, editorial de 13/6/2013.)

Enquanto a macromídia cobria as manifestações focada no “vandalismo”, na “baderna”, os próprios manifestantes utilizavam suas redes para transmissão dos atos. Esse foi o método utilizado pela Mídia Ninja e seu composto de midialivristas.

A interpelação do Estado por meio de uma retórica chantagista, tendo por fio condutor uma ameaça que inverte completamente a causalidade dos fatos em questão – e aqui não me refiro a quem atacou primeiro, se a PM ou os manifestantes, mas ao fato de o jornal tomar por causa aquilo que já é um efeito, pois que a episódica “desordem” dos protestos é consequência direta de uma ordem cotidiana torta – coaduna-se perfeitamente com o gesto final do texto, o de pretender falar pela “população”. Parece não haver importado tanto que no dia seguinte a este editorial 5 uma pesquisa do Datafolha tenha revelado a aprovação dos protestos pela maioria dos paulistanos; o Estadão e

outros grandes jornais seguiram tentando fazer com que sua opinião publicada passasse por opinião pública (TEIXEIRA, 2014, p. 4 e 5).

A noite do dia 13 de junho ficou marcada como o momento no qual os grandes veículos de comunicação passaram a lapidar seu discurso e a redirecionar as manifestações. Visto que foi neste dia que jornalistas da Folha de S. Paulo sofreram violência policial durante os protestos, reportaremos essa mudança de narrativa ao longo deste capítulo.

As imagens de centenas de manifestantes expondo os ferimentos causados pelas balas de borracha, os olhos roxos pelo confronto físico e os relatos sobre os atos de truculência e o despreparo policial davam início a difusão da ideia de que “não é só pelos 20 centavos”. Os protestos, que começaram em busca da redução de tarifa, foram alimentados pela incorporação da luta contra a violência policial, que funcionou como combustível para o confronto.

Durante esse embate, a Mídia Ninja se propôs a fazer a cobertura das manifestações por *streaming*, levando o espectador para o olho do furacão ao transmitir, em primeira pessoa, os acontecimentos dentro dos protestos. Thiago Almeida (2015) discorre sobre o uso progressivo das câmeras em primeira pessoa: em um primeiro momento, através dos avanços gráficos que proporcionaram *games* mais imersivos, que permitem ao jogador essa sensação. Em seguida, o autor comenta a inclusão dessa técnica nos programas policiais, provocando a sensação de que o espectador faz parte da narrativa ali transmitida.

É uma postura ativa de negação das lógicas corporativas de objetificação da informação. Fazem da construção da informação uma declaração do lugar de fala: este sou eu, este é o meu ponto de vista, que representa uma construção da realidade dentre tantas outras construções possíveis (ALMEIDA, 2015, p.139).

A transmissão era feita pelos *smartphones* dos midialivristas ninjas e era possível acessar pelo link: <http://postv.org/>. O *streaming* era sem cortes e, naturalmente, sem interrupção para propagandas. O *modus operandi* da Mídia Ninja compreendia em realizar diversos *streamings* sem interrupção, com a finalidade de apresentar o conteúdo de forma bruta, menos passível da manipulação da edição e, assim, proporcionando uma maior imersão para os espectadores. Tática utilizada em outras manifestações, com o auxílio de uma rede consolidada como o FdE, como na *Occupy Wall Street*¹⁰¹ em 2011¹⁰².

¹⁰¹ Occupy Wall Street foi um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos.

Em contraste com a Mídia Ninja, e conforme já exposto, os veículos de comunicação ditos tradicionais só descobriram a violência policial no dia 13 de junho, quando seus repórteres foram feridos. Esse *delay*¹⁰³ da situação real das manifestações e a cobertura dos veículos tradicionais foi identificado por jornalistas, e demais pesquisadores, como sintomático de uma crise de representatividade no discurso jornalístico e foi “nesse momento, o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país” (Scherer-Warren, 2014).

O jornal Folha de S. Paulo teve 7 repórteres atingidos durante o protesto, entre eles Giuliana Vallone e Fábio Braga, que levaram tiros de bala de borracha no rosto. Um cinegrafista foi agredido no rosto por um policial utilizando *spray* de pimenta. Há ainda o relato de um jornalista da revista Carta Capital e um fotógrafo do portal Terra que foram levados para o 78º DP¹⁰⁴.

Figura 10: Folha de S. Paulo do dia 13 de junho de 2013



Fonte: Folha de S. Paulo

¹⁰² Um dos fomentadores da Mídia Ninja, o jornalista Bruno Torturra (que se desligou da rede em 2014), esteve no *Occupy Wall Street* e já na ocasião fez a cobertura da manifestação por streaming.

¹⁰³ Demora. Tradução livre.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rosto.shtml>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

Figura 11: Folha de S. Paulo do dia 14 de junho de 2013

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FREIAS FILHO ANO 93 • SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2013 • R\$ 3,00

EDIÇÃO NACIONAL • CONCLUÍDA ÀS 21H52 • R\$ 3,00

EUA afirmam que Síria usou armas químicas contra rebeldes

Os EUA divulgaram informações de que tropas do presidente sírio, Bashar al-Assad, usaram armas químicas contra os rebeldes. O governo diz que as forças de segurança da Síria lançaram não de gás saem em pequena escala diversas vezes e que de 100 a 150 pessoas morreram nas atitudes. A gestão Obama está dividida quanto a uma intervenção militar no país. **Mundo A12**

STF indica que vai liberar projeto que inibe novos partidos

O STF indicou que deve cassar a decisão que impede o Senado de analisar o projeto que impede a criação de partidos. Por 5 a 2, ministros entendem que não cabe à corte interferir no Legislativo. A decisão deve ser ratificada na semana que vem, na reunião do julgamento. **Poder A4**

Irã quer usar eleição de hoje para mudar perfil da Presidência

Mundo A13

Petrobras está impedida de fazer comércio internacional

Mercado B1



Manifestantes e policiais militares durante confronto ontem na esquina da rua Maria Antônia com a rua da Consolação, na região central de São Paulo

Polícia reage com violência a protesto e SP tem dia de caos

PM cerca manifestantes, usa bombas de gás, prende dezenas e apavora pedestres e motoristas

A Polícia Militar reagiu ontem com violência à quarta manifestação contra o aumento das tarifas de transporte público, levando o centro da cidade de São Paulo a um fim de tarde e noite de tensão e caos. Dezenas de manifestantes foram presos, muitos deles antes mesmo do começo do ato. A PM, que estimava haver 5.000 pessoas no ato, fez cercos e blitzes para tentar sufocá-las e evitar que chegassem à av. Paulista.

A reação agressiva da polícia agravou os confrontos. Foi manifestantes jogaram pedras em resposta e deturpados. Bombas de efeito de PM agrediram pedestres e motoristas, que chegaram a abandonar carros nas ruas.

O estopim ocorreu na região da rua da Consolação, onde manifestantes tentaram passar por bloqueio da PM. A Folha presenciou um policial agredindo, com chutes, um manifestante já imobilizado, no chão.

O prefeito Fernando Haddad (PT) afirmou que não reduziu a tarifa de ônibus e que o aumento, de R\$ 1 a R\$ 3,20, é menor que a inflação. No Rio, o ato contra o reajuste também terminou em confronto. **Cotidiano C1**

PAINEL

Órgãos públicos gastam ao menos R\$ 4 mil em ingresso para os jogos

ILUSTRADA

Terrorismo inspira novo filme da saga 'Star Trek', que estreia hoje

HÔNICA BERGAMO

Paula Lavigne perde o direito de usar nome Natasha em sua empresa



Mulher ferida é socorrida pelo pai no cruzamento da av. Paulista com a rua da Consolação

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque

ELZO CASPARI
CORRENTINHA DA FOLHA

Quem acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus ao longo dos dois quilômetros que vão do Teatro Municipal à esquina da rua da Consolação com a Maria Antônia pode assegurar: os distúrbios começaram às 21h15, pela ação da polícia, mais precisamente por um grupo de uns 20 homens da Tropa de Choque, com suas fardas cinzentas que, ao mesmo tempo, chegaram com esse propósito. **Cotidiano C3**

Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete ficam feridos

Os repórteres da Folha Guiliano Vellozo e Fábio Braga foram atingidos no rosto por balas de borbacha. "Um policial mirou e atirou acidentalmente nela", disse testemunha sobre Guiliana. Sete jornalistas da Folha foram feridos pela PM. **Cotidiano C1**

HÉLIO SCHWARTSMAN

Democracia precisa aprender a conviver com manifestações

Mesmo rejeitando o vandalismo, deve-se reconhecer que protestos por vezes transgrem a democracia. É preciso garantir que movimentos reivindicatórios ocorram sem julgamento que os motivos. **Opinião A2**

saúde C7

Suprema Corte dos EUA proíbe a patente de genes humanos

FALE COM A FOLHA

Você quer contar sua história ou a história de alguém? Escreva para nós e publicamos. fale@folha.com.br

ATUALIZAÇÃO **Cotidiano C2**

Trota a chover no Sul

EDITORIAIS **Opinião A2**

Leia "A nova face do Irã", a respeito de eleições na grande país, e "Aviso aos navegantes", acerca de declaração de Dilma contra críticos de seu governo.

20713

ISSN 0108-2603

Fonte: Folha de S. Paulo

Nessa nova articulação, os demais veículos de comunicação sentiram-se impelidos a noticiar os inúmeros casos de abuso de poder e a violência por parte da Polícia Militar. A mudança de ângulo dos veículos tradicionais forçou uma mudança de postura dos governantes. Enquanto isso, as manifestações continuaram. Alckmin foi forçado a se

pronunciar e a dizer que o “rastros de destruição” seria apurado¹⁰⁵. Enquanto isso, as manifestações continuaram.

Dia 17 de junho, 270 mil saíram às ruas em 28 cidades¹⁰⁶. No dia seguinte, Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa anunciaram a suspensão do aumento da tarifa.

Para o pesquisador V. Lima (2013), apesar da importância, da convergência das novas tecnologias de informação e de comunicação, a “velha mídia” ainda possui papel central na formação da “opinião pública”.

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia — televisão, rádio, jornais e revistas — é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto (LIMA, 2013, p. 89).

Em 19 de junho de 2013, Alckmin e Haddad (governador e prefeito de São Paulo) anunciaram o congelamento da tarifa em a R\$3,00. No dia seguinte, manifestações ocorreram em 130 cidades, mesmo com o congelamento, reuniu mais de 1,4 milhões de pessoas engajadas nas manifestações em 130 cidades do Brasil. Como os veículos de comunicação já haviam mudado de perspectiva em relação aos protestos, a Rede Globo interrompeu sua programação para transmitir as manifestações realizados no dia 20 de junho, e, na mesma data, a Folha de S. Paulo publicou um editorial “Vitória das Ruas”.¹⁰⁷

Até então, a Mídia Ninja já vinha agindo enquanto *hacker de narrativas* por estar realizando a cobertura das manifestações de modo mais próximo das reivindicações dos manifestantes, posicionando-se na contramão do discurso midiático hegemônico da mídia consolidada.

3.2.1 Polícia interrompe a transmissão

A onda de protestos pelo Brasil não cessou ao término do mês de junho. No mês seguinte, ocorreram registros de outras manifestações. Dia 22 de julho de 2013 foi uma data

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-cita-rastro-de-destruicao-e-diz-que-abusos-serao-apurados.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil- pessoas.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1298034-editorial-vitoria-das-ruas.shtml>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

que concentrou diversos atos e resultou em confronto entre policiais e manifestantes, no Rio de Janeiro. Os atos foram realizados no momento em que o Papa Francisco fazia a 26ª Jornada Mundial da Juventude (JMJ), o que culminou em conflito próximo ao Palácio Guanabara. Nesse dia também foram realizados “beijaços” contra a LGBTfobia, em resposta à despesa de R\$118 milhões para custear a vinda do papa.

Na mesma data, um dos integrantes da Mídia Ninja, Filipe Peçanha (também conhecido como Carioca), foi detido e encaminhado à delegacia enquanto gravava o ato¹⁰⁸. No vídeo, é possível perceber que não existem fatos para justificar a detenção de Filipe, que repete “mas por quê?”, enquanto uma horda de manifestantes cerca o carro da polícia. Esse foi mais um dos momentos em que a Mídia Ninja hackeou a narrativa dos veículos tradicionais, trazendo o debate das prisões arbitrárias realizadas pela Polícia Militar.

Figura 12: Filipe Peçanha concede entrevista ao Jornal Nacional.¹⁰⁹



Fonte: captura de tela

Na matéria veiculada no dia 23 de julho consta que, após a saída do Papa Francisco do Palácio da Guanabara, as grades que bloqueavam a rua para impedir os manifestantes foram derrubadas, embora não se tenha identificado o responsável por isso. A partir daí, deu-se o confronto entre PMs com balas de borracha, manifestantes com pedras e mascarados com coquetéis molotov. A PM reagiu com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos d'água. No meio da confusão, policiais militares teriam encontrado uma mochila com garrafas desse coquetel. A PM atribui a responsabilidade a Bruno Ferreira Teles,

¹⁰⁸Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aDO6tr6kgAk>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

¹⁰⁹Captura de tela. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/passeata-termina-em-confronto-e-pm-e-criticada-por-prender-integrante-do-midia-ninja.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

que posteriormente foi inocentado. Um menor de idade foi apreendido e sete pessoas foram detidas por desacato, incitação à violência, formação de quadrilha, exposição ao perigo, resistência e dano qualificado. Apenas Bruno Teles permaneceu preso até o dia seguinte, as outras seis pessoas foram liberadas. O Jornal Nacional identificou Filipe Peçanha como “integrante da Mídia Ninja, grupo que tem se dedicado a transmitir as manifestações ao vivo, pela *internet*”, sem reconhecer a Mídia Ninja como um meio de comunicação e sua prisão também foi noticiada pelo Jornal da Globo.¹¹⁰

3.2.2 Mídia Ninja no Roda Viva

Outro momento no qual a organização agiu enquanto *hacker* de narrativas foi quando dois representantes da Ninja participaram do programa da TV Cultura, Roda Viva¹¹¹. Pablo Capilé, um dos fundadores do Fora do Eixo, e Bruno Torturra, um dos criadores da Mídia Ninja. O programa foi exibido no dia 5 de agosto de 2013 e a pauta foi sobre a criação, manutenção, desenvolvimento da Mídia Ninja e alternativas para o jornalismo independente.

Figura 13: Pablo Capilé e Bruno Torturra no Roda Viva



Fonte: captura de tela

Durante a entrevista, questionaram o financiamento da Mídia Ninja, que nasceu no Fora do Eixo e funciona sob um sistema particular de divisão de bens, utilizando, por vezes, uma moeda própria para a rede de coletivos, além da própria rede das casas dos coletivos. Após a transmissão da entrevista, circularam pelas redes sociais relatos de ex-integrantes do

¹¹⁰ Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/2711628/>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

¹¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t1AA-ZUdL7o>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

Fora do Eixo contando sobre abusos morais, assédio e omissão de socorro em casos de agressão à mulher dentro das casas coletivas

Muito se debateu a respeito dos conteúdos produzidos pela Mídia Ninja, por ocasião da entrevista, quando foi questionado o caráter jornalístico dela. Ao que Bruno Torturra respondeu:

Acho até curioso essa dúvida se é ou não jornalismo. O que dá para discutir é que tipo de jornalismo a gente faz. Dá pra discutir a qualidade dele ou a relevância. Mas eu acho que se colocar como um grupo organizado, se apresentar como um veículo que tem uma dedicação diária e transmitir informação da maneira mais crua, honesta e abrangente possível - dentro das nossas limitações - eu acredito que é jornalismo sim (TORTURRA, 2013).¹¹²

O interessante nessa entrevista para o Roda Viva foi constatar que um veículo de comunicação não tradicional ocupou uma lacuna do jornalismo e se aproximou do espectador, rompendo a narrativa hegemônica dos veículos tradicionais. Ainda durante a entrevista, quando questionado por Mário Sérgio Conti sobre o caráter “independente” da Mídia Ninja, Bruno Torturra lembrou que a TV Cultura não tratou com transparência o caso da demissão de Heródoto Barbeiro¹¹³. Pablo Capilé, por sua vez, vestiu uma camisa com a frase que ecoava na Rocinha, apoiada por milhares de ativistas em defesa dos direitos humanos: “Cadê o Amarildo?”¹¹⁴.

A ascensão da Mídia Ninja não se deve só ao desenvolvimento dos dispositivos móveis, mas também à omissão dos veículos tradicionais por coberturas mais fidedignas e manifestações com reivindicações populares, levando em conta uma estrutura de rede de midialivristas ampla e diversificada¹¹⁵.

¹¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kmygDn-lpNQ>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

¹¹³ Durante o programa Roda Viva, da Tv Cultura, o jornalista Heródoto Barbeiro questionou o então candidato à presidência pelo PSDB, José Serra, sobre o valor dos pedágios. Após o programa, o jornalista é demitido da emissora e acusa José Serra de ser o responsável pela retaliação da Tv Cultura. Disponível em:

<<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/trololo-na-tv-cultura/>> Acesso em; 04 de julho de 2016.

¹¹⁴ Amarildo Dias de Souza desapareceu no dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na Favela da Rocinha, em direção a sede da Unidade de Polícia Pacificadora do bairro. Seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>> Acesso em: 04 de junho de 2016

¹¹⁵ Na dissertação de Thiago Almeida (2015), há o trecho de uma entrevista com um ex-integrante da Mídia Ninja, Gabriel Moreira, que acusa o veículo de preterir determinados integrantes, ainda que cobrasse dos mesmos uma assiduidade na cobertura de manifestações locais, sem que houvesse pagamento pelo serviço (ALMEIDA, 2015, p.98, 99).

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o hacktivismo e o hackeamento de narrativas realizado por WikiLeaks (2008), durante a crise econômica da Islândia, e a cobertura realizada pela Mídia Ninja (2013), durante as Jornadas de Junho no Brasil. O trabalho foi amplo no seu âmbito empírico, compreendeu pesquisa de campo presencial, acompanhamento em fóruns online, participação em eventos da área, consulta a vídeos documentários, ao todo foram estratégias necessárias para a garimpagem da pesquisa. A partir daí definimos a lista de candidatos para a realização das entrevistas, ao final, cinco entrevistas fizeram parte do escopo do nosso estudo.

A pesquisa empírica foi substancial para a realização de todo trabalho, aliada aos dados obtidos nas entrevistas foi possível extrair noções sobre hacking e hacktivismo, as quais integram discussões de uma escassa literatura sobre o assunto. Compreendemos que o hacktivismo resulta da correlação entre hacking e ativismo político, da forma mais abrangente possível, no sentido de atrelar táticas de hacking com e/ou como práticas de ativismo.

As táticas foram tipificadas por A. Samuel (2004) em oito categorias: virtual sit-in, sabotagem, roubo de informações, paródia, desfiguração de página, redirecionamento de página e desenvolvimento de softwares. Ainda aliado a esta tipologia tratamos do conceito de hacker de narrativas, proposto por H. Antoun e F. Malini (2013), compreendido como um sujeito que propõe narrativas de acontecimentos sociais para enfrentar as visões editadas pelos conglomerados de comunicação.

Em paralelo a noções conceituais e pesquisa empírica observamos desenvolver-se em nosso país uma crise política que põe em xeque a democracia e ameaça também a liberdade de informação. Não se pode suprimir a este estudo a fissura democrática que foi o impeachment da presidenta Dilma, afastada pelo Senado por causa de pedaladas fiscais que, dois dias após o afastamento da presidenta, tornaram-se legais, apenas mais uma confirmação da farsa que foi o processo de impeachment da Dilma¹¹⁶. A Agência Pública divulgou, alguns dias antes da decisão definitiva do Senado de afastar a Dilma, uma reportagem sobre como

¹¹⁶ Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

federações empresariais se articularam pela queda da presidenta¹¹⁷, a fim de que o substituto aprovasse medidas que vão de encontro a qualquer avanço social conquistado nos últimos anos em nosso país.

Entendemos o hacktivista, portanto, como um ator político, em razão de praticar ativismo atrelado à sua perícia técnica; ele provoca tensões entre narrativas e disputa poderes na difusão de informações. A investigação sobre a atuação do hacktivismo é sem dúvidas um objeto de estudo importante para entendermos a comunicação na internet. Percebemos que o hacktivismo, por estar pautado na ética hacker, utiliza táticas de enfrentamento à narrativa hegemônica, oriunda de uma relação que costuma ser promíscua entre poderes econômico, político e midiático, tendem a atuar através de concessões públicas para atender a interesses de empresários da comunicação e ainda interferem na criação de legislações que ameaçam a liberdade da informação.

Os dois estudos de caso estudados em nossa pesquisa tratam do hackeamento de narrativas de duas organizações midiáticas e, em ambos os casos, antecederam a criação do marco regulatório sobre os direitos digitais, ou seja, o marco regulatório em cada um dos países - Islândia e Brasil - surgiu em consequência da demanda popular por uma legislação que garantisse direito ao acesso de informação.

No caso islandês a crise econômica foi atravessada pela atuação de WikiLeaks na divulgação dos esquemas fraudulentos dos bancos, provocou um embate entre as necessidades da população e as medidas de austeridade propostas pelo governo. O marco regulatório na Islândia tende à proteção de denunciantes e jornalistas, funciona como um método para a manutenção do fluxo informacional. Enquanto o Marco Civil no Brasil é voltado, principalmente, para atender à brecha legislativa dos direitos digitais, tanto no que se refere a estabelecer as responsabilidades e limites dos serviços de acesso à internet, quanto no sentido de assegurar os direitos dos usuários.

Observamos também que as legislações sobre direitos digitais nem sempre vêm para atender a uma demanda popular e/ou para garantir efetivamente a segurança dos cidadãos, podendo, inclusive, contribuir para a disseminação da desinformação, como é o caso da Lei 12.737, a lei Carolina Dieckmann. A referida lei veio para atender às vítimas de roubo de informação e divulgação de conteúdo privado, porém, quando analisado o caso que culminou

¹¹⁷ Disponível em: < <http://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>> Acesso em: 21 de julho de 2017.

no nome popular da legislação, percebe-se que não se trata de um caso de hacking, visto que o ocorrido nada mais foi do que a divulgação de imagens privadas da atriz que estavam no disco rígido de seu computador. E a pessoa que divulgou as fotos não teve acesso ao computador por hacking, e sim porque ele era o técnico responsável pela formatação do dispositivo.

Este caso resultou na Lei 12.737 que, dentre outras coisas, tipifica no artigo 266 - a “interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública” - como delito punido com detenção de um a três anos. Trata-se de um artigo que abre brecha para criminalizar práticas de hacktivismo, afinal, o que seria a interrupção ou perturbação de serviço? Um ataque de negação de serviço? Um redirecionamento de site? Trata-se de uma legislação que resulta de um caso que busca criminalizar o hacking, quando nada houve de hacking na divulgação das imagens da Carolina Dieckmann.

O mesmo se deu com o caso da tentativa de extorsão de Marcela Temer, houve a tentativa de se enquadrar a situação como se fosse uma prática de hacking. Em abril de 2016, Silvonei José de Jesus Souza, um telhadista autônomo, ameaçou divulgar fotos e áudios íntimos de Marcela Temer caso ele não recebesse a quantia de R\$ 300 mil. O caso foi tratado em alguns veículos como hacking, colocando Silvonei como um “hacker” que havia invadido o banco de dados de Marcela, como pode ser percebido em qualquer pesquisa com os termos “hacker” e “Temer” no buscador de sua preferência¹¹⁸. Entretanto, Silvonei comprou os dados em uma loja na Santa Ifigênia, em São Paulo¹¹⁹. Mais uma vez, houve o uso inadequado do termo hacker na mídia tradicional.

Ao longo da pesquisa e observando outros casos além dos estudados, o Marco Civil da internet costuma ser pautado como marco regulatório dos direitos digitais. Ora apontado como uma legislação necessária para assegurar os direitos dos cidadãos, ora percebido como uma ferramenta de controle, já que o Marco Civil prevê a guarda de *logs* por parte dos servidores de internet. O que pôde ser constatado nesses três anos de Marco Civil é que ele também tem sido utilizado para a interrupção de serviços de internet, como foi o caso das determinações judiciais que permitiram a interrupção do Whatsapp, por exemplo.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1857673-hacker-ameacou-jogar-nome-de-temer-na-lama-com-divulgacao-de-audio.shtml>> ; <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/hacker-condenado-por-chantagear-primeira-dama-disse-ter-audio-que-jogaria-nome-de-temer-na-lama.ghtml>>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/11/politica/1486771313_145038.html> Acesso em: 21 de julho de 2017.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/crime-virtual/111067-homem-fotos-intimas-marcela-temer-comprou-hd-ruas-sp.htm>>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

Também constatamos que houve intensificação de projetos de lei sobre direitos digitais, em particular após a sanção do Marco Civil no Brasil. A questão não se restringe a uma legislação que atenda a uma possível demanda hacker, trata-se também de um campo de disputa de poder a ser explorado. Por fim, percebemos que as organizações midiáticas hacktivistas, nos dois estudos de caso analisados, enfrentam as narrativas hegemônicas dos conglomerados de comunicação, a fim de estabelecer uma troca de informação descentralizada e mais colaborativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tiago D'angelo Ribeiro. *Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede e estratégias de contrapoder*, 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Departamento de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

ASSANGE, Julian et al. *Cypherpunks - liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Quando o Google Encontrou o WikiLeaks*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p

_____. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COLEMAN, Gabriella. *Hacker politics and public*. *PublicCulture*, Duke Press, 2011. 511-516.

EVANGELISTA, Rafael. O movimento *Software* livre do Brasil: política, trabalho e *hacking*. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 173-200, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 de julho de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000100007>.

FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 27-45, janeiro/abril 2012.

HAPLUKA, Max. *The evolution of Anonymous as a political actor*. 2011. 94 f. Monografia (Bacharelado em Estudos Sociais e Políticos) – Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais, Universidade Flinders, Austrália

LEVY, Steven. *Hackers: Heroes of the computer revolution*. New York: Penguin Books, 1984.

LIRA, Isadora, PEREIRA, Thobias. *Práticas colaborativas, imersão e infiltração: as colaborações do hacktivismo no webjornalismo*. ABCiber, 2014.

MACHADO, Murilo. *Por dentro do Anonymous Brasil: Poder e resistência na sociedade de controle*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do ABC Paulista, 120 páginas, 2013.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANCINI, P. *Hackear el periodismo*. Buenos Aires: La Crujía / Futuribles, 2011.

MAXIGAS, Metatron. (Sem título). Disponível em: http://peerproduction.net/wp-content/uploads/2012/07/maxigas-geneology_of_hacklabs_and_hackerspaces_draft.pdf
Acesso em: 10 de junho de 2016.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI – CRIMES CIBERNÉTICOS. Disponível em: <
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1455067> Acesso em: 13 de junho de 2016.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. *Redes e ciberativismo*: notas para uma análise do centro de mídia independente. I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Ciberidades, FACOM-UFBA, 2003. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/rititano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

SAMUEL, Alexandra Whitney. *Hacktivism and the future of political participation*. 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Ciencia Politica) – Departamento de Governo, Universidade Harvard, Cambridge, Massachusetts.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *A disseminação dos coletivos cypherpunks e suas práticas discursivas*. II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2015.

_____. Ciberativismo, cultura *hacker* e individualismo colaborativo. *Revista USP*: São Paulo, jun./ago. 2010, n. 86, p. 28-39.

TORINELI, Sara. *A máscara e a multidão*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 221 p, 2015.

VEGH, Sandor. Classifying forms of *online* activism. *Cyberactivism*, p. 71-95, 2003.

Youtube. *Collateral Murder* (2010). Vídeo (17min46s). Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=5dgKAXPbJ0w>> Acesso em: 10 de junho de 2016.

GLOSSÁRIO

4chan	Imageboard (ou <i>channel</i> , ou chan, é um tipo de fórum de discussão que se baseia na postagem de imagens e de textos) em inglês, lançado em 1 de outubro de 2003. Seus subfóruns eram originalmente usados para postagem de imagens e discussão sobre mangás e animes. Disponível em: < www.4chan.org >. Acesso em: 26 de maio de 2016.
ACTA	<i>Anti Counterfeiting Trade Agreement</i> .
Copyright	Direito autoral.
Creative Commons	“organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas”. Disponível em: < https://br.creativecommons.org/ >. Acesso em: 22 de março de 2017.
Cypherpunk	Derivação de cipher, escrita cigrada e punk.
D.I.Y.	“Faça você mesmo”, do original <i>Do it yourself</i> , que parte da premissa de que as pessoas podem construir, consertar, modificar e fabricar os mais diversos tipos de artefatos com suas próprias mãos; tal entendimento está presente na cultura punk e hacker.
FCC	<i>Federal Communications Commission</i> (Comissão Federal de Comunicações).
Hangout	Plataforma de mensagens instantâneas e chat de vídeo desenvolvido pelo <i>Google</i> , lançada em 15 de maio de 2013. Ela substitui três produtos de mensagens que o <i>Google</i> havia implementado simultaneamente nos seus serviços, incluindo o <i>Google Talk</i> , <i>Google+ Messenger</i> e o <i>Hangouts</i> , um sistema de vídeo chat do <i>Google+</i> .
ICANN	Corporação da <i>Internet</i> para Atribuição de Nomes e Número.

IGF	<i>Internet Governance Forum</i> . O IGF é realizado anualmente desde 2006 e trata-se de um fórum que reúne múltiplos atores para discussões de políticas em aspectos de Governança da internet. É promovido pela Organização das Nações Unidas.
IRC	<i>Internet Relay Chat</i> (IRC) é um protocolo de comunicação utilizado na <i>Internet</i> . Ele é utilizado basicamente como bate-papo e troca de arquivos, permitindo a conversa em grupo ou privada. Foi documentado formalmente pela primeira vez em 1993.
ITI	Instituto de Tecnologia da Informação.
IUF	<i>Internet Ungovernance Forum</i> . O IUF é a contraproposta do IGF e ocorre simultaneamente ao fórum promovido pela ONU. Sua primeira edição foi em 2014.
JGD	Jornalismo Guiado por Dados. Refere-se à coleta e divulgação de dados sobre um determinado assunto através de infográficos e softwares de coletas. A primeira redação exclusivamente de JGD foi realizada pelo Estadão (http://blog.estadaodados.com/).
Meme	Frente responsável pela produção e articulação fotográfica e de peças gráficas.
Messenger	Correio de mensagens <i>online</i> .
NSA	<i>National Security Agency</i> (Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos).
P.i.p.a.	<i>Protect IP Act</i> .

PGP	<i>Pretty Good Privacy</i> . Programa de computador de encriptação e descriptografia de dados que fornece autenticação e privacidade criptográfica para a comunicação de dados, utilizando um sistema de chaves assimétricas. Foi desenvolvido em 1991 por David Phil Zimmermann Arimateia.
S.o.p.a.	<i>Stop Online Piracy Act</i> .
Streaming	Transmissão.
Surface web	Refere-se à parte indexada pelos motores de busca à <i>World Wide Web</i> , que é o sistema de documentos em hipermídia interligados e executados na <i>Internet</i> , oficializada por Tim Berners-Lee, no final de 1990.
TCP	É um dos protocolos sob os quais assenta o núcleo da <i>Internet</i> . O TCP é um protocolo de nível da camada de transporte (camada 4) do Modelo OSI e é sobre o qual que se assentam a maioria das aplicações cibernéticas, como o SSH, FTP, HTTP – portanto, a <i>World Wide Web</i> .
TOR	<i>Software</i> livre e de código aberto para proteger o anonimato pessoal ao navegar na <i>Internet</i> e em atividades online, protegendo contra a censura e privacidade pessoal. A maioria das distribuições GNU/Linux disponibilizam pacotes do Tor, embora haja versões para diferentes sistemas operacionais, tais como: <i>Windows</i> e <i>Mac OS</i> . A rede Tor é uma rede de túneis http (com tls) sobrejacente à <i>Internet</i> , onde os roteadores da rede são computadores de usuários comuns rodando um programa e com acesso <i>web</i> (apenas). O objetivo principal desse projeto é garantir o anonimato do usuário que está acessando a <i>web</i> .
Telegram	Aplicativo para troca de mensagens <i>online</i> .

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado A: hacktivista, natural de Salvador, Bahia. Plataformas utilizadas: Messenger do Facebook, Hangout, IRC. Período: setembro a outubro de 2014, julho e agosto de 2015.

Entrevistado B: hacktivista, natural do Espírito Santo. Entrevistas realizadas pessoalmente. Período: novembro de 2015.

Entrevistado C: hacktivista, natural da Bélgica. Plataformas utilizadas: IRC, Messenger do Facebook, Whatsapp, *Telegram*, *E-mail*. Período: agosto de 2015 a abril de 2016.

Murilo Machado: Mestre pela Universidade Federal do ABC, hacktivista, pesquisador, durante o período entrevistado trabalhava no Café *Hacker*, de São Paulo. Plataformas utilizadas: Messenger do Facebook, *e-mail*, Hangout. Período: setembro a outubro de 2015, fevereiro a maio de 2016.

MariaLab: *Hacklab* feminista de São Paulo, embora tenha participantes de diversas cidades e países. Plataformas utilizadas: Messenger do Facebook, Twitter, *e-mail*. Período: março de 2015 e de setembro a novembro de 2015.

APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA

1. Você se considera um hacktivista?
2. O que é o hacktivismo para você?
3. Você poderia falar um pouco sobre as hacktatividades que você participou? (Quais as suas motivações pessoais, como se desenvolveram as atividades, se você gostou do resultado final)
4. Você concorda com o conceito de hacktivismo que diz que esse é “o uso não violento, legal ou ilegal, de ferramentas digitais para perseguir finalidades políticas”?
5. Você identifica “vertentes” do hacktivismo no Brasil/mundo?
6. Você percebe se há uma corrente política/ideológica comum a uma maioria de grupos hacktivistas? (Ou simplesmente é impossível fazer uma generalização dessas para você?)
7. Você considera que há alguma diferença entre grupo *hacker* e grupo hacktivista?
8. Qual é a diferença entre ativismo e vandalismo?
9. Você identifica alguma diferença entre *hacker* e hacktivista?
10. Quais seriam os momentos históricos do hacktivismo para você?